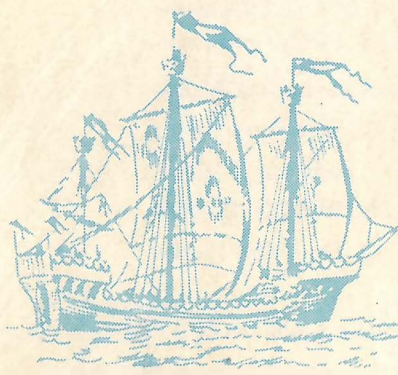
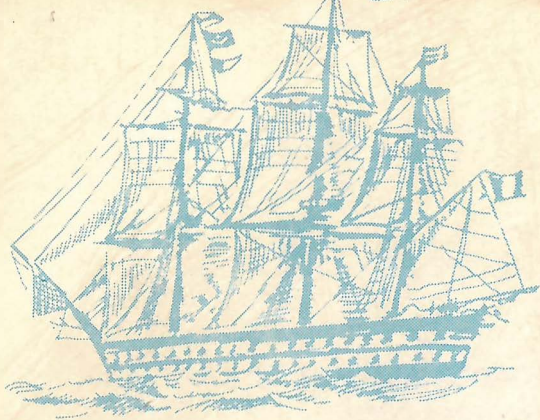




NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

CAD. CENTRO DE APOIO DIDÁTICO
DA FAU - P U C C

Campinas	ANO XIV	nº 107	p. 169 – 256	julho/setembro/82
----------	---------	--------	--------------	-------------------

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Heitor Regina

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XIV – Nº 107

ISSN 0101-4919

JULHO/SETEMBRO/1982

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Odilon Nogueira de Matos

“Em continência à lei”

Há meio século, o Estado de São Paulo, num amplo e estupendo movimento de mobilização, levantou-se em armas “em continência à lei”, como diziam os cartazes alusivos à Revolução. Verdadeira epopéia, com lances heróicos e dramáticos, que há cinquenta anos vem assinalando o calendário cívico do Estado. O dia em que eclodiu o movimento (9 de julho) tornou-se data muito cara aos paulistas, embora atenuada com o tempo. Talvez não haja cidade do Estado que não a tenha inscrito em placas de ruas ou não tenha dado às suas vias públicas os nomes dos voluntários locais que morreram em combate ou até erigido monumentos ao “soldado constitucionalista”. Símbolos e distintivos alusivos à campanha eram vistos com frequência nos primeiros anos que se seguiram ao movimento. Uma associação de combatentes que, na verdade, tende a desaparecer com o tempo, uma vez que seus quadros não se renovam, procura manter viva a “chama de 1932”, promovendo reuniões, passeatas, romarias aos túmulos dos combatentes, mas cada vez com menos receptividade. As novas gerações dão pouca importância ao evento e nas escolas pouco dele se fala. Neste ano, devido à comemoração cinquentenária, fez-se um esforço especial para recordá-lo: conferências, cursos, sessões

especiais procuraram enfocá-lo, não apenas sob o lado épico e glorioso, mas também sob o aspecto crítico. A Secretaria da Educação do Estado recomendou que os professores de História fizessem ou promovessem palestras nas escolas. Mas... a maior parte dos novos professores nada conhecia do glorioso movimento ! O próprio autor destas linhas realizou palestras a professores, ensinando-lhes o que eles deveriam dizer depois aos seus alunos...

Por outro lado, o movimento de 32 (ou temas a ele correlatos) vem sendo objeto de dissertações e teses universitárias, mais com o objetivo de desmitificá-lo, submetendo-o a críticas às vezes bastante severas e nos mais variados matizes, de acordo com as tendências ideológicas de seus autores. De fato, meio século parece-nos uma perspectiva de tempo bastante razoável para o julgamento histórico e o que vemos, é que a literatura que ora aparece sobre o movimento (pouco numerosa ainda) evita, o mais possível, os lugares comuns e o sentido apenas épico e glorioso (que inegavelmente existiu) e que era dominante na vasta bibliografia que surgiu nos anos de 1932 e 1933. Não há, talvez, na história brasileira movimento revolucionário que propiciasse o aparecimento de tantos livros. Literatura toda de natureza circunstancial, traduzindo recordações pessoais de seus autores, em geral participantes da revolução. Livros que eram sofregamente “devorados”, mas que, com raras exceções, ficaram na primeira edição. Poucos valeriam a pena ser relidos hoje. Entre estes, o de Alfredo Ellis Júnior (*A Nossa Guerra*), que se apresentava como “estudo crítico-militar”, é dos poucos que não se limitaram a descrever a revolução, mas, ao contrário, deu mais ênfase ao que aconteceu antes e que é fundamental para a explicação do Movimento.

Chegamos ao ponto-chave: São Paulo levantou-se em armas em defesa do ideal constitucionalista. Havíamos tido, até então, duas Constituições: a do Império (1824), que vigorou por quase setenta anos, e da República (1891), que, com menos de quarenta anos, foi considerada imprestável e simplesmente derogada pelo movimento que pôs fim à chamada “Primeira República” (1930). Com a vitória desta revolução, entrou o País na fase do “Governo Provisório”, até que se elaborasse nova Constituição.

(...)

O decreto de institucionalização do governo provisório foi taxativo logo em seu primeiro artigo, afirmando que ele exerceria “discricionariamente em toda a sua plenitude as funções e atribuições não só no Executivo, como também no Legislativo, até que, eleita a Assembleia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do país”. Teria sido apenas a demora em cumprir esta intenção, ou, talvez, a pressuposição de que ela não viesse a ser cumprida, que levou São Paulo a desencadear o movimento armado esperando que ele pudesse interessar a outras

unidades da Federação ? ou havia no recôndito da alma paulista algo mais a justificar a luta ?

A Revolução “traída” e as Interventorias

Ao Movimento de 1930 chamou Hélio Silva de “Revolução Traída”. Talvez tenha sido. Mas cremos mais correto chamá-la de “Revolução Inacabada”, a revolução que se não completou, não tendo sabido resistir aos embates que as contingências do momento criaram. A Revolução trouxe modificações na vida brasileira, não há negar. Mas seu programa foi logo posto de lado em face de novas injunções. Faltou-lhe, de fato, um conteúdo revolucionário. A plataforma da Aliança Liberal, que fez as vezes de programa do movimento de outubro, parece-nos hoje um documento vazio, repisando pontos que, bem pensados, não eram os mais importantes para a revolução que se tinha em mira. É documento simplesmente político que, a dizer o que deveria ser feito, preferiu dizer o que não fora feito...

O mesmo decreto de institucionalização do Governo Provisório dispunha sobre a intervenção nos Estados, direito, aliás, assegurado pela própria Constituição de 1891 e algumas vezes aplicado na Primeira República, mas sempre em casos de exceção. Agora, o instituto da intervenção foi sistematizado, aplicado a todos os Estados, apenas com exceção de Minas Gerais. Esta exceção mineira talvez possa ser explicada por uma espécie de gratidão ao velho Olegário Maciel pelo apoio dado à Revolução. Tanto que, falecido o presidente mineiro em 1933, entrou Minas na norma comum das interventorias tal como os outros Estados.

O Caso de São Paulo

A verdade é que a política dos interventores agitou e naturalmente desagradou os grupos oligárquicos de vários Estados, todavia com reações diferentes. Não se podia eliminar com um decreto a mentalidade oligárquica que havia mais de meio século dominava o país e, na realidade ninguém governaria sem essas oligarquias. Tanto é exato que, decorrido meio século da Revolução, elas dominam ainda boa parte do Brasil. Os primeiros sinais de descontentamento com a nova política surgiram em São Paulo e no Rio Grande do Sul, mas foi em São Paulo que se deu a principal divergência. O “caso de São Paulo” (como se convencionou denominar) não foi o único surgido do relacionamento do governo provisório com os Estados. E da má posição deste relacionamento decorreram situações que quase comprometeram a Revolução.

O Partido Democrático, fundado em 1926, foi o elemento garantidor da Revolução de 30 em São Paulo. Seu programa, desde o início, foi o combate às apregoadas corrupções da situação dominante e, nesta característica, tornou-se na realidade o primeiro grande partido

de oposição surgido no Brasil republicano. Lutando pela moralização dos costumes políticos e do próprio sistema eleitoral, apoiou integralmente o programa da Aliança Liberal e as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa nas eleições presidenciais de 1930. Acolheu, assim, com o maior entusiasmo a revolução e promoveu calorosa recepção a Getúlio Vargas em sua passagem pela capital paulista. Enfim, tudo indicava que o Partido Democrático seria o novo dono do poder em São Paulo. A própria Junta Militar que depôs Washington Luís recomendou ao Comandante da Segunda Região Militar que entregasse o governo a um prócer ilustre desse Partido, Francisco Morato, jurista eminente e professor da Faculdade de Direito. Mas Morato não aceitou o encargo, declarando que preferia aguardar a chegada de Vargas para “ter sua indicação consagrada pela Revolução”. Esta vacilação de Morato, na realidade, foi fatal aos democráticos, pois com a chegada de Vargas, João Alberto e Miguel Costa passaram a disputar o governo de São Paulo, que acabou ficando com João Alberto, a princípio como simples “Delegado Militar” e depois como Interventor. De início, suas relações com o Partido Democrático foram boas, pois em seu primeiro secretariado os democráticos chegaram a predominar. Mas logo surgiram as dissensões, especialmente depois que João Alberto passou a tomar algumas medidas que contrariavam os interesses das classes conservadoras. Uma delas, a licença para funcionamento do Partido Comunista e, pouco depois, algumas medidas a favor dos trabalhadores.

É interessante lembrar — como ainda há pouco afirmou o Sr. Glauco Carneiro — que a primeira idéia de Vargas foi a de nomear Batista Luzardo para a interventoria de São Paulo. É certo, todavia, que não se pode fazer história na base do “se”, mas não custa imaginar como teria sido diferente a história paulista dos tempos que se seguiram a 1930 se efetivamente Batista Luzardo fosse nomeado Interventor em São Paulo. Luzardo era homem de confiança do Partido Democrático e soube sempre pôr-se ao lado da causa paulista em todos os momentos difíceis, a começar pela Revolução cujo cinquentenário ora se comemora. Mas, num gesto inábil e infeliz preferiu o pernambucano ao gaúcho, o que fez abrir as primeiras brechas numa ruptura que cada vez se tornou mais acentuada, não atenuada nem com o atendimento à fórmula “civil e paulista” como exigência para quem devesse governar São Paulo. Ao contrário, Vargas conseguiu o que jamais alguém poderia imaginar: que os dois partidos antagônicos, o Democrático e o velho PRP, se unissem numa “Frente Única Paulista”. E o mais grave é que começou a se conscientizar de que a Revolução de 1930 fora feita contra São Paulo. Uma série de medidas, todas elas traduzidas no mais acentuado desentendimento, levava, pelo menos aparentemente, a essa convicção. As agitações sucediam-se. Comícios gigantescos, quase sempre tumultuados, com prisões, violências e até mortes, tornaram o ano de 1931 e o primeiro semestre de 1932 de grande intranquilidade em São

Paulo. Era a este momento que se referia Alfredo Ellis Júnior quando escrevia que o povo paulista era um barril de pólvora, bastando uma simples faísca para provocar a explosão.

O “barril de pólvora”

Afinal, na manhã de 9 de julho explodiu o “barril de pólvora”, a que se referia Ellis Júnior, acionado o movimento por Isidoro Dias Lopes, Bertoldo Klinger, Euclides de Figueiredo, Marcondes Salgado, Palimércio de Resende e, como chefe civil, Pedro de Toledo, interventor nomeado por Vargas alguns meses antes, mas aclamado “governador” pelo povo. Ao contrário do que supunham, a revolução não se resumiu numa “passada” ao Rio de Janeiro, onde seriam os paulistas recebidos de braços abertos para a deposição do governo provisório e o fim da ditadura. Em vez, encontrou o movimento a mais acirrada resistência, normal para os de fora, mas infelizmente não percebida pelos que desencadearam a revolução, embora todos homens de responsabilidade e de grande vivência, mas que, na euforia do momento, subestimaram os adversários ou, melhor dizendo, acreditaram um tanto ingenuamente que as demais unidades da Federação acompanhariam o movimento paulista, o que efetivamente não ocorreu. Isto nos dá a entender que todas as tentativas de articulação com as forças políticas de Minas e do Rio Grande do Sul não passaram de... tentativas. Nenhum posicionamento se configurou realmente concreto. Pouco significou, do ponto de vista militar, que os segmentos mais expressivos do Rio Grande do Sul, representados por Borges de Medeiros, Assis Brasil, Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, enfim todos aqueles que assinaram o belíssimo manifesto de 15 de outubro, estiveram ao lado de São Paulo, se o governo de Flores da Cunha não esteve. Da mesma forma, com a voz isolada de Artur Bernardes em Minas, mas com o governo mineiro apoiando integralmente a situação e lutando bravamente contra São Paulo. Ou, ainda, alguns simpáticos movimentos em prol da causa paulista no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso, na Bahia e no Pará.

Ao contrário do que se imaginou, a luta durou três meses, uma das mais demoradas revoluções de quantas temos tido. Três meses de sacrifício, em que São Paulo, através de todas as camadas de sua população, deu demonstrações extraordinárias de espírito cívico, numa ampla mobilização que levou milhares de voluntários às três frentes em que os revoltosos tiveram de lutar. Conscientizaram-se os paulistas de “um dever a cumprir” e no cumprimento deste dever os maiores esforços foram despendidos. Apelou-se para o passado glorioso de São Paulo, com a evocação de momentos em que a fibra paulista precisou ser posta à prova, a começar pelas bandeiras, pois 1932 foi visto também como uma “nova bandeira”. Não foi sem propósito que vários batalhões de voluntários receberam nomes de bandeirantes: Fernão Dias, Borba Gato, Raposo Tavares, Anhangüera... A mobilização cívica não foi menor que a militar: todas as instituições

científicas e culturais do Estado, toda a sua organização industrial puseram-se a serviço da Revolução, da mesma forma que a campanha do “Ouro Para o Bem de São Paulo” revelou momentos patéticos de rara beleza cívica. Talvez não tenha havido movimento mais belo na história do Brasil. Mas por importante que isto tivesse sido, não seria suficiente para a vitória do Movimento.

Gloriosa, mas inútil

Três grandes erros cometeram, a nosso ver, os homens que chefiaram a Revolução Paulista: primeiro, terem desencadeado o movimento sem bases realmente seguras, tanto em Minas, como no Rio e no Rio Grande do Sul; segundo, acreditarem que os demais Estados tinham as mesmas razões que São Paulo para estar descontentes com o governo provisório de Vargas; terceiro, permitirem que elementos revanchistas, sequiosos de reconquista do poder, comprometessem a causa, dando-lhe o aspecto de uma “contra-revolução” e não de uma revolução complementar à de 1930, como deveria ter sido. E foi como “contra-revolução” que Vargas encarou o movimento, como o demonstra o seu manifesto de 20 de setembro. Nele, lembra que o motivo ideológico que poderia justificar a luta — a volta imediata ao regime constitucional — “é inteiramente falho e inoportuno, porque o retorno da Nação à legalidade já fora iniciado e com data prefixada”. Com efeito, dois meses antes da revolução, a 14 de maio, Vargas assinara o Decreto 21.402 criando e designando comissão para elaborar o anteprojeto de Constituição e marcando a data de 3 de maio do ano seguinte (1933) para as eleições destinadas a eleger a Assembléia Constituinte. Sob este aspecto, a gloriosa revolução paulista tornou-se, portanto, inútil, pois não fez abreviar de um dia sequer a marcha da reconstitucionalização. As eleições acabaram realizando-se precisamente no mesmo dia que Vargas havia marcado, dois meses antes de eclodir o movimento.

Vencida a Revolução e, ao contrário do que aconteceu em 1930, São Paulo não foi tratado como “terra vencida”. Desta vez Vargas demonstrou bem maior habilidade. O interventor designado em outubro de 1932 para a ingrata missão de governar um Estado magoado e ferido com a derrota, não comprometeu o relacionamento com o governo provisório e mais depressa do que se poderia esperar, criou-se ambiente favorável para, logo no ano seguinte, ser designado outro interventor, desta vez “civil e paulista” e que, com a reconstitucionalização, tornou-se governador e veio a ser, talvez, a maior figura da administração pública de São Paulo em todos os tempos: Armando de Sales Oliveira.

Uma pergunta final: vale a pena comemorar, em seu cinquentenário, uma revolução vencida e que o próprio autor destas linhas (embora não fale em nome da historiografia paulista) considera inútil ? Lembraríamos, de início, que as revoluções vencidas são as mais comemo-

radas. Esquecerão os gaúchos a “Farroupilha”, os mineiros a “Inconfidência” ou os pernambucanos os heróicos movimentos de 1817, 1824 e 1848 ? No entanto, tal como a paulista, foram todos vencidos e acabaram sendo também inúteis. Mas representaram “momentos decisivos” na vida desses Estados, e esses momentos, seja qual for nossa opinião a respeito deles, pertencem à História.

(De um artigo publicado em **Letras & Livros**, suplemento do **Correio do Povo**, de Porto Alegre, no dia 17 de julho de 1982)

*

O ESPÍRITO DE 32

Brasil Bandecchi

1 — Bibliografia da Revolução

A bibliografia da Revolução Constitucionalista de 1932 é vasta. Terminado o movimento, não tardaram a aparecer as primeiras obras e inúmeros artigos, que logo se multiplicariam.

Aureo de Almeida Camargo publicou, no nº 91 da **Revista de História**, no 40º aniversário da Revolução Paulista, interessante informe, sob o título **Roteiro de 32**, onde relaciona com boa técnica e melhor cuidado, livros, folhetos, jornais, revistas, composições musicais, poesias e gravações, apresentando claros resumos dos primeiros, com o objetivo de facilitar o trabalho do pesquisador.

Este **Roteiro** se estende por 58 páginas, o que mostra a importância e riqueza de bibliografia em tela.

Bibliografia rica em depoimentos, em crônicas e mesmo em obras históricas. É certo que, muitas vezes, é difícil saber-se onde acaba a crônica e começa a história, como assinala o mestre Capistrano de Abreu em seu estudo sobre Varnhagen. Trabalhos escritos ainda no calor das paixões, muitos deles são libelos veementes. Outros procuram estudar o movimento em si. Há os que descrevem a luta em uma das frentes de batalha e, ainda, os que falam do trabalho na retaguarda para manter as frentes, tendo por objetivo amenizar o drama e o sacrifício do embate. E, ainda, os que estudam mais aprofundadamente as causas da Revolução e sua finalidade. Uns mais e outros menos são fontes onde o historiador irá colher o material necessário para a análise da epopéia paulista, epopéia que revelou, mais uma vez, a alma indômita, tenaz, valente, construtiva e democrática de São Paulo.

Nos livros de história pátria há ainda, com raras exceções, certa parcimônia no espaço reservado à Revolução de 32. Isto quando lhe dedicam algumas linhas. Entre as exceções encontram-se a **História do Brasil**, de Pedro Calmon, que dela se ocupa demoradamente, o mesmo acontecendo com a **História do Exército Brasileiro**, de Antonio de Sousa Júnior e outros, edição do Estado-Maior do Exército, 1972. Em o **Novo Dicionário de História do Brasil** e no de Estudos Sociais, de Brasil Bandecchi, Leonardo Arroyo, Ubirantan Rosa e outros (Melhoramentos) os verbetes sobre a revolução além de longos são completados por outros afins com informações e biografias.

Porém, mesmo com a enorme bibliografia referida (gostaria sinceramente de estar enganado), a Revolução de 1932, é mais sentida do que conhecida. É sentida quase exclusivamente pelos paulistas e por não paulistas aqui radicados, que a viveram. E, assim mesmo, em Piratininha há os que a tratam com indiferença e, até, com desdém.

Não culpo os indiferentes pelo que acontece. Na verdade os brasileiros, mesmo com o rádio e a televisão, mal se conhecem. Nós não nos lemos e o que vemos, na quase maioria absoluta das vezes, mostra a imagem mas não revela a alma.

Há alguns anos, o então promotor público e hoje ilustre magistrado em Brasília, Dr. Dario Viotti, chamava minha atenção para o fato de que, em São Paulo, ninguém lia jornais e revistas de Minas e vice-versa. E desse desconhecimento, dizia-me, é que têm surgido muitos equívocos. Os paulistas mal sabiam (ou sabiam mal) a oposição que Arthur Bernardes movia ao governo de Minas e o receio que os seus adversários políticos tinham que ele voltasse ao poder com a vitória constitucionalista. Foi esta uma das causas de muitos políticos mineiros não terem acompanhado São Paulo em 32 e até se colocarem em oposição contrária.

Há, também, os que informam mal e erradamente. No livro **Estudos de Problemas Brasileiros**, escrito sob a orientação do Padre Leme Lopes S. J., e publicado pela Biblioteca do Exército e Renes/Editores, Rio de Janeiro, 1971, lê-se à página 28 (Unidade 1, Introdução Doutrinária, de autoria do Prof. Armando de Oliveira Marinho):

“A segunda Constituição Republicana, promulgada em 16 de julho de 1934, traz no seu bojo uma conjugação do liberalismo, consagrado na sua antecessora, com as idéias da social democracia. No fundo lhe serviu de inspiração a Constituição alemã de Weimar, de 1919. Ao ser elaborada, predominou a intenção de erigir um regime democrático com a preservação da unidade nacional, ameaçada pela Revolução Paulista de 1932.”

A Revolução de 1932 não ameaçou a unidade nacional, salvo se defender o império da lei seja um ideal exclusivo de São Paulo. Mas, felizmente, não é. É, isto sim, um dever indeclinável que pertence a todo o homem que ama a liberdade e ordem democrática constitucional.

A história de São Paulo, entretanto, prova que a Revolução de 1932 tinha um objetivo bem diferente daquele que muitos lhe queriam inquirar e raízes muito mais profundas que só podem ser vistas por aqueles que não ficam na superfície dos fatos. São Paulo exigia a reconstitucionalização do país. São Paulo estava, como sempre esteve, ao lado da lei.

2 — O Liberalismo em São Paulo

As idéias liberais começaram a penetrar no Brasil no último quartel do século XVIII e são o fermento político da Independência. Elas inspiraram os Inconfidentes de Minas Gerais e os revolucionários pernambucanos de 1817. Sufocadas a partir desse ano aflorariam com redobrada força no movimento que culminaria no 7 de Setembro na Colina do Ipiranga, e tomaria corpo com a fundação dos cursos jurídicos no Brasil, principalmente em São Paulo, onde a instalação da Academia, em março de 1828, marcaria página brilhante dos fastos nacionais.

Miguel Reale escreve que as idéias liberais penetraram na Faculdade do Largo São Francisco sob o influxo de Líbero Badaró e Julio Frank.

Badaró, médico italiano, redator do **Observador Constitucional**, assassinado a mando do absolutismo dominante, foi um marco indelével na pregação do liberalismo. Júlio Frank, fundador da Burschenschaft (Bucha), trazia da velha Alemanha o espírito de luta contra o absolutismo reinante na Europa.

São Paulo com estrondo, como fez, aliás, todo o mundo livre, festejou a queda de Carlos X, da França, e à frente das manifestações estavam os jovens estudantes da recém-instalada Faculdade do Largo São Francisco.

Liberais e do melhor quilate eram os paulistas Padre Feijó, Antonio Carlos, Paula Sousa, Tobias de Aguiar, entre muitos. Liberal era o primeiro professor da Academia, José Maria de Avelar Brotero, fugido de Portugal por ter-se metido em encrencas políticas contra o regime dominante.

E liberalismo, em política, nada mais é do que o constitucionalismo expresso, num documento político fundamental, onde constem a divisão e harmonia dos poderes e o capítulo dos direitos e garantias individuais.

Este princípio encontra-se consagrado no artigo 16 da Declaração dos Direitos do Homem, de 26 de agosto de 1789, votado pela Assembléia Nacional Francesa, no ardor da grande revolução:

“Toda sociedade, na qual a garantia dos direitos do homem não é assegurada nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição.”

Vê-se, por aí, que o constitucionalismo, em São Paulo, dentro do melhor liberalismo, tem profundas e boas raízes.

E quando D. Pedro I enveredou pelo atalho do absolutismo, São Paulo marcou sua presença na campanha que o levou a abdicar na pessoa de seu filho, Pedro de Alcântara, no dia 7 de abril de 1831.

E a significação do ato do Imperador foi tão larga, que logo no Rio de Janeiro e no Brasil, tornou-se popular a seguinte quadra:

“No dia 7 relembro
altas glórias do Brasil,
a Independência em setembro
e a liberdade em abril.”

3 — Revolução Liberal de 1842

Com a queda de D. Pedro, instalou-se, no Brasil, o período regencial, também conhecido como “experiência republicana.” Nesse período a Câmara dos Deputados, dominada pelos liberais, realizou algumas reformas e editou o Ato Adicional de 1834, com colorido descentralizador, desfigurando de alguma forma o unitarismo da Carta Magna.

Em 1840, uma revolução branca declarou D. Pedro II maior, obra dos liberais, entre eles Antonio Carlos, Martim Francisco, José Martiniano de Alencar. Em 1841 caíram os liberais e subiram os conservadores que iniciaram a anulação das conquistas avançadas da Regência, num movimento chamado Regresso, ou seja, a volta ao sistema vigente no primeiro reinado. Duas leis caracterizam o regressismo, ambas de 1841: a que criou o Conselho de Estado (23 de novembro), e fora extinto pelo Ato Adicional, e a que reformulou o Código de Processo Criminal (3 de dezembro).

Os liberais vencidos no Parlamento, saíram a campo, combatendo essas leis e os conservadores.

Otávio Tarquínio de Sousa (**Diogo Antonio Feijó**, Rio de Janeiro, 1942, p. 293) escreve:

“Na Corte, visando de preferência às províncias, um clube dirigido por Limpo de Abreu e Teófilo Otoni pôs-se a trabalhar por todos os meios, agitando a opinião pública e procurando intimidar o governo com a ameaça de um desfecho violento.”

Que clube seria esse que o consagrado historiador nomeia tão vagamente e lhe empresta atividade tão grande ?

O livro de Tarquínio de Sousa é de 1942 e o de Aluísio de Almeida, sobre a Revolução Liberal de 1842, é de 1944, o que me leva a crer que o biógrafo de Feijó não conhecia a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, ou se conhecia, não dispunha de maiores elementos sobre ela, o que o fez tratá-la com certo laconismo, sem mesmo se referir a Alencar.

Afonso de Taunay, na sua **História da Cidade de São Paulo** (São Paulo, 1977, vol. VI, pp. 43 e sgs.) trata da Sociedade baseado exclusivamente em *Aluísio de Almeida*.

Aluísio fala com segurança da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, cuja finalidade era defender a independência do Brasil, a Constituição e opor-se às arbitrariedades do governo. E se propunha a ajudar o Corpo Legislativo por palavras escritas, censurando pela mesma maneira os atos inconstitucionais do governo e seus empregados, opondo-lhe resistência e promovendo a união entre todos os brasileiros, explanando quanto possível os obstáculos correntes (**A Revolução Liberal de 1842**, São Paulo, 1944, p. 34). Dentro desta finalidade — Defesa da Constituição e Independência do Brasil — que a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, da qual faziam parte Rafael Tobias de Aguiar, Álvares Machado, Hércules Florence, João Floriano de Toledo, Amaral Gurgel, Padre Valério de Alvarenga, Major Francisco de Castro Canto e Melo (irmão da Marquesa de Santos), Gabriel Rodrigues dos Santos, Feijó, Padre Manuel José França e outros, e a Província de São Paulo se ergueram no famoso movimento de 1842, juntamente com Minas Gerais, esta sob o comando de Teófilo Otoni.

Mais uma vez, portanto, a vocação constitucionalista de São Paulo se opôs ao arbítrio.

E durante toda a monarquia duas idéias orientam o pensamento político paulista, cujo fulcro é a Faculdade de Direito: a abolição e a república.

As sociedades abolicionistas e republicanas (secretas ou não) têm seus jornais, suas sedes e realizam reuniões em recintos fechados ou na praça pública, lutando pela liberdade de uma raça escravizada ou propugnando por um regime “onde todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.”

Os três primeiros presidentes civis da República eram paulistas e convictamente democratas. A Faculdade de Direito de São Paulo, disse alguém com muito realismo, deu alguns presidentes da República e nenhum ditador.

Isto posto, fica evidenciado, que a Revolução Constitucionalista de 1932 não foi um episódio isolado na História de São Paulo, porém, mais uma vez, a presença ativa de São Paulo na História do Brasil.

4 — Revolução de 30

Júlio Prestes, candidato do Dr. Washington Luís, saíra vitorioso nas eleições de 12 de março de 1930 e, com isto, não se conformaram os partidários de Getúlio Vargas, que alegavam cerceamento na campanha e fraude eleitoral praticada pelo governo federal.

Getúlio era presidente do Rio Grande do Sul.

Neste passo prefiro dar a palavra a um ilustre escritor e historiador pernambucano, Barbosa Lima Sobrinho, que expõe:

“É claro que a exaltação seria tanto maior quanto mais vivo fosse o sentimento em causa. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a paixão regionalista, despertada pela campanha, tornava praticamente impossível a propaganda do candidato adverso ao presidente daquele Estado. Ao contrário, em São Paulo, que não acompanhou os acontecimentos com preocupações regionalistas, a liberdade foi ampla para os comícios políticos e para a ação da imprensa partidária. Esse foi, aliás, o ambiente geral da campanha. O jornalismo disse tudo o que quis, relativamente aos próceres da campanha. Não faltaram acusações contra o Sr. Washington Luís, sem que se observasse nenhum desforço. As caravanas liberais (o Sr. Getúlio Vargas era candidato da Aliança Liberal) percorreram o país, acendendo por toda a parte o facho rubro da revolução. O estado de sítio que se tornara normal no quadriênio do Sr. Arthur Bernardes, desapareceu de todo; a censura à imprensa mergulhou também entre os usos esquecidos.”

Assim, com ampla liberdade, chegou-se à eleição de 19 de março, saindo vitorioso o Sr. Júlio Prestes, como foi dito.

Voltemos, agora, a Barbosa Lima Sobrinho:

“Alegavam-se fraudes, violências, vícios de toda ordem, mas a impressão geral era aquela, que Raul Soares externava em 1922: em geral os vícios das atas se reproduzem normalmente em São Paulo, Minas, Rio Grande, pois as eleições, por toda a parte, no Brasil, são em geral feitas por homens da mesma mentalidade e da mesma cultura. “Sob certo aspecto, em 1930, poder-se-ia mais facilmente argüir de defeito na eleição, do Rio Grande do Sul do que em qualquer outro estado.”

E esclarece:

“Demais, não haveria, sob todos esses aspectos, maior indício de irregularidade que o pleito do Rio Grande do Sul, com o resultado fabuloso que apresentou 298.627 votos para o Sr. Getúlio Vargas e 982 para o Sr. Prestes. Por maiores simpatias e melhores sentimentos que inspirem uma campanha, não é possível esperar unanimidade, senão com auxílio do processo de coação. Normalmente, num pleito livre que se suceda a uma campanha igualmente livre, não seria possível aquele resultado.”

Vencidos nas urnas apelaram para as armas. E num movimento que durou apenas 21 dias (de 3 a 24 de outubro de 1930), sob o comando geral do Sr. Getúlio Vargas, foi deposto o Dr. Washington Luís Pereira de Souza e anulada a vontade expressa nas urnas.

Em São Paulo, a Aliança Liberal tinha o apoio do Partido Democrático. Ou melhor, o Partido Democrático adotara a candidatura de Getúlio Vargas, em sessão plenária do seu Quinto Congresso (extraordinário), realizada no dia 31 de agosto de 1929, no Palácio Taçandaba, na Cidade de São Paulo.

A Revolução de 30 não trazia no seu bojo uma unidade de pensamento em torno de um programa.

A **História do Exército Brasileiro** é a obra que, na sua natureza, traz o relato mais completo da Revolução Constitucionalista. E comparando a proclamação da República com a Revolução de 30, sentencia:

“A República contava, em sua implantação, com uma elite de bacharéis e militares idealistas, razoável uniformidade de propósitos. Todavia, a Revolução de 1930, um amontoado de tendências divergentes, não possuindo, inicialmente, para guiar-lhe a ação reconstrutora, princípios orientadores, postulados ideológicos definidos e propagados que sintetizassem as aspirações dos que a tinham preconizado.” (vol. III, 934.)

Tudo indica que o grande objetivo era acabar com a oligarquia paulista e reforçar a oligarquia gaúcha, muito mais enraizada e forte do que a primeira.

5 — Paulista e Civil

No recém-fundado Clube 3 de Outubro se aninhavam os revolucionários de 30 e os tenentes que vieram no seio ou na esteira da revolução.

Os velhos membros do Partido Republicano Paulista (PRP), que os tenentes chamavam de carcomidos, sofreram vexames e perseguições, mas saíram ilesos na sua dignidade. Em breve se uniriam aos seus inimigos de ontem e amigos de anteontem: os democráticos.

Os chefes da Revolução de 30 não respeitaram, em São Paulo, sequer os aliados. Não entregaram São Paulo a um paulista, mas nomearam o Tenente João Alberto, pernambucano, primeiro, Delegado Militar da Revolução e, depois, Interventor Federal do Estado Bandeirante.

Aqui começaram os desentendimentos entre os vencedores e a amargura dos vencidos.

E desiludidos e amargurados se unem e todos querem para governar São Paulo um paulista e civil.

Fechadas as câmaras, ou melhor, extinto o poder legislativo, e a Constituição de 1891 modificada em alguns passos para atender às circunstâncias, a situação tornou-se intolerável. Os carcomidos recobram suas forças e passaram a reclamar a convocação de uma Assembléia Constituinte.

Em março de 1932, Getúlio Vargas discursando aos outubristas, insistia “na necessidade de proceder antes da constitucionalização à capina do terreno, das ervas daninhas que o esterilizam.” E sobre aqueles que desejavam apressar a volta do regime constitucional, classificou-os,

como carpideiras, saudosistas das delícias fáceis do poder ou incorrigíveis doutrinários alheios às realidades nacionais.” (*História do Exército Brasileiro*, III, 934).

O candidato natural de São Paulo, terminada a revolução, era o Professor Francisco Morato, líder do Partido Democrático e cidadão de reconhecidas virtudes. Mas o chefe da revolução e chefe do governo provisório preferiu o líder tenentista.

Como era de se esperar, o Partido Democrático acabou rompendo com o Interventor João Alberto e logo depois com o próprio Getúlio Vargas.

Enfim, os tenentes de 1922, 1924 e 1930, eram pelo governo discricionário e julgavam prematura qualquer tentativa do retorno do país à ordem legal. O Clube 3 de Outubro tinha nos seus quadros o tenentismo e os intransigentes (e muitos oportunistas, quase sempre piores que os outros para mostrar serviço) de tal maneira que Getúlio preferiu ficar com os tenentes, que representavam a força a ficar com os desarmados, que aspiravam a lei.

Mesmo assim, Getúlio cedeu à campanha dos paulistas que reclamavam um paulista e civil para governá-los. Nomeou, então, o Ministro Laudo Ferreira de Camargo, que não se curvando às injunções tenentistas teve que largar o governo, sendo substituído pelo General Manuel Rabelo.

Tudo pela Constituição ! é o lema paulista de uma campanha memorável, que tinha à frente estudantes das escolas superiores, principalmente os do Largo São Francisco, o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático.

Os ânimos se agitam e o brado reboa: Tudo pela Constituição!

Diante da onda que crescia, Getúlio Vargas nomeou para a interventoria paulista um antigo político e velho diplomata: o Embaixador Pedro de Toledo, ao qual quis impôr um secretariado. Pedro de Toledo, no entanto, nomeou auxiliares de sua escolha e inteira confiança.

Criou-se o impasse.

A campanha constitucionalista ganhou a praça pública e o povo agora quer, reclama e exige uma Constituição.

E a participação do povo foi da maior importância não só na fase preparatória do movimento como, e principalmente, durante a luta. Foi um dos momentos históricos em que ele tomou parte e o sentiu realmente.

Numa dessas manifestações populares, ao cair da tarde de 23 de maio de 1932, na Praça da República, perto da Rua Barão de Itapeti-

ninga, dos prédios vizinhos os partidários da ditadura começaram a atirar contra os manifestantes, matando cinco populares: Mario Martins de Almeida, fazendeiro em Sertãozinho, nascido em São Manuel, São Paulo, em 1901; Euclides Bueno Miragaia, auxiliar de cartório em São Paulo, nascido em São José dos Campos, São Paulo, em 1911; Drausio Marcondes de Sousa, estudante, nascido na Cidade de São Paulo em 1917 e tinha 14 anos de idade quando morreu; Antonio Américo de Camargo Andrade, do Comércio nascido em São Paulo, em 1901; e Orlando de Oliveira Alvarenga, escrevente juramentado, nascido em Muzambinho, Minas Gerais.

Com as iniciais dos nomes por que eram conhecidos os quatro primeiros, formou-se o MMDC (Martins, Miragaia, Drausio e Camargo) entidade das mais destacadas da Revolução de 32. O nome de Orlando de Oliveira Alvarenga não aparece, porque este veio a falecer em 12 de agosto, quando o MMDC já estava organizado. Mas aqui fica a justa homenagem e a gratidão de todos os constitucionalistas.

23 de maio foi o selo de sangue na página constitucionalista, que uniu todos os paulistas e filhos de outros estados e até de outros países, no ideal supremo.

Os inimigos de São Paulo perceberam que essa união era firme e notaram o rumo dos acontecimentos. A 5 de julho, quatro dias antes do início da revolução, lançaram um boletim intitulado A Camorra de Cima. A camorra era, para eles, os chefes do movimento constitucionalista. Queriam, com esse boletim, dividir os paulistas como haviam feito em 30, mas não conseguiram.

No dia 9 de julho estoura a revolução e no dia seguinte, Pedro de Toledo foi aclamado, no Pátio do Colégio, pelo povo e pelas forças armadas governador de São Paulo, deixando de ser delegado do poder central para ser mandatário dos paulistas.

O Professor Waldemar Ferreira em conferência pronunciada, em 1957, na Faculdade de Direito (A Faculdade de Direito na Arrancada de 9 de julho de 1932) lembrou que Bernardo Pereira de Vasconcelos, ao manifestar-se contrário à criação dos cursos jurídicos em Olinda e em São Paulo, assim se manifestou:

“Julgo que para maior liberdade dos mestres e alunos na explicação e desenvolvimento das doutrinas, convém que por enquanto se estabeleçam estas aulas no Rio de Janeiro. Do contrário, não me admiraria se soubesse que o Presidente da Província, onde estivesse o Curso Jurídico, tenha mandado em ferros, para as fortalezas destas Cortes, os professores e os estudantes — como republicanos e incendiários.”

Waldemar Ferreira comenta:

“Temeu o parlamentar que os mestres e estudantes do Curso Jurídico de São Paulo viessem a ser republicanos e incendiários e fossem

um dia mandados em ferros para as fortalezas do Rio de Janeiro; e a temência se converteu em realidade. Mestres e estudantes foram mandados em ferros para aquelas fortalezas e prisões em 1932; e daí para o exílio em Portugal.

Não tem sido realmente outro o fadário do Curso Jurídico de São Paulo. Seus mestres e estudantes, desde que os mestres foram os próprios estudantes, elevados às cátedras ao pé das quais se formaram, sempre entenderam que a missão histórica daquela casa não seria apenas a de dar ao país profissionais para os quadros da magistratura, do ministério público e da advocacia, mas acima de tudo, a de preparar homens que pudessem enaltecê-lo nas letras, nas artes, na política e na administração pública, convertendo-se em sementeira de políticos e estadistas, como aconteceu.”

E foi desta Faculdade que partiu o primeiro batalhão constitucionalista, formado na maior parte por estudantes, sob o comando de Romão Gomes.

Este é o espírito de São Paulo. Este é o espírito da Revolução Constitucionalista de 32.

(Publicado originalmente no volume **Cinquentenário da Revolução Constitucionalista**, pp. 150 a 160. São Paulo, Secretaria de Estado da Educação (Comissão Estadual de Moral e Cívismo, 1982).

*

A DÉCADA DE 20 E A REVOLUÇÃO DE 1930

Raul de Andrada e Silva

Nesta série de palestras estamos celebrando um dos capítulos mais belos da história das lutas pela liberdade, em terras do Brasil. Hoje ainda não versaremos sobre a Revolução Paulista de 1932, cujo cinquentenário está sendo, como deve ser, condignamente comemorado. Devemos tratar dos seus antecedentes mais remotos, que dos mais próximos se ocupará, em palestra subsequente, o Acadêmico Odilon Nogueira de Matos.

Convém retrair tais antecedentes, para que se compreenda com maior clareza a marcha e o significado dos acontecimentos que levaram ao movimento constitucionalista de 1932. Com esse objetivo, recuemos até a década de 1920, ou seja, o último decênio da Primeira República, também chamada República Velha, derruída pela Revolução de 1930. Aquele decênio de 1920, como se sabe, está marcado pela irrupção de sucessivos movimentos armados que precederam e, de certo modo, provocaram a mencionada revolução de 1930.

Antes, porém, lembremos que a história da Primeira República registra grandes momentos. Os seus maiores estadistas, alguns provindos do regime monárquico, como Rio Branco, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, os Conselheiros Rodrigues Alves e Afonso Pena, ambos presidentes da República, e bem assim os próceres genuinamente republicanos, como Campos Sales e Prudente de Moraes, também presidentes, os grandes estadistas da Primeira República asseguraram o respeito e o renome do Brasil no exterior. A diplomacia nacional atingiu o apogeu com a presença do Barão do Rio Branco na chefia do Ministério das Relações Exteriores. A oratória política e o saber jurídico de Rui Barbosa projetaram-se com extraordinário fulgor na Conferência da Paz, de Haia, em 1907. Ecoavam no estrangeiro as descobertas no campo da biologia e da medicina tropical, pelos cientistas do Instituto de Manguinhos, capitaneados pelo grande Oswaldo Cruz, nome internacionalmente celebrado. Enquanto internamente, a prodigiosa expansão do café, primeiro produto de nossas exportações, criava capitais bastantes para que, com mais o concurso do capital estrangeiro, o país erguesse novas indústrias e adquirisse o equipamento necessário ao aparelhamento material de seus portos, ferrovias e estradas de rodagem. As manifestações da vida cultural acompanhavam esse progresso econômico e a administração pública, malgrado as conhecidas lacunas da máquina burocrática, no conjunto era satisfatória. Entretanto, o período da Primeira República encerrou-se entre uma série de levantes armados.

É que a atividade política, a despeito da presença de alguns grandes vultos parlamentares, era eivada de vícios e mazelas, que acabaram

por comprometê-la irremediavelmente. Os partidos — os vários partidos republicanos estaduais — continuavam a ser, como no passado, meros agrupamentos de políticos, que viam na ascensão aos postos públicos uma carreira a realizar, salvo honrosas exceções. Os programas partidários não passavam de formalidade que poucos pensavam em realizar. A direção dos partidos e dos negócios públicos estava na dependência das oligarquias rurais, em torno de cujos interesses e poder pessoal girava a atividade política do interior. O empresariado industrial das cidades apenas começava a pesar na vida político-partidária. Os partidos representavam sobretudo as oligarquias e muito pouco os setores médios, menos ainda o proletariado incipiente. Nesse contexto é que apareceu a figura do “coronel”, o poderoso chefe da política municipal, que tinha sob sua dependência numerosa clientela, dominava as eleições locais, dele dependendo a vitória dos candidatos. Por outro lado, o regime republicano correspondia ao predomínio de uma nova aristocracia territorial que sucedera à dos barões do café da época imperial. Não muito diferente desta antiga aristocracia agrária, no plano dos interesses econômicos, mas de mentalidade republicana. Era a República dos Fazendeiros. O Brasil era uma nação em que a maioria popular não tinha expressão política e estava à margem da vida pública, submetida ao comando da minoria cultivada. Na grande maioria, os eleitores eram incapacitados para o exercício do voto e, por isso, se sujeitavam ao mandonismo político. E os detentores do poder, os políticos, ficavam vinculados aos condutores da massa eleitoral. Assegurando seus votos aos candidatos governistas, nas eleições estaduais e federais, os chefes políticos do interior garantiam sua liberdade de ação para dominar seus municípios. Essa era a estrutura do sistema político-eleitoral, característico da Primeira República. Só ocasional e excepcionalmente apareciam “coronéis” oposicionistas. A vocação do coronelismo era essencialmente governista. E completando esse conluio de forças, os governos estaduais usavam o poder público para fins de política partidária. O processo eleitoral não estava isento de pressões das autoridades policiais, de fraudes e da manipulação dos boletins de votação. Utilizavam-se as finanças públicas, as nomeações para cargos do funcionalismo, como meios de composição de interesses, na barganha dos negócios políticos. Sem receita pública suficiente, cerceados na composição de seu próprio governo, em suma, submetidos ao poder estadual, na dependência deste poder ficavam os municípios para alcançar algum progresso. Esta ascendência e ingerência do poder do Estado garantia-lhe o apoio dos “coronéis” do interior. Note-se que o vocábulo “coronel” tem aqui sentido exclusivamente político.

No plano federal, o reconhecimento de poderes ou seja o reconhecimento do mandato dos representantes eleitos do povo, pelo governo central, era um vício que comprometia o caráter democrático do regime republicano. Revestido dessa faculdade, podia o Presidente da República

afastar do parlamento nacional os deputados que não agradassem o governo. Eram as chamadas “degolas”, que atingiam representantes eleitos da oposição. Essas e outras práticas antidemocráticas mereciam a repulsa da parcela esclarecida da opinião pública liberal, esclarecida porém minoritária, que se manifestava nos jornais independentes. Repulsa que foi crescendo até desembocar na contestação dos movimentos armados.

As finanças públicas estavam em situação delicada, atingidas por males que parecem crônicos: endividamento externo, déficit constante nos orçamentos governamentais, além das perturbações que afetavam a lavoura e o comércio do café, em crise de superprodução desde princípios deste século. O Congresso nacional não hesitava em aumentar seus próprios subsídios, enquanto o governo tinha dificuldade em conceder o reclamado aumento ao funcionalismo público. E paralelamente à oposição dos grandes Estados ao Presidente Epitácio Pessoa contra esse estado de coisas, manifestavam-se os primeiros sintomas de descontentamento e inquietação dos militares. Já agora não tanto a oficialidade superior, mas os oficiais de média e baixa patente e os suboficiais.

Nessa conjuntura tumultuada, a sucessão de Epitácio Pessoa criou delicado problema. Sem a unanimidade dos partidos regionais, escolheu-se o nome de Artur Bernardes para a presidência enquanto se agravava a oposição dos grandes Estados a Epitácio Pessoa. Agravou-se a crise econômica em 1920, como o demonstram as greves operárias de 1919 e 1921. Sinal da deterioração dos costumes políticos foi o caso das “cartas falsas”, indiscutivelmente forjadas, mas cuja autoria foi malignamente atribuída a Artur Bernardes e que continham grosseiras injúrias ao Exército.

Nesse ambiente de agitação, sucediam-se os atritos entre os militares e o poder civil, havendo também generais legalistas que se mantinham fiéis ao governo. E as eleições presidenciais puderam realizar-se, saindo eleito Artur Bernardes com mais 1.500.000 votos contra pouco mais 700.000 dados a seu opositor, Nilo Peçanha. Como sempre, a oposição arguiu as eleições de viciosas e reclamou a verificação das apurações por um Tribunal de Honra. Por fim, deflagrou-se a revolução a 5 de julho de 1922, visando a derrubar a situação dominante a levar a oposição ao poder. A rebelião não se desencadeou em todos os Estados, falhando o plano de um movimento geral por indecisão dos chefes oposicionistas e das patentes superiores do Exército. Assim, à exceção dos Generais Ximeno de Villeroy e Joaquim Inácio, os outros eram oficiais subalternos. Foi uma revolução de capitães e tenentes, quer dizer de jovens.

Desde a madrugada de 3 de julho a guarnição do Forte de Copacabana se preparava e na antemanhã do dia 5 os seus canhões fizeram os primeiros disparos. Havendo-se malgrado a insurreição de outros contingentes, o Forte ficou isolado. E ante a investida final da tropa legalis-

ta, foi franqueada a saída dos que quisessem. Dos seus 300 homens restaram 17, que avançaram pela praia de Copacabana, onde juntou-se a eles o civil Otávio Correia. Ficaram conhecidos na história revolucionária brasileira como os "18 do Forte". Do tiroteio com os legalistas, salvaram-se apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes, gravemente feridos, morrendo os demais. Ao visitar os sobreviventes no hospital, teve o Presidente Epitácio Pessoa a conhecida frase de efeito: "Tanta bravura por uma causa tão ingrata". Todavia, a causa não estava morta.

Seguiu-se a reação governamental: o Presidente obteve do Congresso a votação do estado de sítio, sob o qual encerrou-se o seu contestado governo e foi empossado o governo seguinte, de Artur Bernardes. Aproveitou também o Congresso a Lei de Imprensa, com a qual se pretendia calar ou controlar os jornais independentes: o **Correio da Manhã**, o **Estado de S. Paulo**. Entretanto, não eram muito volumosas as correntes de opinião contrárias a essas medidas de exceção. No fundo, nem mesmo os setores dissidentes das velhas oligarquias (no Estado do Rio e no Rio Grande do Sul) desejavam a revolução. Compostas essas oligarquias com os Comandos superiores das Forças Armadas, a Primeira República ainda perduraria pelo octênio dos seus dois últimos presidentes, Artur Bernardes e Washington Luís. Mas não sobreviveu sem o advento de outras revoluções.

Como fenômeno político-militar, o **tenentismo** se manifesta a partir da década de 20, para atingir sua expressão máxima na Revolução de 1930. Por **tenentismo** pode-se entender, essencialmente, a participação da oficialidade subalterna na vida política e na ação revolucionária. Mas, é um estado de espírito capaz de aliciar também oficiais das patentes mais altas, bem assim civis integrados na causa da Revolução, como por exemplo, os caudilhos gaúchos Zeca Neto e Honório de Lemos, Lourenço Moreira Lima, o major Sira e Filogônio de Carvalho.

Depois da sua turbulenta eleição, o Presidente Bernardes conseguiu prorrogar o estado de sítio até o final de 1923; e sob esse regime de exceção decorrerá quase todo o seu mandato presidencial. Mas, o seu governo teve de haver-se com alguns movimentos armados. No Rio Grande do Sul, a luta entre as facções rivais de Borges de Medeiros, que pleiteava sua reeleição ao governo do Estado, e de Assis Brasil, que também se candidatará, desembocou na revolução de 1923. Só em outubro daquele ano, após meses de guerra civil, chegou-se ao acordo de Pedras Altas, que pôs termo à luta, com a mediação do General Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra. As interferências do governo federal nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul refletem a política autoritária do Presidente Bernardes e a sua determinação de sujeitar seus adversários políticos. A mentalidade dos dirigentes quase sempre era facciosa e a tendência dos governantes em geral era de confundir os problemas políticos com casos de ordem pessoal, considerando anárquica e perigosa

qualquer ação oposicionista. Mas, a média burguesia e a massa trabalhadora começavam a dar mostras de não aceitar passivamente o governo oligárquico.

Para vencer toda espécie de oposicionismo, o governo federal apelou para as impopulares medidas de exceção: o estado de sítio, com todo o seu cortejo de repressões, a lei de imprensa, finalmente aprovada, os processos dos oficiais rebeldes de 1922 e as transferências de oficiais suspeitos. Por outro lado, o Presidente Bernardes conservou o apoio seguro da maioria das oligarquias regionais e do Congresso federal.

Enquanto isso, processava-se a rearticulação revolucionária que, pela falta de coesão dos opositores políticos, concentrou-se cada vez mais na ação dos chefes militares (General Isidoro Dias Lopes e os “tenentes”). Em São Paulo, eles obtêm o apoio da Força Pública, com o Coronel Miguel Costa, e aqui teve início a revolução, na madrugada de 5 de julho de 1924. Ao amanhecer o dia, grande parte da tropa aquartelada na Capital tinha aderido ou estava aprisionada. As estações ferroviárias e o telégrafo nacional, ocupados. Mas, no Palácio dos Campos Elíseos (então residência do Presidente do Estado), a força legalista resistia, até que, aconselhado pelos militares, o Presidente Carlos de Campos retirou-se para Guaiaúna, nos arredores da Capital. Com o centro da cidade dominado pelos revoltosos, o comando legalista decidiu organizar a contra-ofensiva a partir dos bairros extremos: Cambuci, Ipiranga, Penha, Belenzinho, por onde podiam receber reforços. O lado oeste da cidade continuava livre para os rebeldes e nessa direção, pela Estação da Luz, na madrugada de 27 de julho, deu-se a retirada, ordenada pelo General Isidoro para poupar o sacrifício inútil de seus homens e prosseguir na luta em outras regiões.

A revolução havia se irradiado pelo interior paulista, onde colunas rebeldes tinham ocupado várias cidades: Jundiaí, Campinas, Itu, Rio Claro, entre outras. A ação da “Coluna da Morte”, destacamento móvel do Tenente João Cabanas, que ocupou Campinas e Bauru, facilitou a fuga até esta última cidade. Pela Sorocabana, a “Coluna” atingiu Botucatu e depois de passar por Assis, alcançou o rio Paraná, atacando Três Lagoas. Dali, rumou para o Paraná, onde, por algum tempo, enfrentou as tropas legalistas em Catanduvas; e finalmente, em Foz do Iguaçu, encontrou-se com a coluna paulista do General Isidoro e de Miguel Costa. Esses contingentes logo seriam reforçados pelos rebeldes do Rio Grande do Sul comandados pelo Capitão Luís Carlos Prestes.

Deixamos de pormenorizar o movimento revolucionário em outros Estados, mencionando apenas que houve levantes em Mato Grosso, em Sergipe e no Amazonas. No Rio Grande do Sul, a rebelião só estourou em 29 de outubro, quando se articulou com a coluna paulista, por intermédio de seus oficiais João Alberto, Juarez Távora e Siqueira

Campos, que também combateram no Sul. Houve a adesão de civis e de combatentes do caudilho Honório de Lemos. Inferiores em número e armamento para enfrentar os legalistas, partiram os revolucionários ao encontro da coluna paulista, no porto de Santa Helena, sobre o rio Paraná; e ali os chefes decidem prosseguir a campanha pelo Brasil afora, numa tentativa de levantar as populações do interior. O General Isidoro iria à Argentina rearticular os exilados e obter fundos de guerra.

Enquanto isso, o governo federal desfechava a reação. O estado de sítio, suspenso em 31 de dezembro de 1923, foi de novo decretado no primeiro dia da Revolução de 1924 e sucessivamente prorrogado até o fim do governo Bernardes. Multiplicaram-se as prisões. Era a época do malsinado presídio da Clevelândia. Multiplicaram-se os processos-crimes e as arbitrariedades. Só na Câmara dos Deputados, por um reduzido número de oposicionistas, e nos jornais independentes, ergueram-se protestos que, todavia, não chegaram a abalar a forte coligação do governo federal, dos governos estaduais, das oligarquias rurais e urbanas que os apoiavam, dos jornais conservadores e da maioria das forças armadas.

Entretanto, a revolução perseverava e a ação revolucionária então mais relevante foi a da famosa **Coluna Prestes**, reforçados pelos elementos da coluna paulista de Miguel Costa. De 29 de abril de 1925 a 3 de fevereiro de 1927, quando se internou na Bolívia, a Coluna Prestes percorreu 24.000 quilômetros, somando-se as marchas dos seus destacamentos, pelas terras de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, saindo desses Estados e a eles voltando, numa constante guerra de movimento em que Prestes se revelou um estrategista invencível. Seus contingentes eram renovados por voluntários civis e militares. Mas, as populações sertanejas que a Coluna pretendia motivar foram insensíveis à presença revolucionária, ora por temor, ora por incompreensão, ora por instinto de defesa. Não foi, porém, esmagada a revolução, nem capturados os seus chefes e a maioria de seus componentes.

Quanto à política interna do país, a reforma da Constituição republicana de 1891, se não feria a estrutura essencial do regime político, vinha reforçar o poder e a autoridade do governo federal. E o governo Bernardes assim terminava, aparentemente sob maus prenúncios. No entanto, a sucessão presidencial foi pacífica. Concentraram-se as forças partidárias de São Paulo e Minas Gerais, os dois Estados preponderantes, em torno dos nomes de Washington Luís, para Presidente, e Melo Viana, para Vice-Presidente. Nenhuma eleição anterior suscitara tanta aceitação e simpatia como esta. Dissipava-se, momentaneamente ao menos, a tensão geral provocada pelo autoritarismo reacionário dos dois governos precedentes. E os primeiros atos do novo Presidente corresponderam à confiança da opinião pública: libertação dos presos e extinção dos presídios políticos (Clevelândia, Ilha da Trindade), atenuação da censura e livramento dos jornalistas in-

curios na Lei de Imprensa, fim progressivo do estado de sítio, só o mantendo o governo nos Estados onde havia focos revolucionários, para revogá-lo inteiramente em 1927.

Mas não tardou que se reacendesse a oposição, em face da resistência, a princípio velada, a seguir declarada do governo ao projeto de anistia geral aos revolucionários, desde 1922. E os processos contra eles persistiram até 1929, com grande número de condenados. No fundo, o governo continuava conservador, fechado a profundas reformas sociais, pouco sensível às reivindicações do operariado. Algumas correntes da oposição organizaram-se politicamente: em São Paulo, o Partido Democrático elegia três deputados federais em 1927 (Marrey Júnior, Francisco Morato e Paulo Moraes Barros); no Rio de Janeiro formou-se o Partido da Mocidade, de escasso eleitorado, e no Rio Grande do Sul, o Partido Libertador. A Liga do Voto Secreto batia-se pela adoção deste sistema eleitoral. Ao mesmo tempo, no exílio, os chefes revolucionários acompanhavam os acontecimentos do país, mas entendiam não haver ainda condições para a retomada do processo revolucionário.

O ponto capital do programa de governo de Washington Luís residia na reforma financeira para valorizar a moeda nacional. Reforma de incontestável oportunidade e alcance. Mas, a valorização do cruzeiro veio a ser comprometida pela crise mundial de 1929. Os efeitos dessa crise, originariamente norte-americana, irradiaram-se pelo mundo ocidental, cuja economia era dependente da economia daquele país. Sem entrar na análise geral do fato, que não vem ao caso neste momento, e que nos levaria muito longe, limitamo-nos a lembrar as repercussões dessa crise no mundo exterior. Logo após o ano crítico, em 1930, as exportações dos Estados Unidos tinham caído a um nível de 2/3 abaixo do de 1929. Neste mercado, principal comprador dos produtos brasileiros, e noutros mercados, haviam baixado sensivelmente os preços do café. A cotação da libra-peso de café, tipo Santos-4, que a partir de 1924 se mantivera acima de 20 centavos dólar norte americano, passou a oscilar em torno de 10, baixando para menos de 8 posteriormente. E o valor das exportações brasileiras, que atingira a média de mais de 88 milhões de libras esterlinas ouro no quinquênio de 1926/30, caiu para 38 milhões. Diminuíam assim as entradas provenientes da nossa principal fonte de divisas estrangeiras, dificultando e encarecendo nossas compras no exterior, com penosa repercussão em todos os ramos da economia brasileira: agricultura, indústria e comércio. Interrompeu-se o afluxo regular de capitais estrangeiros, indispensáveis à economia nacional e ao equilíbrio das finanças. Daí, o saldo negativo nas contas externas do país. Daí, a desvalorização da moeda nacional, apesar das restrições cambiais adotadas: o valor da libra esterlina em mil réis subiu de 40, em 1929, a quase 60, em 1934. O serviço da dívida externa foi suspenso e dosadas as remessas para o exterior mediante rígido controle cambial.

Esse grave componente econômico veio somar-se aos outros fermentos de agitação político-social. Nessa aguda conjuntura se desfechou a crise da sucessão presidencial, que desembocaria na Revolução de 1930.

Reinavam então novas condições que dificultavam a indicação de candidatos à Presidência, conforme o sistema tradicional das combinações entre as chefias dos partidos republicanos estaduais, sendo os nomes assim escolhidos sufragados numa Convenção final. As resistências a tal sistema eram possíveis graças ao aparecimento de partidos oposicionistas, o Partido Democrático em São Paulo, e o Partido Libertador, no Rio Grande do Sul, por exemplo; e também pela presença dos quadros do tenentismo, oriundos das revoluções armadas da década de 20, e que, mesmo do exterior, onde estavam exilados os seus líderes, articulavam-se com as oposições. Dessa aliança de forças, sairia a Revolução de 1930.

Washington Luís pretendia ver eleito Júlio Prestes, Presidente de São Paulo, antigo líder da maioria na Câmara dos Deputados, político da nova geração, homem de idéias novas, em cuja pessoa o Presidente da República encontraria o continuador da sua obra político-administrativa, financeira e de defesa do café. Mas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente de Minas Gerais, que nutria ambições presidenciais, procurou fazer valer o acordo tácito entre o seu Estado e o de São Paulo, a chamada política do “café com leite”, segundo a qual a um paulista sucederia um mineiro ou vice-versa. A Bernardes sucedera Washington; agora seria a vez de um mineiro. Antônio Carlos realizara em Minas um governo até certo ponto renovador, com o aplauso da oposição: lei sobre o voto secreto, reforma do ensino, respeito à liberdade dos oposicionistas nas eleições estaduais. Outra demonstração de que as elites dirigentes começavam a sensibilizar-se por essas reformas encontra-se na plataforma de Júlio Prestes, como candidato à Presidência da República. Nesse documento, afirmava ele a disposição de fazer votar um Código do Trabalho assecuratório dos direitos do operariado; bem assim a mudança da legislação eleitoral a fim de melhor garantir o exercício do direito de voto e sanear as eleições dos vícios que pudessem comprometer-lhe a autenticidade. E dizia textualmente: “A criação de uma justiça especializada para os atos da vida civil e dos direitos políticos dos cidadãos será o primeiro passo para a regeneração dos costumes e para o triunfo da verdade eleitoral.”

Para opor-se à candidatura paulista, concertou-se a coligação entre as forças políticas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul em apoio ao nome de Getúlio Vargas, que fora Ministro da Fazenda de Washington Luís e, no momento, era Presidente do Rio Grande. Alicerçou-se desse modo a “Aliança Liberal”, formalizada em 17 de junho de 1929 e que só conseguiu como candidato à vice-presidência João Pessoa, Presidente da Paraíba. Os três Estados ligados contavam com o apoio eleitoral de pequenas oposições estaduais e parte do eleitorado urbano. Era notória a despropor-

ção de forças a favor do candidato paulista. E apesar da popularidade da campanha da Aliança Liberal, da repercussão de seus comícios, em que o povo aplaudia o programa aliancista (anistia, voto secreto, revogação das leis restritivas da liberdade de pensamento, justiça social etc.), Júlio Prestes venceu a eleição de 19 de março de 1930 por mais de um milhão de votos contra pouco mais de oitocentos mil dados a Getúlio Vargas. Esta eleição foi o marco divisório entre a solução legal da crise política, que se malogrou, e a solução revolucionária, que se lhe seguiu. De um episódio a outro, decorreu o breve interregno durante o qual se precipitaram os acontecimentos que levaram à revolução de outubro.

Todavia, nem os chefes da Aliança Liberal, nem as forças situacionistas, estas e aqueles igualmente conservadores, desejavam a revolução. Todos temiam suas consequências imprevisíveis. Estavam, por isso, de Borges de Medeiros a Antônio Carlos, de Getúlio Vargas a João Pessoa, propensos a acatar o resultado das urnas e esperar a posse de Júlio Prestes, malgrado os velhos vícios que a eleição pudesse ter tido. Por outro lado, não surtiram efeito, no momento, todas as articulações com os chefes revolucionários, havia algum tempo tentadas pelos dissidentes políticos mais jovens (Paulo Nogueira Filho, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha). Luís Carlos Prestes, que afirmara não acreditar numa revolução com políticos do passado, aderiu ao comunismo, desencorajando as referidas articulações. Tudo, em suma, parecia contrariar os planos revolucionários, quando os acontecimentos da Paraíba vieram provocar o movimento armado. Antes disso, porém, o governo federal adotara uma linha inflexível em relação a seus adversários políticos. Entre abril e maio de 1930, foram “degolados” 14 deputados situacionistas de Minas e todos os da Paraíba.

João Pessoa, empossado em 1928 no governo paraibano, empreendera uma ação saneadora, tomando medidas drásticas contra maus juízes e membros da Força Pública. Mas, várias de suas decisões foram arbitrárias e atingiram os interesses de certos chefes e “coronéis” do sertão. A política tributária, que obrigava a entrada de todas as mercadorias pelo porto de Cabedelo, para que não escapassem ao pagamento de tributos, em vez de entrarem pela fronteira com Pernambuco, no interior, afetou fortemente a rica região de Princesa. O “coronel” dominante nessa região, José Pereira, rompeu com João Pessoa em fevereiro de 1930 e no mês seguinte desencadeava-se a luta armada. O governo estadual não dispunha de armamento bastante para debelar a revolta. E o Presidente Washington Luís embargou a importação de armas pela Paraíba, cercada de Estados hostis. Ao Congresso Nacional, que estava para entrar em função em maio, Washington Luís recomendava estudasse a intervenção federal no Estado conflagrado. Mas em 25 de julho era assassinado João Pessoa, por questões meramente particulares. Só então se dá a intervenção

federal e a pacificação de Princesa. Entretanto, a morte do presidente paraibano foi denunciada ao povo, pelos adversários do governo federal, como ato político, que comoveu a nação. E o movimento revolucionário foi retomado.

Logo após a eleição de março tinham sido reatadas as consultas e sondagens entre as alas da oposição mais radical, os elementos jovens das elites rebeladas e os "tenentes" exilados. Mas, as negociações se desenvolviam entre marchas e contramarchas, avanços e recuos, com as indecisões dos chefes mais graduados, sem que chegassem a um plano coordenado. O movimento revolucionário se desintegrava e tendia a desaparecer, quando ocorreu o assassinato de João Pessoa. Seu sepultamento no Rio converteu-se em manifestação pública contra o governo. E as forças revolucionárias foram-se rearticulando, principalmente nos Estados em que as dissidências políticas tinham formado a Aliança Liberal (Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba), mas também noutros pontos do Nordeste, em São Paulo, em Mato Grosso. Até o velho Borges de Medeiros deu sua adesão.

O movimento irrompeu a 3 de outubro de 1930 e já no dia 5 irradiava-se por Santa Catarina e Paraná. Em Minas, começara o levante no mesmo dia e hora, não tardando, como no Rio Grande do Sul, o domínio total do território do Estado. No Nordeste, os revoltosos igualmente ocuparam todos os Estados. Em poucos dias só resistiam São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará. O Presidente Washington Luís agia energicamente, mas parecia muito difícil esmagar a rebelião. E no Rio de Janeiro, os oficiais gerais decidiram intervir para pôr termo à luta. Constituiu-se uma Junta Governativa formada pelos Generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo Almirante Isaias de Noronha. O Palácio do Catete foi cercado e o Presidente da República declarado prisioneiro. Mas, para que Washington Luís se entregasse foi necessária a intervenção pessoal do Cardeal D. Sebastião Leme. O Presidente caiu com a mesma dignidade com que viveu, no seu longo exílio, em Portugal. A mesma dignidade que, na emergência, revelou Júlio Prestes. Por isso, o regresso de ambos teve o caráter de desagravo e de consagração pública.

A Junta pretendeu manter-se no poder, chegando a nomear Ministério, com o que não concordaram os revolucionários, cuja marcha prosseguiu até a entrada de Getúlio Vargas na Capital Federal, em 30 de outubro.

Se, as forças fiéis ao velho PRP rejeitaram a revolução, é inegável que os setores da opinião pública contrários à situação passada, acolheram a vitória de outubro como a aurora da redenção nacional. As idéias essenciais da revolução eram as mesmas da propaganda oposicionista: reforma eleitoral pelo voto secreto, liberdade de opinião e respeito aos direitos individuais, restauração da moralidade administrativa, reformas sociais.

Mas, as primeiras decepções não tardariam e deste assunto lhes falará, em palestra subsequente e com sua habitual maestria, o Acadêmico Odilon Nogueira de Matos. Por outro lado, é indiscutível que a revolução estimulou uma era de renovação não somente das instituições políticas, mas também dos estudos históricos, sociológicos, econômicos e culturais, em nosso país. Por essa mesma linha renovadora, orientou-se a revolução paulista de 1932, que veio reacender o ideal constitucionalista, ameaçado pelo regime discricionário implantado em 1930.

Como se acaba de ver, a História nos demonstra que a conquista da liberdade é árdua e penosa. A estrada que a ela conduz nem sempre é um caminho suave. Muitas vezes deve-se avançar sob um céu tenebroso, toldado de nuvens escuras. Mas, de repente ameniza-se o caminho palmilhado, desanuvia-se o horizonte, clareado de sol, e pode-se divisar já próximo o alvo desejado. A conquista da liberdade nunca foi, nunca será fácil. Mas vale a pena lutar e continuar lutando por ela.

*

DE 1930 A 32: OS TEMPOS DIFÍCEIS DO GOVERNO PROVISÓRIO

Odilon Nogueira de Matos

Mais do que a Revolução em si, deve interessar-nos o “processo revolucionário”. Em sua exposição, frisou o Professor Raul de Andrada e Silva que não via na Revolução Paulista de 1932 uma “contra-revolução”, mas um complemento da Revolução de 30, com a preocupação principal de colocá-la no devido caminho, do qual estava se desviando. Ao falar em “desvio” da Revolução de 30, aparteou o Professor Brasil Bandecchi afirmando que este “desvio”, em última análise, não era mais que uma traição aos seus princípios. Esta idéia de revolução “traída” aparece também na obra de Hélio Silva. **Revolução traída** é precisamente o título que ele dá ao volume em que trata da Revolução de 30 na sua extensa obra sobre **O Ciclo de Vargas**. Mais de uma vez escrevi que, em vez de “traída” eu a preferia denominar de “inacabada”, a revolução que se não completou.

Costumo comparar o processo revolucionário que se inicia logo após a Primeira Guerra Mundial e ainda não terminou, a um percurso ferroviário com numerosas estações: 1922, 1924, 1926, 1930, 1932, 1934, 1935, 1937, 1938, 1939, 1942, 1945, 1946, 1955, 1964... (Não se conhece o fim da linha, nem até onde irá o trem...) Estações diferentes. Numas, o trem pára apenas para embarque de passageiros, noutras para se abastecer, noutras para o carregamento de cargas, noutras para o cruzamento com algum outro trem, noutras para baldeação, noutras ele nem pára: apenas diminui a marcha para a troca de “staff” a fim de ter certeza de que a linha está livre... Afigura-se-me 1930 uma estação de encruzilhada, um “carrefour” (como se diz na linguagem ferroviária), na qual o trem precisou meditar um pouco sobre por qual das linhas deveria seguir. E a grande pergunta que se faz é se ele teria realmente seguido pela linha certa...

Num movimento revolucionário há que se considerar seu aspecto militar e seu aspecto civil. Aquele é fácil de ser determinado no tempo e no espaço. Pode-se precisar o momento exato em que a revolução foi deflagrada, da mesma forma que se pode precisar também com exatidão o momento em que as armas foram depositadas com a ordem de cessar fogo. Assim, a Revolução de 1930 iniciou-se a 3 de outubro e terminou três semanas depois, dia 24, quando uma junta militar integrada pelas mais altas patentes das forças armadas depôs o presidente Washington Luís vinte dias antes do fim de seu período de governo. Dias depois, essa mesma junta militar entregava o poder a Getúlio Vargas, que fora aclamado chefe das forças revolucionárias.

Do ponto de vista civil, é neste momento que a Revolução tem início. E se a fase militar desenvolveu-se a contento, praticamente sem

maiores problemas e sua obra se consolidou, o mesmo não se poderá dizer da fase civil. Esta não soube resistir tranqüilamente aos embates que as contingências do momento criaram. A Revolução trouxe modificações sensíveis na vida brasileira, o que, ninguém de boa-fé, poderá negar. Mas seu programa foi logo posto de lado em face de novas injunções. Talvez seja por isto que Hélio Silva insiste em dizer que a Revolução foi traída. Faltou-lhe, de fato, um programa revolucionário. A plataforma da Aliança Liberal, que fez as vezes de programa do movimento de outubro, parece-nos hoje um documento vazio, repisando em pontos que, bem pensando, não eram os mais importantes para o processo revolucionário que se tinha em mira. É um documento simplesmente político que, a dizer o que deveria ser feito preferiu dizer o que não fora feito... Com os “tenentes” aconteceu a mesma coisa: todos sabem o que eles não queriam. Mas quem poderá dizer o que efetivamente queriam? Aliás, é nesta preocupação quase toda negativista, que se enquadra a maior parte do pensamento político brasileiro. E isto, desde os tempos do Império.

É interessante observar o caráter salvacionista não apenas da Revolução de 30, mas de todos os movimentos que abalaram o regime republicano, desde a sua implantação em 1889. Foram salvacionistas os golpes do primeiro lustro republicano, como salvacionistas foram a política dos governadores de Campos Sales, o civilismo de Ruy, a “Reação Republicana” de Nilo, o revisionismo de Alberto Torres, o tenentismo da década de 20, os movimentos sociais e políticos que se confundiram num só processo revolucionário pouco ou mal definido, mas que, como num vasto estuário, desaguou no movimento de 3 de outubro. “Façamos a revolução antes que o povo a faça”, teria dito o grande Andrada das Alterosas, precisamente aquele que, se as regras do jogo não fossem mudadas, seria naturalmente o sucessor de Washington Luís na suprema governança da nação. Pois o que ocorreu em 1930 foi, de fato, a quebra de um esquema. Aquele que vinha vigorando praticamente desde o começo do século, numa alternância de São Paulo e Minas nos altos postos da política nacional.

A Junta Militar que depôs o presidente Washington Luís vinte dias apenas antes do fim de seu mandato, entregou o governo a Getúlio Vargas, que viera do Sul e fora aclamado chefe das forças revolucionárias. A 3 de novembro, Vargas assumiu a chefia da Nação como “Chefe do Governo Provisório”. Foi a segunda vez, no período republicano, que o Brasil teve um “Governo Provisório”. O primeiro, quando da proclamação da República, em 1889, e durou até 24 de fevereiro de 1891, quando promulgada a primeira Constituição do novo regime. Durou um ano e três meses. Este segundo, de Getúlio Vargas, durou mais que o dobro, pois o país só entrou de novo no regime constitucional a 16 de julho de 1934, portanto após três anos e sete meses de governo provisório.

Tais como nas regências no sistema monárquico, os governos provisórios revestem-se de certas características que, aliás, lhes são inerentes: o sentido de provisoriedade, de transitoriedade e, conseqüentemente, de instabilidade. Por isto mesmo, são períodos de efervescência política e social, assinalados por avanços e recuos, marchas e contramarchas, reformas e contra-reformas. Das lutas que neles se travam surgem os lineamentos políticos e partidários que vigorarão quando o sistema constitucional puder ser restabelecido.

Ao tomar posse da chefia do Governo, perante a Junta Militar, Getúlio Vargas apreciou assim o resultado da Revolução: “O movimento revolucionário foi a afirmação mais positiva que até hoje tivemos de nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expansão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas”. Feita esta afirmação de crença no sentido da Revolução, resumiu as idéias centrais de seu programa de “reconstrução nacional”, destacando, como mais oportunas e de imediata utilidade, as que se referiam à anistia, ensino, saúde, reforma do sistema eleitoral, reorganização do aparelho judiciário, revisão do sistema tributário, criação de novos ministérios (especialmente o do Trabalho), a extinção progressiva dos latifúndios, o plano de comunicação etc. E concluiu sua fala, afirmando assumir provisoriamente o Governo da República como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo Brasileiro.

O Governo Provisório, que assim se iniciou, foi institucionalizado uma semana depois, por Decreto de 11 de novembro. O artigo 1º desse decreto é taxativo: “O governo provisório exercerá discricionariamente em toda a sua plenitude as funções e atribuições, não só no poder executivo, como também no legislativo, até que, eleita a Assembléia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do País”. O artigo 2º extingue o poder legislativo em todos os níveis — federal, estadual e municipal — e o artigo 4º afirma que as Constituições federal e estaduais continuariam em vigor, porém sujeitas às restrições estabelecidas por este decreto. De fato, não houve nenhum ato revogando, anulando ou tornando sem efeito a Constituição de 1891, mas este decreto de institucionalização do Governo Provisório restringiu-a tanto que foi como se, efetivamente, a abolisse. Tanto que, em mais de um passo, aludia a uma nova Constituição a ser elaborada, chegando o seu artigo 12º a afirmar que “a nova Constituição manterá a forma federativa republicana e não poderá restringir os direitos dos municípios e dos cidadãos brasileiros e nem as garantias individuais constantes da Constituição de 1891”.

Pelo artigo 11 desse Decreto, o Governo Provisório deveria nomear Interventores federais nos Estados. O direito de intervenção era

assegurado pela própria Constituição e algumas vezes foi empregado na Primeira República, mas sempre em casos de exceção, como ocorreu, entre outros exemplos, no Amazonas, na Bahia, no Estado do Rio de Janeiro. Agora, o instituto da Interventoria foi sistematizado. Todos os Estados — abrindo-se apenas uma exceção para Minas Gerais — foram submetidos à intervenção. A exceção mineira talvez possa ser explicada como uma espécie de gratidão ao velho Olegário Maciel pelo apoio que este dera à Revolução. Tanto que, falecido o presidente mineiro em 1933, entrou Minas na norma comum das intervenções, tal como os outros Estados.

Para essa função de “Interventor”, contou Vargas com o grupo dos Tenentes, o que assinalou pela primeira vez na História da República a ascensão das forças armadas com poder de decisão. A influência sofrida pelo Exército em sua formação — quer a dos positivistas no início da República, quer a da Missão Militar Francesa, mais tarde — foi sempre de molde a afastar as forças armadas de participação no governo, a não ser, obviamente, nas funções militares. E ainda, assim, houve um presidente — Epitácio Pessoa — que teve a coragem (ou mesmo a ousadia) de designar civis para as pastas militares, o que, no Império, aliás, era comum. Agora, com a figura curiosa do “Tenente Interventor”, passam as figuras da oficialidade média a ter poder de decisão na vida nacional, ocupando em grande maioria funções antes só admissíveis a civis.

Houve críticas a esta “militarização” do poder com as nomeações dos “Tenentes”. A estas críticas, Vargas respondeu com estas palavras: “Alguns políticos me acusam pela nomeação de militares para interventores, como se eu quisesse inaugurar no Brasil uma espécie de colonização militar. Eles (os militares) satisfazem plenamente os desejos do governo, que consistem sobretudo em administrar, deixando de parte os casos políticos, que só servem para criar dificuldades e entorpecer o curso normal da administração. Esses interventores, sem compromissos políticos, não visam a criar clientelas políticas, pois não são candidatos à eleição. Na época própria, quando a atmosfera estiver saneada e o ambiente fortalecido pela consciência popular, os políticos poderão ocupar as posições eletivas a que tiverem direito. Há “tenentes” fazendo administrações modelares. Onde, pois, os motivos da prevenção para com os militares? Estou certo de que, no momento oportuno, todos deixarão os governos, sem qualquer apego aos cargos que desempenharam. De minha parte, nomeando-os, nenhum intuito me anima de ferir os políticos, de cujo meio saí para a revolução”.

O “Tenentismo” tem merecido estudo dos especialistas em história política, desde o livro de Virgínio Santa Rosa, **O Sentido do Tenentismo**, publicado em 1933, quando os tenentes ainda estavam em plena participação na vida política do País, e que até hoje se reedita, certamente o melhor estudo sobre o tema. O assunto tem dado margem até a teses uni-

versitárias (algumas já publicadas), perscrutando, tal como Santa Rosa, o sentido dessa organização que às vezes tomava o caráter de uma filosofia política que tanta influência veio a exercer no período que estou analisando. É difícil estabelecer um caráter ideológico para esse grupo. Entre eles, havia de tudo: direita, esquerda, centro... Todos sabem o que eles não queriam. O difícil é dizer o que queriam. Julgaram-se donos da Revolução, a encarnação de seus verdadeiros ideais, constituíram clubes — Legião Revolucionária, Clube 3 de Outubro, entre outros — para conscientizar o povo na crença na Revolução. Pouca ou quase nenhuma repercussão tiveram seus apelos. Alguns, imbuídos da filosofia política de Alberto Torres, procuraram ressuscitar o grande pensador fluminense, esquecido havia quase vinte anos, e que agora volta à tona com o caráter de mentor de uma nova ordem política para o Brasil. Mas, com distorções, porque na pregação tenentista muita coisa havia que Alberto Torres jamais aceitaria. A partir de certo momento, romperam com Vargas ou, mesmo sem romper, começaram a cobrar do chefe do Governo Provisório compromissos os mais variados, os quais, no fundo, incomodavam a Getúlio. Historiando esta fase do Governo Provisório, a Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, na biografia do pai, tem uma frase maldosa, mas profundamente verdadeira: “Meu pai descobriu um meio de livrar-se dos Tenentes: promoveu-os a Capitães”. Entendam como quiserem...

A verdade é que a política do Tenentismo agitou e, naturalmente desagradou os grupos oligárquicos de vários Estados, todavia, com reações diferentes. Não se podia eliminar, com decreto, a mentalidade oligárquica que dominava o País havia meio século, e, na realidade, ninguém governaria sem essas oligarquias. Tanto é exato, que decorrido meio século após a Revolução, essas oligarquias ainda dominam em boa parte do País.

Os primeiros sinais do descontentamento dos grupos oligárquicos com a nova política ocorreram em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Foi especialmente em São Paulo que se deu a principal divergência, conforme veremos. Uma vez que esta palestra é preparatória para a próxima, que tratará especificamente da Revolução de 1932, vou-me cingir ao que ocorreu em São Paulo, embora para a inteira compreensão do processo seja muito importante o que ocorreu em outros Estados, quando nada para mostrar que São Paulo não era caso isolado.

Com a vitória da revolução em 24 de outubro de 1930, os presidentes ou governadores estaduais foram naturalmente apeados do poder, como representantes que eram de uma situação passada. Em São Paulo, assumiu a chefia do governo o General Hastimphilo de Moura, Comandante da Segunda Região Militar, que, dois dias depois, recebeu da Junta Militar do Rio de Janeiro determinação para entregar o governo a Francisco Morato, prócer eminente do Partido Democrático. Morato não aceitou, de-

clarando que preferia esperar a chegada de Getúlio Vargas para “ter sua indicação consagrada pela Revolução”. Esta vacilação de Morato, na realidade, foi fatal aos democráticos, pois com a chegada de Getúlio Vargas, João Alberto e Miguel Costa passaram a disputar o governo de São Paulo. Getúlio forçou a aceitação de João Alberto apenas como “Delegado Militar”, o que foi aceito pelo Partido Democrático. Tanto, que o jovem militar iniciou seu governo de transição com um secretariado em que predominavam os democráticos. E o próprio Partido reconheceu que o governo de João Alberto se desenvolvia a “inteiro contento nosso e com a nossa colaboração”, e o jornal “O Estado de S. Paulo” dizia, num dos seus editoriais, que João Alberto era um elemento necessário naquele momento.

De fato, as primeiras medidas do “Delegado Militar” contentaram os democráticos, pois visavam à desmobilização de tropas, ao afastamento dos remanescentes elementos do PRP (Partido Republicano Paulista) e especialmente (o que mais os agradou) à formação de uma “comissão de sindicância” dirigida por elementos do Partido Democrático. Mas, ao mesmo tempo, João Alberto tomava medidas olhadas com desconfiança não só pelos democráticos, mas também pelas classes conservadoras em geral: entre estas medidas, a licença para reorganização do Partido Comunista e algumas outras a favor dos trabalhadores, atos que são acoimados de “leviandade”. E como se não bastasse, a intenção de João Alberto em tornar-se “Interventor” e não simples “Delegado Militar” como era. Isto lhe daria, no seu próprio dizer, possibilidade de agir mais livremente em relação à política. Oswaldo Aranha, Juarez Tavora e outros tenentes mostraram-se favoráveis à nomeação de João Alberto como “Interventor”, enquanto José Maria Whitaker (Ministro da Fazenda do Governo Provisório), Plínio Barreto e os gaúchos Assis Brasil, Batista Luzardo e João Neves da Fontoura mostraram-se contrários e procuraram pressionar Vargas a que substituísse João Alberto no Governo de São Paulo. Mas João Alberto conseguiu a nomeação, tornando-se assim o primeiro Interventor em São Paulo. Diante deste fato consumado, o Partido Democrático continuou a colaborar, mas impondo algumas condições. Uma destas, era o afastamento dos militares dos cargos civis. João Alberto jogava dubiamente, ora satisfazendo aos democráticos, ora deles procurando libertar-se.

Isto levou à ruptura a que há pouco me referi. Em manifesto datado de 24 de março de 1931, assinado em primeiro lugar por Francisco Morato, mas que totalizava 27 assinaturas representando o que havia de mais expressivo nas hostes do Partido Democrático, eram incisivos: “O Partido Democrático de São Paulo não pode continuar a prestar apoio ao governo do Coronel João Alberto”. Esta ruptura com João Alberto foi o prenúncio de outra ainda maior com o próprio Getúlio Vargas. João Alberto já não era mais o Interventor de São Paulo, substituído que fora meses depois. A hostilidade se acentuava cada vez mais dentro da fórmula “civil e

paulista” como exigência para quem devesse governar São Paulo. A partir deste ponto pode-se falar num “Caso de São Paulo”, aliás muito bem estudado por Vivaldo Coaracy em livro que tem exatamente este título.

As interventorias se sucedem. Atendida a fórmula “civil e paulista” na pessoa de Laudo de Camargo, pouco se demorou este no governo, não encontrando clima que lhe propiciasse qualquer ação. Para substituí-lo, foi designado em novembro do mesmo ano de 1931, outro interventor, nem civil e nem paulista, na pessoa do Coronel Manuel Rabelo, Comandante da Segunda Região Militar. Homem reto, de caráter ilibado, adepto intransigente da doutrina positivista, mas pouco afeito às lides políticas, pouco ou nada contribuiu para a solução dos problemas que em São Paulo se tornavam cada vez mais graves. Nesta altura dos acontecimentos — e agravando ainda mais a crise paulista — formou-se a Frente Única Paulista, aglutinação das correntes outrora antagônicas do velho PRP e do Partido Democrático. Vivendo às brigas, agora se unem numa “aliança sincera que só há de repousar ou dissolver quando houvermos atingido e plenamente assegurado o duplo e supremo escopo que nos congrega”. Neste manifesto, datado de 16 de fevereiro de 1932, pela primeira vez se falava no perigo da “procrastinação indefinida da ditadura, não só incompatível com as tradições democráticas, mas também atentatórias da segurança, dos direitos e do progresso econômico de São Paulo”.

Esta ruptura dos dois principais grupos paulistas provocou atitudes similares em outros Estados, especialmente no Rio Grande do Sul, onde o problema, aliás, surgiu mesmo antes de São Paulo, mas sem a gravidade e permanência deste. No Rio Grande do Sul, as grandes figuras da oposição a Vargas são Assis Brasil, Borges de Medeiros, Batista Luzardo e João Neves da Fontoura, que articulam cerrada campanha contra Flores da Cunha, mantido no governo do Estado desde a vitória da Revolução.

As agitações se sucedem em São Paulo, nem cessando com a nomeação de outro interventor “civil e paulista” como era Pedro de Toledo, que governou nosso Estado até o fim da revolução que eclodiu em julho de 1932. Respeitável figura da vida pública brasileira, fora Pedro de Toledo Ministro da Agricultura no governo de Hermes da Fonseca, desempenhando depois funções diplomáticas em Roma, Madrid, e Buenos Aires. Nomeado Interventor em São Paulo, foi aclamado “Governador” durante a Revolução Constitucionalista, da qual se tornou o chefe civil. Curtiu as agruras do exílio, como tantos outros, logo após a derrota da revolução. Coube-lhe instituir, durante a revolução, o brasão de armas do Estado de São Paulo — a única unidade da Federação que não o possuía — no qual se inscreve a bela, patriótica e altaneira legenda **Pro Brasilia Fiant Eximia**, a afirmar, mais uma vez, os propósitos de brasilidade da gente paulista.

O ano de 1931 e o primeiro semestre de 32 foram de grande intranquilidade em São Paulo, pelas freqüentes interferências do governo

federal ou das forças do Exército. Sucederam-se comícios gigantescos, quase sempre tumultuados, inclusive com prisões, violências e mortes. Os estudantes, particularmente os da Faculdade de Direito, não perdiam oportunidade de pôr à mostra os ideais de liberalismo e de democracia, os dois grandes pilares sobre os quais se construíram as “Arcadas” históricas e gloriosas do Largo de São Francisco. O mais significativo desses movimentos pré-revolucionários foi o que ocorreu a 23 de maio (de 1932), no qual perderam a vida alguns jovens, cujas iniciais de sobrenome — MMDC (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) — tornaram-se uma gloriosa sigla durante a revolução que desencadearia menos de dois meses depois. Descobriu-se posteriormente outra vítima, de sobrenome Alvarenga. A sigla completa deveria, pois, ser MMDCA. No bairro do Butantã, na capital paulista, diversas ruas relembram as cinco vítimas do 23 de maio, bem como os topônimos mais significativos que se celebrizaram durante a revolução paulista. A data de 23 de maio — prenúncio do 9 de Julho — tornou-se tão cara aos paulistas quanto esta. Passou a ser comemorada como o “Dia do Soldado Constitucionalista”, visando particularmente às escolas, uma vez que o 9 de Julho cai em período de férias escolares. Duas importantes avenidas paulistanas, partindo ambas da Praça da Bandeira (o Piques de outrora) relembram as duas datas, da mesma forma que em muitas cidades do Estado são elas recordadas em vias públicas.

O mesmo mês de maio de 1932, tão tumultuado em São Paulo, como vimos, assinalou também fato da mais alta relevância. No dia 14, Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 21.402, criando e designando uma comissão para elaborar o anteprojeto da nova Constituição e marcando a data de 3 de maio do ano seguinte (1933) para as eleições destinadas a eleger a Assembléia Constituinte, quase dois meses, portanto, antes de deflagrar o movimento paulista de 9 de Julho.

Como consequência do entusiasmo revolucionário após 30, é no próprio grupo dos tenentes que surgem as primeiras associações de caráter doutrinário e, ao mesmo tempo, de ação política: o “Brasil Novo”, a “Legião Revolucionária” e o “Clube 3 de Outubro”. A primeira desapareceu praticamente sem deixar vestígios. Seu programa, ao lado de um acentuado aspecto jurídico e formal, oferecia caráter nacionalista e uma preocupação social mais ampla. Já a “Legião Revolucionária”, obra de João Alberto e Miguel Costa, surgia como meio de contrabalançar a hostilidade do Partido Democrático; pretendia uma política ampla em que eram incluídas reivindicações nacionalistas das classes médias e do operariado. Porém, estas classes olharam com desconfiança a agremiação, dela não participando. Por isto mesmo, restringiu-se a uma ação governamental e oficial, não sobrevivendo após a saída de João Alberto do governo. Pretendeu transformar-se num partido político — o “Partido Popular Paulista —, mas fracassou. O “3 de Outubro” foi a mais duradoura de quantas

agregiações surgiram. Tinha sede no Rio de Janeiro, com ramificações nos Estados. Era de caráter mais doutrinário que as outras, mas de natureza excessivamente conservadora; defendia acirradamente a permanência dos “tenentes interventores”, não se mostrando simpático à idéia de convocação de uma Assembléia Constituinte. Por isto mesmo, não se desenvolveu depois que esta Assembléia se tornou uma realidade e acabou desaparecendo sem maiores conseqüências.

Outras que devem ser mencionadas: a “Ação Social Brasileira”, a “Sociedade de Estudos Políticos” (SEP), que foi a origem da Ação Integralista Brasileira criada por Plínio Salgado e lançada à vida pública pelo manifesto de outubro de 1932; a “Ação Patrianovista Brasileira”, de tendência monarquista e a “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”; estas duas últimas nada tiveram diretamente com o movimento revolucionário, mas foram, sem dúvida, sugeridas e inspiradas pelo clima salvacionista que se criou após o movimento de outubro.

Nenhuma dessas entidades ou agregiações (principalmente as de natureza política) teve caráter duradouro. O brasileiro é, por natureza, avesso à disciplina, por mínima que seja mas que exija participação associativa de caráter doutrinário.

Não se poderia deixar de mencionar a chamada “questão social”, que vinha de longe, mas que os governos republicanos teimavam em ignorá-la. Há, contudo, atitudes isoladas, de algumas empresas particulares ou da chamada “Lei Eloy Chaves”. As greves, como, entre outras, a de 1917, revelavam a existência de um operariado mais ou menos conscientizado, trabalhado no início por tendências socialistas ou mesmo anarquistas trazidas por imigrantes italianos e espanhóis. Assim, a ascensão do proletariado foi uma das responsáveis para que a “questão social” deixasse de ser apenas um “caso de polícia”, como comumente se dizia, e implicasse numa conscientização que pretende ir muito além da legislação trabalhista de Vargas e Lindolfo Collor. Esta, estou convencido, é de origem positivista, tal a semelhança de suas proposições com as “considerações” apresentadas em 1908 por Teixeira Mendes num opúsculo precioso denominado “A incorporação do proletariado à sociedade moderna”.

É significativo observar a atitude em face da Revolução de 30 daquele que talvez viesse a ser o seu grande líder, pelo prestígio que desfrutava não apenas no Exército, mas igualmente entre os elementos civis: Luís Carlos Prestes. Página valiosa para o pensamento político da época é o manifesto com que o ilustre militar declara não compartilhar da revolução que se anunciava, por não ver em seu programa nada do que ele considerava necessário para uma transformação radical da vida política e social brasileira. Para ele, a revolução pregada nada traria de novo: implicaria apenas numa mudança de homens, sem maior significação. Vale a pena ler, tam-

bém, a resposta que a Prestes deu Juarez Távora. Ambos os documentos podem ser encontrados no livro de Hélio Silva sobre a Revolução de 1930.

Não seria demais, igualmente, considerar a posição da Igreja em face da Revolução de 1930, especialmente, sua ação no sentido não propriamente de retorno à posição de igreja oficial, de que gozou no Império, mas de recuperar alguns privilégios perdidos com a laicização do regime republicano e a influência positivista. Até a década de 20 a ação da Igreja é pequena: uma tentativa frustrada de criação de um Partido Católico, algumas pastorais de bispos, alguma ação entre o operariado nascente, mas tudo sem expressão e mesmo sem repercussão. Uma pastoral de D. Sebastião Leme, de 1916, levou a Igreja a uma atitude mais ativa: nela se afirmava, por exemplo, que os católicos eram maioria, mas uma maioria sem consciência dos seus deveres religiosos e sociais. Foi como consequência desta atitude inicial que se formou o Centro D. Vital, criado por Jackson de Figueiredo em 1920. Na década de 20 a ação da Igreja foi mais crítica que prática, mas com a Revolução ela procurou retornar às lutas políticas com a Liga Eleitoral Católica. Dada a inexequibilidade, reconhecida pela própria Igreja, de um Partido Católico, julgou-se que a “Liga” seria a melhor solução, como uma espécie de órgão controlador de grupos políticos, numa atitude ostensiva de pressão sobre todas as formas liberais e de tendências esquerdistas. Isto explica o apoio da Igreja Católica ao movimento integralista e às oligarquias e grupos não interessados em processos de mudança. Através de combinações e compromissos com candidatos dispostos a defender seu programa a LEC (Liga Eleitoral Católica) assinalou sua presença na vida política brasileira tanto quanto se fosse um partido. Algumas etapas nessa preocupação de reconquista de privilégios podem ser vistas na criação do cardinalato brasileiro (por muito tempo o único da América Latina e pleiteado igualmente pela Argentina), a campanha pelo ensino religioso, a colocação da imagem de Cristo no júri, a construção da estátua de Cristo no Corcovado (combatida pelos não católicos), a comemoração pelo Estado dos dias religiosos da Igreja através de “pontos facultativos” e mesmo de feriados e, finalmente, a introdução do nome de Deus no preâmbulo da Constituição, conseguida pelos católicos após imensas discussões na Assembléia Constituinte de 1933/34 e, desde então, norma de todas as nossas constituições.

A desorientação ideológica dos revolucionários de 30 apresentou, contudo, um lado positivo, que foi o interesse pela realidade brasileira, em termos menos líricos e ufanistas. Fôramos — os de minha geração — surpreendidos pelos contrastes entre o lirismo patriótico que nos embalara como reflexo dos últimos ecos da campanha civilista de Bilac e o mundo de realidades que os problemas de após-guerra fizeram surgir. Alguma coisa, para nós, não estava certo, e muito cedo nos apercebemos de que esse algo não-certo era derivado, antes de qualquer outra coisa, da visão

deformada que nos dera o ensino da história e da geografia de nosso país, levando-nos a um comprometedor alheamento acerca dos problemas reais do Brasil. A crise de 1929, e com ela a nossa estrutura social e econômica posta à prova, quando a julgávamos tão segura, e pouco depois a Revolução de 30, representam as primeiras sacudidelas desse torpor patriótico e as primeiras provas de choque para a triagem daquilo que nos poderia levar a alguma atitude de pensamento e de ação mais condizente com o que queríamos para o nosso país. Por isso mesmo, fase difícil e caótica da vida nacional, em que não se sabia o que poderia acontecer ao Brasil, saído de um movimento armado pregado e desejado por muitos, mas de cujos resultados os seus próprios promotores não pareciam muito confiantes, fase, por isso mesmo, propícia às indagações, à procura de rumos e às definições de atitudes.

O movimento editorial dos primeiros anos que se seguiram à revolução de outubro retratam esse clima. Tomemos ao acaso. Dentre os muitos livros ventilando problemas de grande atualidade e interesse, sobretudo para aquela geração que, ainda nos bancos acadêmicos ou já no início da vida prática, estava começando a tomar consciência da realidade brasileira, e se dispunha, dentro de suas possibilidades, a fazer alguma coisa para dar ao Brasil um rumo certo, versando, portanto, temas palpitantes, um procurava examinar a “psicologia da revolução”, outro perscrutava o “sentido do tenentismo”, no qual nossa geração punha tanta esperança, outro indagava da “gênese da desordem”, outro procurava interpretar a República que a revolução destruíra, outro nos revelava a verdade sobre o movimento de 30, outro definia o comportamento do país em face da crise mundial, outros iam buscar nos ensinamentos da direita ou da esquerda modelos às vezes ingênuos para o que o Brasil deveria ser, enquanto que outro, sem sair de casa, voltava-se para Alberto Torres e via no grande pensador fluminense o “tema de nossa geração”... Outro procurava “novos caminhos” para alcançar “novos fins”, nos domínios da Educação. E como se não bastasse, outro, ainda, nos mostrava um “Brasil errado” que não conhecíamos e nem queríamos admitir em nosso lirismo verde-amarelo que julgava suficiente o nosso céu ter mais estrelas e os nossos bosques mais flores, vindo o resto com o tempo, enquanto o país continuava deitado em berço esplêndido...

Enfim, tudo a trazudir procura de rumos, vislumbre de perspectivas, definições de atitudes. A análise do pensamento brasileiro dessa época nos propicia excelente radiografia de um dos momentos mais cruciantes e, por isso mesmo, mais importantes de nossa vida. A agravá-lo, tínhamos, ainda, a ausência de uma tradição universitária voltada para as áreas que pudessem atender às indagações que, então, eram feitas. Nossas escolas superiores — muitas de honrosa tradição — eram simplesmente escolas profissionais, não havendo nelas lugar para a pesquisa e a reflexão.

E quando as primeiras universidades se criaram, não passavam de simples ajuntamento, para efeito administrativo, das escolas então existentes, surgidas em épocas diferentes, por imposições diversas, atendendo a objetivos variados, no mais das vezes nada tendo em comum a não ser a finalidade de fornecer um diploma profissional a quem quisesse ser médico, advogado, engenheiro, farmacêutico, dentista ou agrônomo... Ficamos a pensar na sorte daqueles que não quisessem ser nenhuma dessas coisas e não tivessem condições para buscar na Europa ou nos Estados Unidos a formação que lhes fosse mais conveniente no campo das ciências exatas, das ciências biológicas ou das ciências humanas. Eis porque nossos primeiros químicos, botânicos, zoólogos ou biólogos não tinham de onde sair senão das faculdades de medicina, como nossos primeiros físicos e matemáticos saíam das escolas de engenharia ou nossos primeiros sociólogos, geógrafos ou historiadores não tinham outra formação senão a que lhes dariam as faculdades de direito.

É neste momento importante da vida nacional, que São Paulo nos oferece três exemplos pioneiros, resultantes, todos, do clima de instabilidade cultural que a Revolução de 30 nos mostrara: em primeiro lugar, a fundação da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, de efêmera existência, e que resultara do esforço de uma plêiade de intelectuais paulistas reunidos em torno de Alcântara Machado e de Antônio Piccarolo; em segundo lugar, em 1933, a fundação da Escola de Sociologia e Política, criada por novo grupo de intelectuais, desta vez em torno de Roberto Simonsen; e em terceiro lugar, logo no ano seguinte, a fundação da própria Universidade de São Paulo, reunindo as escolas tradicionais — uma delas velha já de um século — e criando como centro de sua estrutura (pelo menos era esta a idéia original) uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde pudessem estudar todos aqueles que não se interessassem pelo caráter profissionalizante que as escolas tradicionais ofereciam: Filosofia pura, Matemática, Física, Química, Biologia, Botânica, Zoologia, Geologia, Mineralogia, Sociologia, Geografia, Economia, História e as Letras, nas suas diversas modalidades. A formação dessa faculdade, ao lado do dinamismo impelido a muitos outros institutos de pesquisa, foi o responsável por verdadeira revolução cultural, contribuindo para a procura de rumos, para a indagação e a pesquisa desinteressada e para a definição de atitudes. História recente, mas que ainda está por ser escrita...

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA FORA DE SÃO PAULO

Hernani Donato

O cinquentenário da Revolução Constitucionalista sugere, entre as várias comemorações, um alargamento do elenco dos combates travados durante a campanha militar e um fazer-justiça que tardava. E era reclamado.

De fato, como se fora eco do clamor-verdade “São Paulo traído!”, insiste-se em manter oculta outra verdade, meridianamente clara porque escrita com fogo e sangue e luminosamente bela: em diferentes lugares do país, a causa levantada por São Paulo encontrou, ao norte, ao sul, no oeste, quem se dispusesse a lutar e a morrer por ela. Foi, portanto, causa nacional, não regionalismo.

A rigor, aquele jovem secundarista paraense que se imolou ao abrir do dia, depois de, sozinho, agarrado à sua metralhadora, resistir uma noite inteira a número desmedido de atacantes; aqueles artilheiros trucida-dos em pleno caudal do Amazonas; aqueles desesperançados cavaleiros gaúchos galopando para o entrevero e a morte a fim de manter a palavra empenhada com os paulistas, conforma, ao menos tanto quanto saber da coragem com que o comerciário, o estudante, o funcionário deixaram o balcão, o livro, o escritório e foram bater-se no Túnel, em Buri, em Eleutério.

Aqui se pretende chamar a atenção para esses combates constitucionais fora de São Paulo, mais condenados à derrota e à vingança do que os próprios paulistas confinados nas divisas estaduais. Seguem-se, segundo a cronologia, os principais encontros travados pela constitucionalização do país, em outros Estados.

19.7.1932: BELA VISTA, MS. Destacamento constitucionalista de Campo Grande ataca a cidade, guarnecida pelo 10º R.C. Parte desta tropa aderiu e parte optou por internar-se no vizinho Paraguai.

20.7.1932: POUSO ALEGRE, MG. A posição dos paulistas é acometida e envolvida pelo maior contingente e poder de fogo das tropas do Governo Provisório. O Batalhão Pais Leme, centro de defesa paulista, perde seu comandante Fernão Sales, mais 14 combatentes e cede terreno.

21.7.1932: CORONEL MANOEL JOAQUIM, estação ferroviária nas vizinhanças de Guaxupé, MG. O 1º Batalhão Paulista da Milícia Civil, a mando do capitão Romão Gomes, operando em solo mineiro, defronta o 11º B.I. da Força Pública de Minas Gerais, sob o comando do major João Lemos da Silva. A peleja termina com troca de prisioneiros e a morte de quatro mineiros e um paulista e com um acordo político: os paulistas regressam ao seu território e as divisas estaduais seriam mutuamente respei-

tadas. Esse acordo, resultou no chamado “Convênio de Guaxupé”, não respeitado pelos governistas.

21.7.1932: VACARIA, RS. Pequeno choque de forças governamentais contra grupo insurgente que se manifestara em favor da revolução de São Paulo. Em número reduzido, são facilmente dominados.

02.8.1932: BELÉM, PA. No começo da noite, estudantes secundaristas, de medicina e direito, declararam-se solidários com os revolucionários de São Paulo. Tomaram 12 fuzis à sede do Tiro-de-Guerra, ocuparam parte da cidade e fixaram-se nos quartéis da polícia e dos bombeiros. Quase toda a guarnição de Belém fora enviada ao sul para combater São Paulo. Mas o interventor Magalhães Barata organiza a reação mobilizando bombeiros, policiais e civis armados, terminando por cercar os estudantes no quartel de polícia. Paulo Cícero Teixeira, aluno do 4º ano ginasial, com uma metralhadora Hotchkiss, defende o quartel toda a noite, sendo abatido às 9 horas do dia 3 por atirador emérito, postado em prédio vizinho. Destacamento saído do arsenal de marinha liquidou o que restava da resistência estudantil.

18.8.1932: ITACOATIARA, AM. No forte de Óbidos, sobre o rio Amazonas, 50 artilheiros proclamaram-se em revolta, solidários com os que, no sul, reclamavam a imediata constitucionalização do país. Decididos a ocupar Manaus e não podendo transportar seus obuses embarcam apenas metralhadoras e fuzis, em pequenas embarcações. Contra eles, o governo do Pará expediu dois navios carregados com tropas. Um dos navios, o “Baependi” (ex-alemão), o maior dos que então navegavam no Amazonas, diante de Itacoatiara, foi empregado como aríete sobre os frágeis barcos dos constitucionalistas. Descrição de Jarbas Passarinho: “Agindo com essa proa como se fosse um aríete, afundou-os. Em seguida, sem nenhuma contemplação para com os naufragos, metralhou-os. A ação durou quarenta minutos.

19.8.1932: LADÁRIO/IPAJIM, região de PORTO MURTINHO, MS. Os revolucionários, sob o mando do major Luís Silvestre Gomes Coelho, atacam a base naval de Ladário, empregando contingente do 18º B.C. de Campo Grande, sob o comando dos tenentes Simão e Laroque; seções do 6º B.C. de Aquidauana, tenentes Moreira e Tourinho; esquadrão do 10º R.C.I., capitão Alcides Alvares da Silva e numerosos civis armados. A defesa da base: fuzileiros navais, contingente do 17º B.C. de Corumbá, unidade da Brigada Policial do RS, civis riograndenses armados e o monitor “Perambuco”. Nesta data, os revoltados progredem na direção do perímetro da base que não chegariam a ocupar.

20.8.1932: PERDIDO/PORTO MURTINHO, MS. Os constitucionalistas — gente do Exército e civis armados — empurram os governamentais para mais próximos do perímetro da base naval de Ladário que

pretendiam ocupar para abrir canal de comunicação dos constitucionalistas de São Paulo e Mato Grosso com o exterior.

27.8.1932: QUITÉRIA/COXIM, MS. Diante da pressão de numeroso contingente ditatorial proveniente do norte de Mato Grosso (Cuiabá) e de Minas Gerais, os constitucionalistas abandonam a linha defensiva Quitéria/Coxim, refluindo para o rio Sucuriú.

29.8.1932: COXIM, MS. O Batalhão Visconde de Taunay, constitucionalista, ataca e dispersa destacamento expedido pelo interventor federal em Mato Grosso para bloquear e investir o Estado de São Paulo pelo oeste.

03.9.1932: PORTO ESPERANÇA, MS. O monitor "Pernambuco" é alvo de bombas de 12kg fabricadas em Utinga, SP, atiradas de avião Curtiss, por revolucionários constitucionalistas matogrossenses do sul. O monitor apoiava a defesa do 17º B.C. de Corumbá, contra destacamento do Exército e civis armados provenientes de Campo Grande. Nos dias 4 e 5 repetiram-se tais ataques, retirando-se o monitor para Ladário.

04.9.1932: PELOTAS, RS. Grupo gaúcho solidário com os revolucionários de São Paulo, conduzido pelo coronel Marcial Terra, choca-se e obtém vantagem sobre reduzido destacamento governamental.

07.9.1932: MANDIOCA ASSADA, MS. Os revolucionários constitucionalistas operando na região de Ipajim/Ladário vencem reduzido contingente governamental apoderando-se de dois canhões. Tentam progredir na direção de Ladário. Apoderando-se da base, terão aberto um canal de comunicação dos constitucionalistas com o Exterior.

10.9.1932: PORTO MURTINHO, MS. As forças revolucionárias constitucionalistas, providas de Campo Grande e que assediavam a base, depois de bem sucedidas nos encontros de Ipajim. Perdido, Mandioca Assada, Muquem e São Roque, suspendem o ataque e dispersam, carentes por completo de munição. O assédio durara 23 horas de fogo. Os governamentais mantêm a base, evitando contatos dos constitucionalistas com o exterior, em busca de armas e outros recursos.

10.9.1932: SÃO JOÃO, entre SÃO GABRIEL E SANTA MARIA, RS. Aproximadamente 80 revolucionários de São Sepé, Santa Maria e Cachoeira, buscando reunir-se à coluna principal dos constitucionalistas gaúchos, são atacados por 140 governistas ao mando do capitão Abelardo Rubim. Luta terminada com o cair da noite, ficando em poder dos revolucionários cavalos, armas e cinco prisioneiros. Mortos: 6 dos levantados e 3 dos governistas. Ferido principal: o capitão Rubim.

13.9.1932: REIZINHO MACEDO, proximidades de CAÇAPAVA, RS. Borges de Medeiros e Batista Luzardo, saídos a campo para honrar compromissos assumidos da Frente Única gaúcha com os paulistas le-

vantados, conduzindo civis caçapavanos liderados por João Vargas, Martim Cavalcanti e Fábio Garcia, somando 210 cavaleiros, encontram e atacam força de 120 homens da Brigada Efetiva, do destacamento Figueira e a dispersam, capturando barracas, arquivos e alimentos.

13.9.1932: RIO FÃO, RS. O lugar é humilde, entre Lajeado e Arroio do Meio, junto ao Passo da Barca e próximo à embocadura do rio Duduia. A força constitucionalista gaúcha do general Cândido Carneiro Júnior (o “Candoca”) foi atacada por esquadrão governista do Regimento Presidencial. Ao fim de quatro horas de fogo, os revolucionários cruzam o Duduia, internando-se pelos matos. Deixavam no campo 4 mortos e 8 feridos. A parte da Brigada Militar reconhece a perda de exatamente igual número de homens. Extinguiu-se a resistência constitucionalista na área.

20.9.1932: SERRO ALEGRE, RS. Com este combate terminou a expressão militar do levante constitucionalista no Rio Grande do Sul. 670 situacionistas (400 do 13º Corpo Auxiliar, de São Gabriel; 150 do 15º corpo, de Dom Pedrito, do major Leopoldino Dutra); 120 do 1º Batalhão da Brigada Militar do capitão Figueiras), surpreenderam a força revolucionária quando esta churrasqueava na estância que deu nome ao lugar e ao evento. Na parte fronteira da sede da estância, os revoltosos estavam sob o mando do capitão Martim Cavalcânti; do coronel Armando Borges, nos fundos da mesma; do coronel Galdino Fagundes da Rosa, no flanco direito; do coronel Coriolano de Castro, na mangueira de pedras. Várias horas de combate resultaram em 23 governistas mortos e 39 prisioneiros, e 3 revolucionários mortos e seis feridos, além de 45 prisioneiros, incluso o inteiro Estado Maior da revolução na área.

25.9.1932: PORTO ESPERANÇA, MS. A situação da praça, cercada e atacada desde o início do mês, definiu-se nesta jornada em favor dos constitucionalistas. Com a guerra chegando ao final nas outras frentes que cercavam São Paulo, os governistas não manifestaram grande empenho em manter a posição.

(Transcr. da **Revista da Academia Paulista de História**, nº 1, págs. 92 a 97, São Paulo, 1981.)

ALGUNS TEXTOS SIGNIFICATIVOS SOBRE A REVOLUÇÃO

Não é fácil a elaboração de um textuário sobre qualquer tema de História, menos ainda quando se trata de episódios sobre os quais as opiniões são controvertidas. Entra na tarefa muito de pessoal, a traduzir pontos de vista nem sempre julgados de maneira tranqüila. E ocorre, ainda, a extensão dos textos que devem ser selecionados, quase todos (no nosso caso) de dimensões superiores ao que comportaria esta publicação. Tivemos, sobretudo, a preocupação de traduzir neste pequeno textuário toda a possível isenção de ânimo, transcrevendo também textos contrários a São Paulo e à Revolução. Lida esta explicação, o leitor encontrará:

1. Manifesto da Frente Única Paulista (16 de fevereiro de 1932);
2. Proclamação relativa à eclosão do movimento (12 de julho de 1932);
3. Primeiro editorial do jornal "O Estado de S. Paulo" sobre a revolução (11 de julho de 1932);
4. A revolução vista por João Neves da Fontoura (de uma carta a Borges de Medeiros);
5. A revolução vista por Oswaldo Aranha (idem);
6. A revolução vista por Artur Bernardes;
7. Manifesto de Getúlio Vargas (20 de setembro de 1932);
8. "As razões de minha atitude": manifesto do Coronel Herculaniano de Carvalho, comandante da Força Pública de São Paulo (8 de outubro de 1932);
9. Manifesto dos políticos rio-grandenses (15 de outubro de 1932).

*

FONTES PARA OS TEXTOS

- Carone, Edgard — **A Segunda República**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973. (Textos 1, 2 e 7).
- Ellis Júnior, Alfredo — **A Nossa Guerra**. São Paulo, Piratininga, 1932. (Texto nº 9).
- Leite, Aureliano — **Martírio e Glória de São Paulo**, São Paulo, E. G. Revista dos Tribunais, 1934 (texto nº 1).
- Pereira, Antônio Carlos — **Folha Dobrada**. São Paulo, "O Estado de S. Paulo", 1982 (textos 3, 4, 5, 6 e 9).
- Silva, Hélio — **O Ciclo de Vargas**. Volume V: 1932 — **A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. (textos 7, 8 e 9).
- Vargas, Getúlio — **A Nova Política do Brasil**, vol. II. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938 (texto nº 7).

*

FORMAÇÃO DA FRENTE ÚNICA PAULISTA

O Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo vêm anunciar aos seus correligionários, aos seus conterrâneos e a quantos aqui colaboram no desenvolvimento de nossa grandeza moral e econômica, que está feita a união sagrada dos paulistas em torno dos dois problemas que envolvem todas as nossas esperanças e destinos: a pronta reconstitucionalização do país e a restituição a São Paulo da autonomia de que há dezesseis meses se acha esbulhado. É a confluência em uma só frente, em um só pensamento, em uma só atividade das duas grandes agremiações que se digladiavam na defesa dos interesses coletivos, assim como dos vários matizes políticos e associações de classe, que acodem ao nosso apelo e vêm vibrar conosco no mesmo brado pela Pátria e pelo Estado. É a conjugação de todas as correntes dispersas ou discordantes, que se fraternizam em uma única diretriz e disciplina, animadas de sentimentos da mais absoluta cordura, lealdade e impavidez.

É uma aliança sincera, que só há de repousar ou dissolver quando houvermos atingido e plenamente assegurado o duplo e supremo escopo que nos congrega. Obedecemos aos votos e desejos generalizados de nossos conterrâneos, expressos na voz de seus órgãos legítimos, manifestados por toda parte, pela tribuna, pela imprensa, nos comícios solenes e, até, mesmo no recesso dos lares. Cedemos à força irresistível da opinião pública; cedemos contentes e resolutos. Cumpre-nos conjurar por um esforço comum, o perigo que corremos na ordem federal e remir São Paulo das aflições que o vêm atormentando. Por um lado, é a ameaça da procrastinação indefinida da ditadura e, acima do predomínio no código fundamental do país de idéias, não só visceralmente incompatíveis com as tradições democráticas, consciência e cultura da Nação senão também atentatórias da segurança, direitos e progresso econômico de São Paulo. Por outro, são as dores desta soberba Unidade da Federação, usurpada na faculdade inalienável de se governar, talada na opulência de suas riquezas, destroçada na organização de seus serviços públicos. São Paulo, martirizado nunca poderia perdoar aos seus filhos manterem-se desunidos ante tantos perigos e infortúnios. Tréguas, pois, para as lutas estéreis; tréguas para as discórdias de irmãos; a hora não é de dissídios e rivalidades. Os componentes da Frente Única Paulista mantêm integralmente os seus programas de atividade cívica e quadros partidários, tanto como a autonomia e prerrogativas dos respectivos diretórios e organizações; mas recolhem-se, neste passo de nossa história, à sombra da mesma bandeira, conjugando suas aspirações e esforços com lealdade e dedicação, em prol do retorno do Brasil à ordem constitucional e da imprescindível autonomia de nosso Estado. Estes dois objetivos máximos devem absorver, por enquanto, todos os outros, sem deixar espaço para ressentimentos pessoais, para preocupações subalternas ou

para temas de menor importância. Concentrados na realização dessa dupla finalidade, nenhum dos componentes da Frente Única modificará a sua atitude de completo afastamento da direção administrativa e o seu fraco antagonismo a todas as situações que promovam a imediata reintegração do país na órbita da legalidade. Os filhos de Piratininga nunca andaram apartados nos lances da adversidade. Nada há agora que nos separe. A luta entre nós, neste momento, seria uma como querela de família em hora de trevas e opróbrios. Ponhamo-nos à altura do papel que sempre nos coube no cenário nacional. Unidos, patentearmos aos nossos compatriotas a resolução irreduzível em que nos mantemos de nos governar por nós mesmos e de reacender as energias com que temos contribuído para a construção e prosperidade da Pátria. São Paulo, 16 de fevereiro de 1932. (a) Francisco Morato, Antônio Pádua Sales, Rodolfo Miranda, Sílvio de Campos, A. P. de Aguiar Whitaker, Arnolfo Azevedo, Manuel Pedro Vilaboim, Ataliba Leonel, Altino Arantes, J. J. Cardoso de Melo Neto, Henrique de Souza Queiroz, Paulo de Moraes Barros, José Adriano Marrey Júnior, Joaquim A. Sampaio Vidal, Francisco Mesquita, Henrique Bayma, Manfredo Antônio da Costa, Joaquim Celidônio Filho, Vicente Rao, Henrique Neves Lefevre, Aureliano Leite, Paulo Ribeiro da Luz, Edmundo Borges Carneiro, Plínio de Queiroz, Antônio Soares Lara, Elias Machado de Almeida, Fábio de Camargo Aranha, Agostinho Rizzo, Vicente Pinheiro, Prudente de Moraes Neto, Cesário Coimbra, Manuel Ubaldino de Azevedo, A. C. de Abreu Sodré, Waldemar Ferreira, Orozimbo Loureiro, Antonio E. Feliciano da Silva, Paulo Nogueira Filho.

*

A ECLOSÃO DO MOVIMENTO

O movimento que se desencadeou na noite de 9 para 10 deste mês e dominou incontinenti o Estado de São Paulo, na mais perfeita harmonia e solidariedade de civis e militares, sem lutas nem vozes discrepantes, não tem outros intuitos senão reintegrar o país na ordem legal e restituir aos brasileiros o gozo dos direitos e franquias que são o apanágio de nossa civilização.

Como a ditadura se tenha incompatibilizado com esses ideais, quebrando os compromissos da Aliança Liberal e exercitando uma política indigna de um povo culto, que se desenvolve e prospera sob a cúpula da democracia constitucional representativa, cumpre reduzi-la e removê-la do posto em que pretende perpetuar-se e sobrepor seus próprios cômodos às aspirações da Nação.

Pelo que, o povo, a guarnição federal e a Força Pública de São Paulo, fraternizados com os civis e militares de Mato Grosso e em estreita

cooperação com as correntes políticas e milícias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros Estados, pedem se tranquilizem seus compatriotas e anuncia-lhes que o movimento há de generalizar-se e prosseguir vitorioso, com o duplo e fundamental intento de entregar o Governo Federal a uma Junta, que, dentro do prazo estritamente indispensável para o preparo e funcionamento da assembléia constituinte, leve o país ao regime constitucional, e de pôr em vigor imediatamente a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, salvo nos tópicos atinentes ao poder legislativo e em outros inconciliáveis com as necessárias prerrogativas do poder supremo, na situação efêmera em que nos achamos.

A Junta Governativa Nacional compor-se-á de cinco membros — um do Rio Grande do Sul, um de São Paulo, um de Minas Gerais, um do Distrito Federal e um do Norte — e elegerá dentre eles um para seu presidente.

Tudo pela união, felicidade e grandeza do Brasil.

São Paulo, 12, VII, 1932. (a) Pedro de Toledo, Gen. Izidoro Dias Lopes, Gen. Klinger, Francisco Morato, A. de Padua Salles.

*

PRIMEIRO EDITORIAL DE "O ESTADO DE S. PAULO" SOBRE A REVOLUÇÃO"

A aliança patriótica que o Rio Grande e São Paulo firmaram, e a que aderiram forças políticas de Minas Gerais, de Mato Grosso e de outros Estados do Brasil, produziu, com o movimento de anteontem, o seu primeiro fruto. O povo, os políticos, a Força Pública e as tropas do Exército aquarteladas no território paulista desfraldaram em pleno campo de batalha, com a resolução inabalável de fazê-la triunfante, ou perecer, a bandeira da constitucionalização. Todos os recursos da dialética foram gastos inutilmente com a ditadura para convencê-la da necessidade de mudar a orientação da sua política e de apressar a marcha do País para o regime da lei. As Frentes Únicas não desejavam a luta armada. Elas bem sabiam o que há de perigoso nos apelos à força. Mas por maior que seja o amor à paz um instante chega em que ou a gente renuncia a esse amor ou, então, sucumbe na ignomínia. Foi a ditadura que colocou o Rio Grande, São Paulo, Minas, Mato Grosso, o povo e grande parte do Exército Nacional, a parte onde se não extinguiu nem obliterou o sentimento da disciplina, na dura contingência de recorrer, para salvar a sua terra da anarquia ou do despotismo militar, ao remédio supremo da luta armada. Para que São Paulo pudesse conseguir um governo que lhe não magoasse os melindres teve que sair à rua, numa explosão de cólera, e impor a sua vontade à ditadura. Para que o Bra-

sil visse satisfeitas as suas aspirações no sentido de se restaurar o regime da lei, foi obrigado, agora, em explosão análoga, a saltar para o campo de armas em punho. Não houve o que abrisse os olhos à ditadura e o que lhe derramasse luz no espírito. Por isso, o sangue que correr, cairá somente sobre a sua cabeça. O povo e as tropas que se levantaram não se arrojaram ao combate para aniquilar indivíduos, mas na defesa legítima do direito de viverem sob um regime de justiça e liberdade.

O movimento armado em prol da Constituição não pode falhar. Não falhará. Além de ser a expressão irresistível de um largo e profundo sentimento coletivo, além de ser a deflagração estrondosa de tremendas correntes idealistas, ele tem por si o heroísmo cavalheiresco do rio-grandense, a tenacidade inquebrantável do mineiro, a fria resistência do paulista e o entusiasmo avassalador de todos os brasileiros, que não compreendem a vida sob os ferros do cativeiro.

Manda a justiça que, na hora dramática em que se jogam de novo e definitivamente os destinos da democracia brasileira, se reconheça ao Rio Grande do Sul, mais uma vez, a iniciativa da campanha nacional contra a duração indeterminada do regime ditatorial. Do sul, ainda uma vez subiu para o Norte o estímulo para a reação civil e o convite para uma nova cruzada nacional em prol da liberdade e do direito. Honra se faça, também, aos partidos paulistas que, recalando ressentimentos antigos e passando uma esponja sobre o passado, se uniram lealmente, em estreita e poderosa aliança, para acudir ao tratado rio-grandense e, ombro a ombro com os nobres irmãos do Sul, caminharem na defesa dos direitos fundamentais da Nação para a vitória ou para a morte.

Para a frente, brasileiros ! Passou a hora das negociações e das transigências. Ou a lei se restaura no Brasil, ou devemos todos sucumbir. É uma partida de vida e de morte que se trava. Não desanimemos. Não recuemos diante de obstáculo algum. Afastemos do nosso espírito tudo quanto possa enfraquecê-lo ou enublá-lo. Convençamo-nos de que nos cumpre, nesta hora decisiva, doar o nosso sangue à Pátria para que ela se salve da opressão, do desmembramento e da ruína. Desertemos a vida mas não desertemos os postos que, na linha de fogo, o destino nos reservar. Na morte ou na vitória, encontraremos o descanso e a paz por que, há quase dois anos, vimos suspirando. E somente numa ou noutra é que poderemos encontrá-los.

*

A REVOLUÇÃO PAULISTA VISTA POR JOÃO NEVES DA FONTOURA

(de uma carta a Borges de Medeiros em 20 de julho)

(...) Inspirado no desejo de ser evitada a luta armada, ideei o Ministério de concentração e, durante um mês, bati-me pela vitória daquela fórmula salvadora. Não a aceitou o não senso do ditador, caprichoso, pessoal, cheio de rancores pequeninos. Eu preferia que o Dr. Getúlio Vargas

fosse um tirano. Perdão mais os violentos que os astutos. Mas o nosso ditador é um homem gelado, calculista, escorregadio. Não ataca, desliza. Não enfrenta, corrompe. Não congrega, divide. Está firmemente resolvido a governar quatro anos nesta deliciosa república Mme. Sans-Gêne. Cercou-se de um grupo de exaltados que, por seu turno, querem prolongar-se nas posições. Desbaratou o poder civil. Desmoralizou o Exército. Aniquilou o sentimento local. Amesquinhou a Justiça. Instituiu o regime da delação. Oficializou a vigância contra os que o ajudaram a subir. Esqueceu os compromissos. O equilíbrio orçamentário é uma mentira torpe. O câmbio é uma ficção. A solução do problema do café está errada. O favoritismo é uma instituição. A negociata é a regra. Enfim, a República Nova, com dois anos de idade incompletos, é mais corrupta do que foi a Velha, em mais de quarenta e um.

(...) Vitoriosa a revolução de outubro, a conduta da ditadura, saída do Rio Grande, feita principalmente pelo Rio Grande e por ele sustentada, era o oposto dos motivos determinantes da campanha liberal. Com as atitudes do governo provisório, o Rio Grande marchava de costas para o alvo que tinha em mira, quando aceitou a candidatura Getúlio Vargas e, posteriormente, o desfecho armado. Impossível seria, assim, que eu aprovasse a série de desatinos cometidos à sombra do nosso bom nome. Insurgi-me, desde logo, contra a ocupação militar de São Paulo. Chamei a sua atenção para os riscos da sinistra empreitada.

(...) Chegada, ou melhor, antecipada a hora do arranque, São Paulo todo, num movimento impressionante, ergueu-se como um só homem — o povo, o Exército, a Força Pública, as classes, homens e mulheres — e o Rio Grande não se limita a hesitar. Pela voz de seu governante, joga-se ao lado da ditadura para atacar São Paulo. Se não estou delirando, este é o *finis* do Rio Grande. Onde está a sua honra coletiva? Onde paira o seu cavalheirismo? O que é feito de nossa proverbial lealdade? Soldados do Rio Grande — da Brigada Militar —, apunhalar São Paulo pelas costas é mais do que ignomínia. É uma estupidez que há de acompanhar por um século a crônica da nossa indignidade. E para quê, Santo Deus? Para sustentar um governo impopular, inepto e insensato, que nos tem humilhado ao último ponto. Por muito que os jornais amordaçados pela censura expliquem que aí vem o regimento A ou o batalhão B da nossa velha milícia estadual, eu não acredito que assim seja. Ou então, quando aí voltar, encontrarei uma gente que eu desconheço. Vou encontrar-me com antípodas dos que aí deixei há dois meses?

Não, meu caro chefe, não é possível apodrecerem os braços da nobreza gaúcha na imundície desse charco. Eu não me renderei à evidência dessa torpeza. Lutarei até o fim. Daqui estou escrevendo, aliciando, concitando. Ajudado por bons amigos, tudo estou envidando para ganhar o território paulista e incorporar-me às hostes bandeirantes. Prefiro morrer com

elas a viver, se o Rio Grande sair degradado. Tachei a atitude de estúpida e com razão. Aqui ao meu refúgio chegam todos os dias ecos da indignação pública, contra a nossa gente. Somos acusados de traidores. Vencedora a ditadura, ela prolongará os seus dias indefinidamente. Todo o Brasil atribuir-nos-á a culpa do insucesso. Ficaremos mal com o rei e incompatibilizado com a Nação. Que restará de nós, quando os caprichos e os interesses estiverem saciados, a expensas da nossa dignidade ? Nada. Um burgo podre. Uma récuca de ovelhas apascentadas pela audácia do primeiro lobo que encontrarmos no caminho. Imagine o furor do povo paulista contra nós !

(...) Se o Rio Grande acabar na cauda da ditadura, a ditadura das mentiras, embustes, mistificações e felonias, a ditadura inerte e inapta, que dividiu os brasileiros, traiu os amigos, então é melhor que o Brasil acabe de vez. Pelo Rio Grande tudo tenho sacrificado e ainda agora esforço-me para chegar a São Paulo a fim de ali, com a minha presença, resgatar a palavra empenhada pelos nossos partidos. Fui o último que entrou no movimento. Espero ser dos últimos a sair dele”.

*

A REVOLUÇÃO PAULISTA VISTA POR OSWALDO ARANHA

(de uma carta a Borges de Medeiros)

(...) A situação criada em São Paulo não pode ser atribuída ao governo. Estava eu em pleno e leal entendimento com os Drs. Morato e Neves quando o general Klinger, dirigindo um ofício insultuoso ao Ministro da Guerra, foi reformado. Este, através de amigos, fez o movimento em São Paulo, arrastando os elementos populares, há muito trabalhados, para a desordem. Este movimento, que está tendo a reprovação geral do País, nasceu da indisciplina e sedição de alguns militares. Não podia ter outra causa. São Paulo foi atendido em seus interesses materiais no caso do café e dos demais, ao ponto de manifestarem os paulistas, através do Dr. Morato, que São Paulo tinha como seu candidato para ministro da Fazenda o atual, que correspondia às aspirações paulistas. Politicamente, se houve erros, que os reconheço, foram entretanto atendidos todos os seus anelos. Os paulistas escolheram seu governo, e o representante do governo, Dr. Pedro de Toledo, é hoje o governador do Estado, proclamado pela sedição. O governo foi ao extremo de entregar todos os cargos, até os militares, à Frente Única paulista. Nada havia, assim, que justificasse uma insurreição.

O movimento que explodiu em São Paulo não é nem pode ser aquele ao qual o Rio Grande se sentia ligado por compromissos morais e políticos. A explosão de rebeldia de São Paulo é uma sedição de militares e uma contra-revolução de civis. Pelos atos, pelos meios, pelos fins, é obra de

reacionarismo e visa a restabelecer o predomínio paulista e o da velha política contra a qual nos levantamos em outubro. Todo o País, sem discrepâncias, com decisão, não quer esse retorno ao passado e está disposto a combater o movimento paulista. Qual a razão desse movimento ? A autonomia de São Paulo ? Não é possível, nem isso é invocado em suas proclamações. São Paulo teve tudo quanto quis. E, depois de ter governo, insurgiu-se contra esse governo. Terá autoridade e possibilidade de êxito uma traição dessa natureza ? Poderá o Rio Grande dar sua solidariedade a uma tal felonía ? Qual, pois, o motivo da rebeldia ? A Constituição ? No dia do movimento foi publicado o decreto nomeando a comissão para elaborá-la. E não é só. O Dr. Morato, que aqui estivera dias antes, aceitou a sua indicação para membro dessa comissão e, em carta em meu poder, declarava que, dentro de uma semana, festejaríamos o entendimento geral. Retardou o governo a constitucionalização ? Não tenho dúvidas. Mas, depois de publicada a lei eleitoral, nada se poderia articular contra sua decisão de cumprir o decreto de fixação da data para as eleições. Ainda hoje esta é a sua decisão, que nada fará modificar. Qual, pois, a causa deste crime contra a paz, contra a vida econômica do Brasil ? Um simples incidente militar provocado de forma insólida pelo general Klinger com o ministro da Guerra. Qual a solidariedade do Rio Grande do Sul com esse incidente ? Com esse general ? São Paulo resolveu ser solidário ? Não, inicialmente. Dr. Morato telegrafou contra essa atitude. Sei, Neves teve igual conduta. Como, então, se verificou a explosão revolucionária ? General Isidoro, coronel Figueiredo e outros militares deram, invocando o nome e a falsa solidariedade do general Góes, um golpe de mão na guarnição federal de São Paulo, arrastando todos os demais. O Dr. Pedro de Toledo, pelas doze e meia da noite, interpellado por mim pelo telefone direto do Guanabara aos Campos Elíseos, declarou-me que o movimento parecia ser contra o seu governo e que não dera ordem à polícia para sair dos quartéis com receio que aderisse. Ao outro dia aceitou o posto de governador de São Paulo ! Será que tanta felonía e insensatez tenha a sua aprovação ? Afirmo-lhe, sob minha honra, que o País inteiro condena esse movimento, sem causas justificadas, nascido da traição civil e da ambição militar. A vitória desse movimento seria a perda do Rio Grande do Sul e do Brasil. Sinto-me no dever de prestar-lhe esses esclarecimentos com a franqueza, com a lealdade e com o afeto e o respeito de sempre”.

*

A REVOLUÇÃO VISTA POR ARTUR BERNARDES

(...) Convencido estou de que, se quisermos retomar o ritmo de nossa atividade econômica, a volta do País à ordem jurídica deve constituir o nosso principal objetivo. A falta de Constituição tem sido e será o

mais importante fator da agravação da crise e da sua longa duração. Vivêssemos já sob o regime constitucional, e não estaríamos assistindo ao espetáculo doloroso da guerra civil. Que motivos serão estes que retardam o advento da Constituição ? Se não há outras razões ocultas, que não possam vir a público, as invocadas até agora pela ditadura são de improcedência manifesta e não resistem a um debate sério.

A Revolução de 89, que proclamou a República, teve dificuldades maiores a vencer, com a profunda transformação da ordem institucional e substituição de um regime político por outro, que se lhe opunha de modo radical. Entretanto, os monarquistas, que haviam decaído, não puderam obstar a que, em um ano e três meses, os republicanos restaurassem no País a ordem constitucional: proclamada a nova forma de governo a 15 de novembro daquele ano, era a Constituição promulgada a 24 de fevereiro de 91. Hoje, decorridos cerca de dois anos, e apesar dos clamores da opinião pública, ainda se monta o complicado aparelho de que há de sair o futuro eleitorado nacional. Esse descaso pela opinião pública e a tardança em converter o País ao regime normal é que tem inquietado o espírito do povo e o faz temer pela sorte das liberdades e pela dos próprios Estados da Federação. São Paulo tem sido duramente tratado pela ditadura, se é que não tem sido por ela injustiçado. Nem se diga dos paulistas que hajam contrariado a nova ordem de coisas criada pela revolução, porque uns se resignaram com a situação de vencidos e os outros eram adeptos da situação vencedora, tendo batalhado pela **Aliança Liberal**. É notório que seus mais graduados representantes se cansaram de procurar junto à ditadura uma fórmula conciliadora dos interesses recíprocos.

São Paulo é um Estado que honra a Federação. É o pioneiro do progresso pátrio. Pela política construtora que instituiu e pela aplicação de seu povo ao trabalho e à produção, ele criou uma riqueza imensa no Brasil e para o Brasil. É o Estado que mais contribui para as despesas da União: é o maior contribuinte da receita dos nossos orçamentos; sua organização modelar tem servido de paradigma para os outros Estados, que ali mandam estudá-la e copiá-la sem nenhum desdouro e, antes, com vantagem manifesta. Não só, porém, por sua grandeza material ou por sua riqueza, aquele nobre povo se impõe à consideração nacional; ele merece ainda o nosso apreço pelo nível de sua cultura intelectual que, por si, ilustra uma nação. São Paulo está indissolivelmente ligado às glórias do Brasil. É notório ter sido o desespero o que arrastou São Paulo a tomar armas. Não lhe assistirá, porventura, o direito de opinar sobre os destinos do Brasil ? Quando pretenderam negar-lhe esse direito, e procuraram tirá-lo também aos restantes Estados da Federação, São Paulo pegou em armas e se pôs de pé pelo Brasil. Por que não o acompanhamos ? Quanto a mim, fico com São Paulo, porque para São Paulo se transportou a alma cívica do Brasil.

MANIFESTO DE GETÚLIO VARGAS AO POVO DE SÃO PAULO

Já decorreram dois meses de luta fratricida e inglória. São Paulo sangra-se nas suas energias e destrói as suas riquezas. Mais que ninguém, sabem os promotores e diretos responsáveis pela rebeldia que nenhum objetivo superior determinou o doloroso sacrifício imposto ao grande Estado e à Nação.

Dirijo-me ao povo laborioso de São Paulo. Quero mostrar-lhe a ilegitimidade do movimento em que o atiraram e as intenções subalternas dos seus falsos mentores.

Que bandeira desfraldaram e que pleiteiam ?

Sob o aspecto dos interesses gerais do país, reclamam a sua volta imediata ao regime constitucional. Motivo ideológico para uma revolução, este é inteiramente falho e inoportuno, porque o retorno da Nação à legalidade já fora iniciado, e com data prefixada. Com efeito: decretara-se o Código Eleitoral; marcara-se dia para a eleição dos constituintes; organizaram-se os tribunais eleitorais e suas secretarias; autorizaram-se as despesas necessárias, e adotaram-se todas as providências indispensáveis à execução rápida do alistamento. Diante disso, para alcançar o regime constitucional, só um procedimento se impunha aos **leaders** políticos: agremiarem suas hostes, prepararem seus eleitores e acorrerem ao alistamento, confiado à independência e à integridade da magistratura.

Sob o aspecto dos interesses civis de São Paulo, que pleiteiam ? A autonomia do Estado, o direito de governar-se por seus próprios filhos ? Mas tudo isso já estava alcançado. Governava-os um Interventor **civil e paulista**, um secretariado escolhido pela própria **Frente Única**, e dispunham, livremente, de uma força pública de elevado efetivo e notável eficiência bélica, sob comando autônomo. Para inteira segurança dessa situação, pediram, por último, novo comandante para a Região Militar e o afastamento de vários oficiais que tachavam de suspeitos à ordem estabelecida em São Paulo. Em tudo foram atendidos. Através de declarações verbais e escritas, os membros do governo paulista fizeram, pessoalmente ou por intermédio de seus delegados, ao Chefe do Governo, ao Ministro da Fazenda e ao General Góes Monteiro, reiteradas afirmações de seus desejos de cooperação, de solidariedade e protestos de paz com o Governo Federal. Nada mais tinham a reclamar nem reclamaram. Marcado o prazo para a Constituinte, as aspirações de ordem nacional estavam satisfeitas, e as de ordem local, implicitamente, já o estavam, com a formação de um governo civil e paulista, tão conforme à vontade de todos que, deflagrada a sedição, foi mantido integralmente. Não é só. O Governo da União não alimentava, como ainda não alimenta, quaisquer prevenções contra São Paulo. Quando viu abalada a economia do grande Estado, às portas de uma crise que se

avizinhava da bancarrota, procedeu como nenhum outro, a começar pelo do próprio Sr. Washington Luiz. Para salvar a riqueza de São Paulo e o patrimônio dos seus filhos, ameaçados pela retenção de um **stock** de café de cerca de 20 milhões de sacas, fruto das valorizações artificiais das administrações passadas, o Governo Federal lançou mão de recursos excepcionais e, diretamente primeiro, depois, por intermédio do Conselho Nacional do Café, incorporou à economia paulista nada menos de 1.200.000:000\$!

Os benefícios prestados a São Paulo na ordem administrativa, também são assinalados. Comprimiram-se as despesas suntuárias dos orçamentos do Estado, e as administrações municipais, igualmente arrasadas pelo desperdício, com **deficits** alarmantes, sob controle de um departamento especial, foram corrigidas e saneadas, e quase todas já encerravam com saldos os exercícios financeiros. Criou-se uma aparelhagem apropriada com o fim de atender à circulação de sua rede bancária, paralisada, pelo excesso de **congelados** e imobilizações de toda natureza, o que ameaçava a estabilidade comercial do Estado, principal beneficiário e causa determinante da medida.

Se todos os motivos apontados e analisados improcedem ante a realidade dos acontecimentos, como se explica a revolta de São Paulo ? Só uma explicação é possível: a ambição do poder, caracterizada por um movimento de **revanche** contra o de 1930, visando a restaurar o passado, recuperar posições e reaver as prerrogativas que permitiam ser dilapidado o erário do povo brasileiro mediante todas as formas de corrupção administrativa imagináveis. Mas, se tentaram articular um movimento generalizado e fulminante e esse movimento falhou, por falta de elementos decisivos e pela pronta reação de todo o país contra propósitos francamente reacionários mascarados numa falsa campanha constitucionalista, por que insistiram na luta ? Por que não depuseram as armas ? Por que persistem no derramamento e inútil sacrifício do sangue irmão ? Só duas alternativas lhes restam: ou ambicionam impor o predomínio de um Estado sobre todos os outros do Brasil, ou querem chegar ao separatismo. Custa aceitar a evidência de semelhantes intenções, qualquer delas crime de lesa-Pátria, atentado aos próprios laços da fraternidade nacional.

Eis a que se reduzem os ideais dos pseudo-regeneradores, chefes da sedição desencadeada em nome de São Paulo. O povo paulista deve, porém, procurar ver a situação real. Não lhe custará enxergar, então, entre os mais exaltados apóstolos improvisados de seus brios, os mesmos dominadores decaídos que lhe enxovalharam, impunemente, as tradições de pundonor e altivez.

Preconcebidamente, calculadamente, começaram por incitá-lo a vinditas de ofensas imaginárias e prepararam ambiente propício de excitação coletiva, tudo para que, chegando o momento, se servissem das raras e notáveis energias de São Paulo, atirando-as ao incêndio de uma guerra en-

tre irmãos, a benefício exclusivo de ambições e despeitos pessoais. Reacionários, não perceberam que despeitos e ambições passarão e o Brasil continuará a ascender aos seus destinos, impelidos pela energia renovadora da Revolução triunfante em 1930.

No Brasil renascente, esta revolta constitui a derradeira investida para a restauração da velha mentalidade oligárquica, sustentáculo dos clãs familiares, cujos reprováveis processos políticos se traduziam em conchavos e acordos clandestinos, feitos ao sabor dos apetites e segundo a conveniência dos poderosos do momento — processos que inutilizaram os esforços construtores de várias gerações de brasileiros. As prédicas e fórmulas palavrosas das chamadas **frentes únicas**, apenas, mascaravam o anseio de restabelecer, pela força material ou pela imposição de ajustes partidários, o predomínio perdido. Os elementos inadaptáveis ao novo estado de coisas, postos à margem da situação pela incoerência das atitudes e dubiedade de propósitos, congregaram-se, dominados pelo afã interesseiro de reconquistar a antiga ascendência, para se perpetuarem nas posições de mando. Explica-se assim a razão de suas exigências sucessivas e crescentes. Obtida uma concessão, logo pleiteavam outra e outra, julgando, talvez, o Governo fraco, quando era, somente, tolerante e apaziguador. Ninguém melhor que o General Flores da Cunha, mais de uma vez delegado das **frentes únicas**, pôde apreciar as disposições harmonizadoras do Governo Provisório e a sua atitude conciliatória ante as exigências intermináveis dos políticos.

Homem de honra, por isso mesmo, ao compreender quanto se tramara, oculta e escusamente, em nome do Rio Grande, que não fora ouvido, tomou ele a única atitude que a dignidade do próprio Rio Grande lhe impunha, reagindo contra a insídia premeditada e transformando a sua bravura e lealdade no anteparo invulnerável em que se apoiou a resistência da Nação, para enfrentar a torrente reacionária e anárquica.

O Governo Federal sente-se militarmente forte e prestigiado pela solidariedade do resto do país. Nesse transe decisivo, representando os princípios vitais da nacionalidade, Exército e Marinha, patrioticamente, atenderam ao apelo da Nação, ameaçada na sua estabilidade orgânica por mal inspiradas tendências de um regionalismo exaltado.

À Marinha coube a missão árdua e exaustiva de assegurar as vias de comunicação litorâneas, de fazer respeitada a nossa soberania marítima e manter o fechamento dos portos, impossibilitando aos rebeldes o contacto com o estrangeiro e, conseqüentemente, a aquisição de armas e aparelhos de guerra. O que representa de esforço, de abnegação, de tenacidade, de bravura, em suma, a vigilância ininterrupta e ativa das nossas unidades navais, nestes dois meses de luta, vencendo a carência de material envelhecido e gasto, enaltece e patenteia o valor da Armada Nacional.

Por sua vez, a espontaneidade com que as forças de terra se mobilizaram, a fim de atacar os rebeldes nos seus redutos, sobrepondo-se, pelos seus melhores elementos, à propaganda subterrânea e dissolvente dos empreiteiros de desordem, evidencia a alta e nítida compreensão dos deveres que lhes assistem, na defesa dos magnos interesses da Pátria. Combatendo intrepidamente, com admirável denodo e exemplar devotamento, o Exército está solidificando, nas agruras da luta, a sua estrutura técnica e moral. Força coesiva da Federação, esqueceu dissensões e rivalidades íntimas e permaneceu leal ao Governo, batendo-se para salvar o Brasil da preponderância de uma política nefasta, que poderia levá-lo ao desmembramento. Dos combates, a melhor escola do soldado, sairá rejuvenescido e homogêneo, pelas próprias imposições da guerra, que selecionam as vocações e competências militares. Os benefícios que lhe advirão dessa prova de resistência à desordem serão incalculáveis. Integrado na disciplina e no respeito hierárquico, afastar-se-á, naturalmente, das competições políticas, para se aperfeiçoar e cumprir a sua nobre e elevada missão de garantia da paz interna e da dignidade nacional.

Secundando as forças armadas, todo o resto do país, unificado por idênticos sentimentos de civismo, apressou-se a trazer ao Governo o valioso concurso dos seus contingentes militares, rapidamente improvisados, por tal forma espontâneos e abundantes, que excluiu, desde logo, a necessidade de convocar reservas, limitando a incorporação ao voluntariado.

Através desse movimento admirável da vontade nacional, reage o Brasil, coeso e consciente dos seus destinos, sobranceiro aos sacrifícios e ao choque das ambições sem freios, cada vez mais fortalecido na sua unidade e soberania.

São Paulo está isolado. Fracassaram todas as tentativas feitas para articular a sedição em outros Estados. Os exércitos federais fecham, cada dia mais, o cerco da sua ofensiva dentro do território paulista. E, precisamente, a realidade da situação não dizem os interessados em sacrificá-lo. Os destacamentos federais já ultrapassaram, no vale do Paraíba, as linhas de Piquete e Lorena; na frente mineira, penetraram até Amparo, ameaçando Campinas, e, ao Sul, estão às portas de Itapetininga. Toda resistência contrária à ordem ideal da República Nova, visando à nacionalidade, continuará inútil e não impedirá que, dentro de poucos dias, avançando por dever, as tropas legais ocupem novas posições, decisivas para a últimação da luta. Apesar, entretanto, de qualquer preponderância militar incontestável, o Governo Federal, longe de pretender aniquilar ou humilhar São Paulo, aspira, com todos os Estados da União, trazê-lo de novo ao convívio da comunhão nacional.

Pessoalmente, como Chefe do Governo, não me animam, na luta que nos foi imposta, paixões ou propósitos vingativos. A frente do Governo Provisório, instituído pela Revolução de 1930, não defendo posições

mas o patrimônio ideológico do irresistível movimento contra o qual se levanta o reacionarismo em armas, tentando galgar o poder sob o pretexto de um falso programa constitucionalista, condenado pela opinião pública, segundo proclamavam os próprios agitadores que se fazem, agora, seus arautos e paladinos.

Quando candidato da Aliança Liberal, para salvaguardar a paz da Nação, momento houve em que cheguei a oferecer a desistência da minha candidatura em troca da realização do programa mínimo das reivindicações pleiteadas: anistia e reforma eleitoral. Encontrada uma resistência impermeável a toda idéia generosa, decidiu-se, então, pela luta armada, o dissídio irremediável aberto entre a Nação e os seus governantes. Desencadeou-se o movimento nacional, cujo Governo me coube chefiar, sobranceiro aos embates políticos. Hoje, no exercício de tão alto posto nacional, diante de uma reação rebelde, que apresenta, como razão precípua, a volta rápida do país ao regime constitucional, aspiração a realizar-se, pelas oportunas determinações do Governo, a breve termo, não hesitei, a fim de assegurar a pacificação da família brasileira, em oferecer uma Constituição imediata, a vigorar provisoriamente até que a futura Constituinte promulgasse o definitivo estatuto político do país. Pois bem, os **pseudoconstitucionalistas** recusaram a solução pacífica que se lhes oferecia, preferindo insistir na luta inglória e impatriótica, provocada e assistida sem símile nos anais da nacionalidade. Semelhante recusa equivale a confessar tacitamente que o objetivo do movimento não é implantar a Constituição e sim outro, oculto, disfarçado — a posse do poder.

O sangue generoso dos brasileiros continua a correr, imolado aos propósitos dos homens que, falando em ideal, a ele não quiseram submeter-se, fazendo questão de permanecer nas posições que ocupam depois de haverem traído a confiança de quem lhas entregou. O Governo Provisório tem dado abundantes provas de suas disposições pacíficas. Nunca se negou a ouvir os apelos de paz. Forte porém generoso, aos intermediários que lhe pediram condições, declarou sempre, com franqueza, que, depostas as armas pelos rebeldes, além da concessão de uma Constituição provisória e da manutenção de um governo civil e paulista, ao nível da cultura e das aspirações do Estado, a todos trataria com benignidade, de sorte que ninguém sofresse constrangimento e os brasileiros, sem exceções, voltassem a viver fraternalmente, num ambiente de ordem e segurança. Os chefes da revolta, civis ou militares, por ela responsáveis, preferiram sempre, à realização dos apregoados imperativos do movimento, manter-se no poder que haviam desonrado pela felonía e traição.

A única preocupação orientadora desta atitude serena e conciliatória consiste em evitar o derramamento do sangue de irmãos e os sacrifícios materiais exigidos pela luta armada. Toda política financeira de severa poupança, estabelecida pelo Governo Provisório, ficou ameaçada pela

rebelião. Ela consumirá, também, a fortuna particular e lavrará profundas cicatrizes na alma da nacionalidade.

Contrasta com essa maneira patriótica e superior de encarar os acontecimentos a duplicidade de atitudes dos chefes sediciosos — duplicidade que bem demonstra a fé púnica com que corresponderam à confiança neles depositada. Enquanto recebiam e enviavam emissários de paz, autorizavam outros a agir junto aos elementos de prestígio solidários com o Governo Federal, tentando desviá-los do caminho do dever, mediante promessas falazes e, até, ofertas de lhes entregar o Governo do país, como se este estivesse a leilão. Com gente de tal estofo moral, não é mais possível entendimento. Os processos de insídia e fraude, de que se têm utilizado, não cabe descrevê-los, aqui, em suas minúcias. Para preparar a luta e sustentá-la, todos os meios de felonía e corrupção foram esgotados. A propaganda pela imprensa e pelo rádio, visando a impressionar e captar simpatias, obedece ao critério da mentira sistemática e da exaltação demagógica. Esquecidos de que o meio apropriado para conseguir a harmonia nacional consiste, sobretudo, em trabalhar pela ordem, negando apoio aos que a perturbam, audaciosamente instituíram, sob novos moldes, a ofensiva da paz com caráter francamente derrotista, à retaguarda dos nossos Exércitos, com o fito, apenas, de enfraquecer sua eficiência bélica e diminuir seu ardor combativo. Para movimentar a manter tão impatriótica campanha, o desperdício do dinheiro de São Paulo, suor do seu povo laborioso e honesto, vai aos extremos do suborno e da compra de consciências, a ponto de tornar suspeita toda e qualquer solidariedade manifestada fora das fronteiras paulistas. Mercantilizou-se tudo, inclusive as convicções. Este movimento, inspirado em propósitos reprováveis, com o caráter de uma contra-revolução, havia, fatalmente, de fracassar. Não pode vencer quem, para fazer vingar objetivos escusos, *não hesita em ameaçar a própria unidade da Pátria.*

Mas, felizmente, ainda, a sedição, não partiu do povo varonil, ordeiro e honesto de São Paulo. Audaz sindicato político-militar usurpou-lhe a vontade, jogando o Estado numa aventura sinistra e, receoso de receber, pelo ludíbrio praticado, o merecido e inevitável castigo, tudo fará, agora, para lhe ocultar a verdade. O Governo Federal não considera o povo paulista culpado. Ele é, apenas, a maior vítima. Os verdadeiros responsáveis não de encontrar nele, à hora precisa, o juiz inflexível, capaz de ditar e executar a sentença que lhe terá de ser imposta.

São Paulo, iludido na sua boa-fé, ludibriado, arrastado à ruína e à perda de vidas preciosas, precisa e deve reagir em defesa dos seus sagrados interesses, para evitar maiores e irreparáveis males, erguendo-se e opondo-se à sanha dos seus algozes, que não trepidaram em atirar à morte as novas gerações bandeirantes, em enlutar e reduzir à miséria lares onde imperava a alegria e reinava a abundância.

Do Governo Federal não receie o laborioso povo paulista qualquer ato de humilhação e hostilidade. Como até aqui, ele continuará a proceder sobranceiro a ódios e com alto espírito de magnanimidade. O seu poder de assistência, mesmo no decorrer da luta, far-se-á sentir, acolhendo fraternalmente aqueles que abandonarem as armas e não permitindo que as populações pacíficas sofram as vicissitudes comuns à guerra. Ainda agora, informado da escassez de trigo em São Paulo e da conseqüente falta de pão, está disposto o Governo a autorizar a remessa do **stock** desse cereal existente, nesta Capital, que lhe era destinado. O povo paulista não sofrerá necessidades.

O Governo Provisório tudo facilitará para que os gêneros de alimentação lhe não faltem.

Os embates da luta fratricida vão-se tornando cada dia mais ásperos e de maiores sacrifícios. É tempo ainda de São Paulo recuperar a posse de si mesmo sem consentir no desbarato das suas fontes de vida e das suas riquezas, acumuladas em séculos de trabalho fecundo e modelar. Retorne, pois, às lides pacíficas e ao convívio fraternal dos demais Estados, que sempre se orgulharam do seu progresso e civilização !

*

AS RAZÕES DE MINHA ATITUDE

(Manifesto do Coronel Herculano de Carvalho, comandante da
Força Pública de São Paulo)

Desde que as circunstâncias imperiosas me obrigaram a uma iniciativa de todos conhecida e, posteriormente, a assumir o Governo militar de São Paulo, concertei comigo mesmo, tão logo me fosse dado vagar, dirigir-me ao nobre e altivo povo bandeirante, numa exposição simples e franca dos motivos que me levaram a ambos os atos.

Razões de ordem moral e material, quais as decorrentes de uma brusca transição na vida do Estado e na minha vida de militar, impediam-me, até hoje, de dar satisfação daquele desejo, cada vez mais crescente, ante juízos precipitados ou **comentários perversos ou propositados** com que se pretendia desvirtuar a minha conduta. É chegado o momento.

Assegurada a ordem pública, seriamente ameaçada por elementos extremistas, como adiante se verá, garantido o funcionamento normal das várias secretarias e repartições estaduais e municipais, com a simples substituição dos titulares mais graduados, chefes de serviço e, finalmente, entregue o Governo militar do Estado a quem foi determinado, o general

Valdomiro de Castilho Lima, já posso coordenar idéias para expor aos meus irmãos de São Paulo as **razões da minha atitude**.

Não vou escusar-me e, muito menos, acusar a quem quer que seja. Limitar-me-ei a citar os fatos, tais como se passaram, aduzindo provas do que afirmar, não todas e nem tudo, mas as necessárias para que o heróico povo bandeirante possa formar critério exato do que, involuntariamente, lhe foi causa do maior dos desesperos.

Que me julguem os homens sensatos de São Paulo, aqueles que ainda não têm embotado o sentimento de fraternidade, de humanidade, de justiça. Curvar-me-ei ao seu **verdictum**, na certeza de que um povo que se soube portar com tanta inteireza de ânimo numa campanha por demais árdua e absorvente, há de fazer justiça àquele que pôs de parte a pequena tranquilidade de espírito que lhe restava, e a própria segurança pessoal, para assumir uma atitude desassombrada e vir defender toda a construção de uma cidade maravilhosa e toda a segurança de uma população já bastante martirizada.

Quando a 3 de julho, reunidos os comandantes de unidades da Força Pública no gabinete do meu antecessor, o então coronel Júlio Marcondes Salgado, por ele fomos oficialmente inteirados do movimento constitucionalista, a irromper no dia seguinte. Dos seus lábios ouvi que a Força Pública de São Paulo se limitava a manter a ordem, de prontidão nos quartéis e obediente ao Governo do Estado. Às unidades do Exército, aquarteladas no Estado, é que competia a ação, secundada por outras, em diversos pontos do País, principalmente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, aliados de São Paulo na chamada **Frente Única**.

Dada a extensão do movimento — assegurou-nos o nosso malogrado comandante — o Governo Provisório resignaria dentro de 48 horas, sem que se derramasse sequer uma gota de sangue.

A despeito de tais declarações categóricas, ainda bem vivas na lembrança dos que as ouviram, dois dias depois tivemos ordens de deixar os quartéis e concentrar-nos em Mogi das Cruzes, já na expectativa de proseguirmos viagem até defrontar o adversário.

(...)

Qual a minha atitude? Como paulista e brasileiro, eu não aprovava o movimento, uma vez ideado, no dizer de muitos dos meus camaradas, para repor, na posição de mando, velhos políticos profissionais. Como soldado, pus-me à frente de minha tropa e parti, cômico do meu dever de militar. Nem a mais leve queixa me aflorou aos lábios, ao contrário do que sucedeu a vários companheiros, alguns imediatamente presos, por se recusarem a seguir, e outros que exteriorizaram o seu protesto. Não obstante, estávamos em atitude de expectativa, quando surgiu uma nova concepção de plano, segundo a qual a vitória seria garantida sem um único dis-

paro de fuzil: as tropas paulistas formariam alas à passagem das de Mato Grosso, vanguardas das guarnições do Rio Grande do Sul tinham no seu flanco esquerdo as de Minas Gerais; **tratava-se, pois, de uma simples parada militar, mera marcha triunfal até o Rio de Janeiro.**

Pura ilusão ! Desde logo se nos apresentou a realidade de uma resistência armada das tropas federais, a barrar-nos, nas fronteiras do Estado, a passagem para a Capital da República. Daí o novo plano: enquanto as hostes constitucionalistas permaneciam inativas, promovia-se a ida de emissários, para tratar, com amigos comuns, da renúncia do Governo Provisório, a fim de evitar-se grande derramamento de sangue. Foi, então, que me atiraram ao Túnel, naquele inferno que, dia a dia, menos se saciava de vidas preciosas, onde, entretanto, nunca me passou pela idéia rebelar-me contra situação diferente da que nos foi assegurada. Antes, com o surto maravilhoso da Revolução Constitucionalista — o engrossar dos seus exércitos pela mocidade pujante de minha terra; o desdobrar de todas as atividades em prol da sacrossanta causa, também eu, já descrente de várias campanhas com ideal político, também eu fui tomado do maior entusiasmo, e acreditei triunfasse a Revolução, porque era do povo e para o povo. Não descreverei, aqui, o que foi a luta naquele lendário Túnel. A imprensa já ali esteve; dali se retiraram inúmeros soldados, que já disseram do que tenha sido a guerra naquele ponto norte do nosso Estado, e dali, principalmente, provém o luto para muitos dos nossos lares.

No comando geral da Força Pública

Ali permanecia, no meu posto de honra, já identificado com o movimento de 9 de Julho, quando o falecimento do General Marcondes Salgado foi colher-me, entre pesaroso e surpreso, para assumir o comando Geral da Força Pública. Nunca ambicionei o encargo de tanta responsabilidade e sacrifício, e para o qual decididamente, em tempo de paz não tive propensão. Todavia, aceitei-o, e dias depois, consolidadas de vez as nossas posições no Túnel, entregue o comando do setor ao meu valoroso substituto, tenente-coronel Teófilo Ramos, tornei a São Paulo e assumi a direção da Força Pública.

O meu primeiro ato, ao depois de investido no comando, foi reunir os camaradas presentes em São Paulo, contar-lhes das razões que me levaram àquele gesto e pedir-lhes esquecessem antigos ressentimentos, se os tivessem, e me facilitassem, com o seu poderoso auxílio, levar a bom termo a nova missão. Deles tive a segurança do apoio, que nunca me faltou, mesmo nesta hora de dúvidas e incertezas, em que se pretende desvirtuar a retidão da minha conduta.

Pus-me, logo, em entendimento com o chefe supremo das Forças Constitucionalistas. Acompanhava, então, de perto, a marcha das ope-

rações em todos os setores, e mais se me radicava no espírito a certeza de que o infernal Túnel ainda era menos impiedoso e desolador que o comando geral da Força Pública nesse período de atribulações.

Uma, duas semanas passadas, em contato direto com todos que tiveram a iniciativa da Revolução; com as associações de classes e outras entidades, que não mediam esforços nem sacrifícios para levar a bom termo o grandioso movimento; e com a mocidade bandeirante e a população de São Paulo, aquela a pedir armas para seguir e esta a despojar-se de tudo para cooperar na vitória final, confrangia-me o coração ao verificar que tanto despreendimento não tinha a sua justa correspondência com as operações de guerra.

Até então, os redutos mais combatidos eram do setor norte, onde o adversário concentrara o grosso dos seus exércitos e, nós, os mais aguerridos soldados da nossa milícia, contingentes do Exército experimentados nas lides guerreiras, valorosas tropas irregulares.

Os demais setores — e extensos eram todos — ainda não haviam experimentado as armas contrárias, a não ser o do sul, já em início de franca atividade.

Superioridade de homens e armamentos

Dia a dia, a despeito dos desmentidos que não queriam ver, nem queriam ouvir, mais numerosas se tornavam as hostes adversárias, mais bem armadas e municadas, com reserva para substituir as tropas cansadas e contingentes para atirar a outros pontos das nossas extensas fronteiras, tais as que confinam com território mineiro e paranaense. Não vem ao caso aqui relembrar o insucesso das nossas armas na frente de Itararé, Buri e Eleutério, nem as vitórias que conseguimos em outros pontos dessas mesmas fronteiras, graças, principalmente, ao denodo de diversos comandantes entre os quais é justo distinguir os tenentes-coronéis Romão Gomes, Vergílio Ribeiro dos Santos e Arlindo de Oliveira. Entretanto, o que não me furto, nesta exposição sincera ao povo paulista, é de estabelecer ligeiro cotejo entre os seus e os nossos homens, as suas e as nossas armas.

Qual o efetivo adversário e qual o nosso ?

Difícil estabelecer-se o primeiro, de setor em setor, dia a dia aumentado por contingentes vindos de todas as partes do Brasil, gente aguerrida, tropa quase toda regular, já provada em várias campanhas. E o nosso ?

A contar-se pela quantidade de fuzis e Winchester, não ia além de trinta e cinco mil homens. Nota-se que nem todos os fuzis tinham funcionamento perfeito, garantido, e boa parte era descalibrada.

Malgrado essa inferioridade de homens e armamentos, o denodo, o ânimo alevantado, a vontade de vencer de quase toda a nossa tropa, regular e irregular, procuravam estabelecer um possível equilíbrio. Isto nos primeiros trinta dias de operações, quando todos confiavam no advento de um destes três fatores estranhos à luta, que já ensangüentava o solo paulista:

1º) o planejado golpe de Estado na Capital da República;

2º) o levante, em peso, do Rio Grande do Sul, e de Minas Gerais, afora levantes parciais em outros Estados;

3º) a vinda de armamentos e munição do estrangeiro. Afora isso, a adesão da Marinha e o reconhecimento do estado de beligerância.

Armamento e munição

Mais ou menos em fins de julho, o ex-Secretário da Fazenda, em carta que me dirigia e em repetidas palestras em palácio, comunicava-me estar em entendimento com firmas estrangeiras, a fim de adquirir o indispensável armamento para vencermos a guerra.

Rejubei-me, de coração aberto, ante nova tão promissora, porquanto poderíamos duplicar, talvez triplicar, os homens já em campanha.

Passaram-se dias, semanas, meses, e daquele fabuloso armamento, e daquela copiosa munição nunca mais tive notícias. Verdade é que aqui chegaram alguns aviões, naturalmente, porque o espaço lhes era livre, e não necessitavam quer das águas do Atlântico, quer das do Paraná, cujo leito em meio da luta já nos era vedado.

Para corrigir a deficiência de armamento e munição, nos campos de batalha, os soldados da lei operavam maravilhas, enquanto na Capital se improvisavam armas de guerra e munição, à custa, sabe Deus, de quanto sacrifício, de quantas vítimas imoladas nas experiências.

Por que não se adquiriu de pronto esse armazenamento e essa munição, quando as fronteiras do sul do Estado e o nosso principal porto ainda nos estavam franqueados? Dizem que na esperança de mais dia, menos dia, acudir em nosso auxílio, bem armados e municados, os nossos irmãos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

A ação da imprensa e do rádio

Nesse passo, justamente, é que se fez sentir, contrária à verdade dos fatos, a ação da imprensa e do rádio. Os nossos jornais, quase todos, no louvável intuito de animar a população e, principalmente, os que se encontravam no campo da luta, davam crédito ao que se lhes insinuava ou

fantasiava, de fonte oficial ou meramente informativa, quem sabe se até de origem tendenciosa.

Repetia-se, mais uma vez, e agora em grandes proporções, fato que se verificara nas campanhas de 24 e 30, e até na Grande Guerra, ao que nos informaram oficiais que nela tomaram parte. Para coibir-se-lhe tais sucessos, já previstos no início do movimento, criou-se um **Departamento de Publicidade**, incumbido de fornecer o noticiário das operações aos jornais e às estações radiotransmissoras, e censurar as notícias que os próprios jornais colhessem.

Exerceu eficientemente a sua missão o Departamento de Publicidade ? Os fatos demonstram o contrário.

Não obstante, talvez não lhe caiba tanta culpa, como raciocinando bem, culpa também não cabe à imprensa, vítima como todos, do inimigo comum desta campanha — aquele que não queria acreditar na evidência dos fatos e timbrava em transmitir a outrem a alucinação de que era possuído. Assim foi, e assim será sempre neste nosso País, cheio de visionários e cheio de utopistas.

Como se criavam tais fantasias ? — Ignoro. O que é certo, no entanto, é que os nossos diários davam curso às mais animadoras notícias, lidas e comentadas com grande eloquência nos microfones dos rádios, e sofregamente absorvidas por todos quantos ansiavam pelo término da luta com a nossa vitória final.

A ilusão era tão perfeita, tão verossímeis, tão necessárias as notícias, que no próprio palácio do Governo lhes davam crédito, como se, de fato, correspondessem à verdade.

Ainda a munição

(...)

Não me furto, numa última análise, a este fator preponderante do nosso desastre militar, a um fato que se verificava no setor norte. Não lhe dei crédito, a princípio, tão inverossímil, tão impossível, me parecera. Só mesmo com a afirmativa insuspeita de alguns oficiais pude acreditar na sua veracidade.

Por falta de munição, que insignificante era a quantidade produzida por nossas fábricas, imaginaram os soldados constitucionistas algo que a substituísse, ainda na aparência: mandaram construir, nas oficinas da Rede Sul-Mineira, em Cruzeiro, uma espécie de matraca. Sacudida com pulso vigoroso, dava a impressão de tiros de fuzis e metralhadoras.

O mesmo feito obtinham de motocicletas, postas em funcionamento.

Comoveu-me a narração do fato. Espantou-me o heroísmo nunca visto, sem exemplo na história dos povos. E, voltado a mim do espanto e da comoção, fui presa de um sentimento de revolta, de incontida indignação. Aquilo já não era humano. Já não era despreendimento: raiava pela loucura.

Um crime continuar-se a luta daquele modo. Um crime permitir-se que aqueles moços se expusessem às balas adversárias, aos *shrapnells*, às granadas, ao metralhar dos aviões, e tivessem como armas de defesa, instrumentos que não o eram, na persuasão de iludir o adversário quando, na verdade, procuravam iludir-se a si mesmos.

O apoio do Rio Grande, Minas e Rio de Janeiro

Noticiavam os jornais levantes no sul e em Minas. Tão grande lhes era o alcance que, em se tornando conhecidos, já estaria terminada a guerra com a vitória da nossa causa. De quanto eram infundadas tais notícias basta saber-se do exílio a que foram condenados os próceres rio-grandenses Drs. Raul Pila e Lindolfo Collor, e da prisão dos Drs. Borges de Medeiros e Artur Bernardes.

Pessoas vindas, na ocasião, do Rio de Janeiro, já deram circunstanciadas notícias de que o planejado golpe de Estado abortou, mercê de severas medidas policiais.

Não é possível concluir que contra nós se voltaram todas as armas, todos os recursos com que contávamos ao iniciar-se o movimento, mesmo porque seria rematada loucura imaginar-se que, mal preparado, como se achava, isolado do resto do mundo, São Paulo pudesse levantar-se contra todo o Brasil e vencê-lo.

Desastre de Eleutério

Da marcha dos acontecimentos militares, desde a retirada de Itararé, de Faxina, de Buri, à linha do Paranapanema, e da impossibilidade militar de sustentar-se a linha defensiva, da frente mineira, em virtude da diminuta guarnição, era informado o Governo do Estado e o próprio general Klinger. Certifiquei-me, minuciosamente, da exata situação da frente leste que, rompida pelo adversário — o que era fácil — havia de trazer fatalmente o fracasso das operações, pois de nada valeria manter-se com firmeza as frentes norte e sul.

Todos os cuidados do nosso E.M. se voltavam para Eleutério, mas, à falta de munição e recursos de homens armados, provocaram a sua queda, aliás prognosticada, em tempo, ao Governo do Estado, que não lhe dava crédito.

A linha defensiva do Camanducaia, Jaguari e Atibaia seria irrisória, uma vez abandonadas as serras do leste. E a grande brecha para o oeste e sul estaria aberta às hostes contrárias, obrigando-nos a dividir a coluna ali operante a um retraimento sobre a Casa Branca e a Camanducaia.

Foi objetado, então, que emissários do Governo vindos de Minas, haviam assegurado que as tropas mineiras manteriam uma atitude de não-hostilidade dentro das suas próprias fronteiras, o que em parte era confirmado por oficiais mineiros aos paulistas que os defrontavam. Eis que, de repente, quando menos se espera, a coluna do general Jorge Pinheiro rompe a ofensiva sobre uma linha insignificante que mantínhamos, por falta de elementos recusados em ocasião oportuna, sob o pretexto de que não convinha enfraquecer as outras frentes. Como consequência, a ruptura da frente leste mineira.

A partir desse momento, nenhuma outra esperança de resistência se nos apresentava. Os retraimentos subseqüentes foram impostos por uma situação militar de fato, a que nenhum crítico militar poderá opor a menor contestação.

(...)

A Coluna Romão Gomes

As operações da frente leste, a partir da queda de Eleutério, tiveram a assistência do E.M. do general Klinger e do seu chefe, o bravo coronel Osvaldo Vilabela, que acompanhou de perto as necessidades desse setor.

Com a tomada de Carlos Gomes, resolvi chamá-lo, e com ele concertar o retraimento da coluna Romão Gomes, a fim de tentarmos, com a tropa que ainda conservava o ânimo dos primeiros dias, sustentar Campinas, por mais algum tempo. Seria uma derradeira tentativa para permitir que um dos três fatores apontados, com segurança, sempre prometidos pelo Governo, se manifestasse. Todos nós já estávamos convictos de que, pelas armas, era impossível vencermos, e que a queda de Campinas prenunciava a nossa derrota e o esmagamento de São Paulo. Cortada já a nossa comunicação pela Mojiana, estávamos em risco de perder a Paulista e a Sorocabana, e ficar sitiados em São Paulo, a lutar desesperadamente contra tudo e contra todos, até com a falta de víveres.

Foi, então, que, a 25 de setembro, recebi do subchefe da Força Pública, tenente-coronel Euclides Machado, oficial dos mais acatados e ponderados, a seguinte carta:

“Prezado amigo e senhor comandante Herculano de Carvalho e Silva.

É esta para comunicar-lhe que acabo de vir da residência do Sr. Dr. Plínio Barreto, onde fui ter espontaneamente, e com quem conferen-

ciei sobre a possibilidade de um entendimento com o Governo Provisório para a cessação da luta, sem que disso resultasse qualquer deslustre para a honra de São Paulo. Depois de fazê-lo ciente da realidade da situação das nossas tropas, angustiosa sob todos os pontos de vista, pela deficiência de material bélico e pela falta do prometido concurso de Minas e Rio Grande, sem que S.S. se mostrasse surpreso, por ele soube que as notícias dos jornais sobre levantes nesses Estados não tinham o alcance que se lhes dava.

Inteiramente favorável a um acordo, o Dr. Plínio Barreto adiantou-me já havia um emissário na Capital da República para tratar do assunto, propondo as seguintes bases: a entrega do Governo da União ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e o dos Estados aos respectivos Ministros-Presidentes. Disse-me estar convicto de que esta proposta não seria aceita, mas que daria margem a uma contraproposta, base inicial para a cessação das hostilidades. Acrescentou, ainda, que o Governo do Estado não tem o direito de martirizar os sete milhões de habitantes por uma simples questão de amor-próprio.

O Dr. Plínio Barreto ficou de procurar os membros do Governo para conferenciar a respeito e amanhã irei de novo procurá-lo, a fim de saber o resultado das **démarches**. Estou confiante da sua ação desinteressada e patriótica, mesmo porque se trata de um paulista de grande envergadura moral e que não quer a ruína de São Paulo. Atenciosas saudações.”

A despeito de interessar-me sobremodo o assunto, não tomei iniciativa alguma e esperei o prosseguimento das operações militares naquela última tentativa e a patriótica intervenção do ilustre paulista, Dr. Plínio Barreto. Que outrem resolvesse ou procurasse o meio de resolver aquela situação, já que o Governo não queria chamar a si um entendimento honroso, enquanto era tempo e de que não adviriam forçosamente os benefícios dessa iniciativa.

No dia seguinte, alta hora da madrugada, recebi um telegrama de São Paulo, em que me comunicavam que o valoroso oficial do Exército Brasileiro, coronel Alexandrino Gaia, do setor do norte, com insistência, me pedia fosse a São Paulo e lhe marcasse hora para nos encontrarmos. Assunto urgente. Pedi-lhe que viesse a Campinas, porquanto não me era possível abandonar, ainda que por horas, o meu posto de comando.

Efetivamente o coronel Alexandrino Gaia ali comparecia a 27, como representante de vários comandantes de unidades do Exército e expunha a razão de sua viagem, consubstanciada na ata aqui transcrita:

“Aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e dois, às nove e meia horas, numa das salas do P.C. de Destacamento em Campinas, situado no prédio do ex-Campinas Hotel, convocados pelo coronel Herculano de Carvalho e Silva, comandante geral da Força Pública do Estado, compareceram os seguintes oficiais: coronéis Herculano de

Carvalho e Silva, Eduardo Lejeune e Alexandre Gama, tenentes-coronéis Alexandrino Gaia, Patrício Batista da Luz, Luís de Faria e Sousa, Virgílio Ribeiro dos Santos, Romão Gomes e Macário Rangel e Major José da Silva.

O coronel Herculano de Carvalho e Silva, fazendo uso da palavra, apresentou o valoroso oficial do Exército Brasileiro, comandante de um dos setores do vale do Paraíba, para expor a situação militar daquela frente e a sua projeção sobre os demais setores da luta. O referido oficial demonstrou à evidência que **vários fatores de ordem moral e material tornavam insustentável a manutenção das posições e a continuação da guerra no vale do Paraíba, sendo inevitável o recuo progressivo dos elementos que ali combatem, desde o início das hostilidades.** Assim pensavam os oficiais que com ele cooperaram, do Exército e da Força Pública, unânimes em reconhecer o sacrifício imenso a que seriam expostos os habitantes das cidades e vilas sujeitas aos horrores da luta.

A continuação da resistência corresponderia à destruição completa da próspera e rica região ocupada pelas tropas.

A única medida que viam para a solução desse complexo problema era a proposta de um armistício para a cessação imediata da luta. E no momento, dada ainda a situação de relativa consistência dos nossos elementos, poderíamos negociar um acordo em que ficassem ressalvados dois pontos importantíssimos para o bom nome e prestígio dos que se achavam à testa do movimento: **A dignidade militar e garantia dos interesses múltiplos de ordem política e econômica do Estado e da Nação.**

O coronel Herculano passou a ler, a seguir, as cartas de apoio para essa iniciativa recebidas dos seguintes comandantes de tropas da Força Pública que operam naquela região: tenentes-coronéis Otaviano Gonçalves de Oliveira, Teófilo Ramos e Antônio Inojosa e major Benedito Ferreira de Sousa.

Assim inteirados da exata situação daquele setor, fizeram uso da palavra diversos comandantes, acordando todos, sem uma única exceção, **que o que se passava no vale do Paraíba não era um fenômeno local e sim geral,** pois nos demais setores a contingência era a mesma, resolvendo que, **diante da impossibilidade da vitória pelas armas era um dever patriótico cessar imediatamente a luta** para evitar novos e pesados sacrifícios ao Estado e ao País, deliberando: 1º) Ficava o coronel Herculano de Carvalho e Silva apoiado pelas forças do Exército e da Força Pública, indicado para entrar em entendimento imediato com as autoridades militares e civis, estaduais e federais, **para a cessação da luta:** 2º) No caso de encontrar resistência por parte de qualquer desses elementos, ficava igualmente autorizado a agir como supremo representante das Forças Armadas, concertando com o adversário o acordo almejado. 3º) Que lhe fossem cientificados dessa deliberação os camaradas do setor do sul. 4º) Que as providências necessárias para o início das negociações tivessem execução imediata.

Para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada, ficando o original em poder do coronel Herculano de Carvalho e Silva, e uma cópia, devidamente autenticada, no arquivo do comando do destacamento. Eu, servindo de escrivão, a datilografei etc. Seguem-se as assinaturas”.

(...)

Tido e havido pelo Governo do Estado como principal causador de tudo, pensaram alguns dos seus membros em remediar o mal, alijando-me do comando do Destacamento de Campinas. Bendisse aos céus essa medida tão providencial, que também iria aliviar-me “da cruz sob cujo peso cairia esmagado”, na acertada expressão do coronel Saturnino de Paiva.

Cuidaram logo de substituir-me pelo tenente-coronel Romão Gomes, oficial dos mais competentes para a espinhosa missão.

Para isso, preliminarmente, efetivaram-no no posto de tenente-coronel que estava comissionado e, por portaria especial, **à completa revelia do comando-chefe das Forças Constitucionalistas e da Força Pública**, deram-lhe o comando daquele destacamento. Para que não se recusasse, uma comissão foi procurá-lo em Campinas e entregar-lhe, de mão própria, o documento de nomeação. Quanto a mim, ao que me informaram, estava reservada a mais negra das sortes: preso por traidor. Serenamente aguardei o desenrolar dos acontecimentos. No dia seguinte, o comandante Romão Gomes compareceu a Palácio para declinar do convite, mesmo porque, na sua própria expressão, várias vezes repetida, **impossível se tornava continuar a luta**.

Enquanto isso, a ordem pública em São Paulo estava seriamente ameaçada por um grande surto comunista e conseqüente saque, um e outro iminentemente possíveis, dado o momento de confusão estabelecido pelas notícias do armistício e libertação dos presos correccionais, políticos e militares, ordenadas, ao que dizem, pela 2ª Região Militar e pela planejada deposição do Governo por parte dos políticos e militares recambiados à liberdade, os quais num movimento de contra-revolução, tentaram ocupar algumas repartições públicas, estações ferroviárias e o campo de Marte.

Graças às enérgicas medidas adotadas por este comando, em combinação com a Polícia Civil e a Região Militar, não lograram realizar seu intento.

Antecedentes do armistício

Espontâneos e unânimes eram os votos dos Comandantes de tropas da Força e de várias e altas patentes do Exército para a cessação da luta que, de minuto a minuto, mais se nos tornava desfavorável, acarretan-

do o sacrifício inútil de vidas e propriedades e bombardeio de cidades abertas, o êxodo das famílias, a ruína, a miséria dos lares.

Urgia, pois, medida enérgica para dar-se paradeiro a tanto flagelo. Como não havia tempo a perder, de Campinas, rumei para Guaratinguetá, em companhia do coronel Alexandrino Gaia, onde procurei o coronel Euclides de Figueiredo, a quem expus a razão da minha visita.

Mostrou-se ele bastante surpreso, ante o que se lhe revelara e, de princípio, negou o seu apoio. Pouco depois, por sugestão do coronel Palimércio de Resende, seu chefe do E.M., concordou que se convocasse uma reunião de todos os chefes militares e membros do Governo, a fim de que este ficasse perfeitamente inteirado da verdadeira situação militar.

Para isso desejava ouvir a opinião do general Klinger. No dia seguinte, alta hora da madrugada, é procurado pelo coronel Alexandrino Gaia com o convite de seguir para Guaratinguetá, e lá resolver-se a proposta do coronel Palimércio de Resende.

Atendido pelo coronel Vilabela, o coronel Gaia expôs-lhe a razão de sua visita àquela hora. O chefe supremo das tropas constitucionalistas ao invés de atender ao convite, no dia seguinte, deliberadamente tomou a iniciativa de promover o armistício.

Enviou-me, então, o seguinte ofício, a 28 de setembro:

“Junto vos envio a cópia do telegrama circular enviado aos comandantes do Destacamento: Circular — Iminência propor este comando ao adversário um armistício para ser assentada cessação da guerra, visto ser, por falta de meios, baldada continuação sacrifícios. Recomendando penseis nas medidas de ordem necessárias vosso setor por forma não ser quebrada conduta elevada, não desonrar inestimável contribuição vosso setor ofereceu enquanto possível, de armas na mão. (a) General Klinger.”

O Governo não estava alheio aos acontecimentos

Para melhor compreensão do que se segue transcrevo, aqui, parte do boletim assinado pelo general Klinger, já dado à estampa:

“Para completar o importante esclarecimento, convém, também, registrar, conforme já oportunamente se fez, na imprensa diária desta Capital, que o comunicado por este comando, na manhã de 28 de setembro, de que pretendia, sem mais demora, propor armistício, não foi surpresa para essa autoridade.

E sabem-no que alguns dias antes fizeram sentir ao Governo a necessidade de um armistício: o Dr. Pedro de Toledo, segundo me contou no meu Q.G., o Dr. Valdemar Ferreira — que reconheceu a necessidade de propor um armistício para serem examinadas as condições de paz e que

apenas aguardava o momento em que isso se tornasse inelutável, inadiável, para então dar esse passo sob a exclusiva responsabilidade sua, que lhe competia como comandante superior das Forças Constitucionalistas”.

Proposta de armistício

Precisamente à uma hora do dia 29 de setembro, o general Klinger transmitiu o seguinte rádio ao chefe do Governo Provisório.

“Dr. Getúlio Vargas — Rio

— Com o fito de não causar à Nação mais sacrifícios de vida, nem mais danos materiais, o comandante das Forças Constitucionalistas propõe imediata suspensão das hostilidades em todas as frentes, a fim de serem assentadas as medidas para a cessação da luta armada. (a) General Klinger”.

Propostas de acordo

Concomitantemente, tratava-se de um acordo com o adversário. A iniciativa, como é natural, partiria do general Klinger, que mandara dois emissários a Cruzeiro — o seu chefe do E.M., tenente-coronel Osvaldo Vilabela, e o major Ivo Borges, chefe das Unidades Aéreas.

Duras, porém, foram as condições impostas, tanto que, no dia seguinte, novamente os emissários tornavam a Cruzeiro, com uma contra-proposta do chefe constitucionalista. Até então a Força Pública não fora consultada, nem cientificada da marcha das negociações.

Por essa ocasião, solicitei ao general Klinger fosse permitido à nossa milícia tomar parte no entendimento com o adversário, no que S.S.^a consentiu.

Era meu intento mandar um só representante, mas como dois fossem da Região, entendi mandá-los em igual número, na certeza de que melhor defenderiam os interesses em jogo.

Lá chegados, os quatro emissários — dois da Região, tenente-coronel Osvaldo Vilabela e tenente Correia Velho e tenentes-coronéis Otaviano Gonçalves da Silveira e Euclides M. Machado — o próprio general Góis Monteiro separou-os e com eles tratou separadamente do acordo, sem que as condições propostas a uns fossem conhecidas dos outros.

Apresentadas as bases aos nossos emissários, depois de demorada discussão, manifestam eles desejo de vir a São Paulo, para consulta, o que não lhes foi permitido, sob a alegação de que já se haviam perdido 48 horas, em prazo concedido ao tenente-coronel Vilabela, para idêntico fim.

À vista disso, e como urgia pôr-se cobro à luta, prestes a reiniciar-se, para evitar a todo o transe o adversário entrasse pelas armas em São

Paulo, para conter a avalanche dos nossos próprios soldados, que se desgarravam das frentes, tiroteando a esmo pelas estradas e pelas estações, in-submissos e opondo-se, tenazmente, à continuação das operações; enfim, como estivesse virtualmente fracassada essa segunda tentativa de acordo, proposta pelo general Klinger, resolveram os dois emissários da Força Pública assinar o pacto discutido e assente, e já do domínio público.

No dia seguinte, reunidos os oficiais presentes em São Paulo, no gabinete do comando geral, ambos os emissários expuseram longamente o resultado de sua missão, único compatível com o momento. Esclarecidos todos os pontos da **démarche**, obtiveram os enviados da Força aprovação unânime ao ato que haviam praticado.

Conclusão

Não é necessário nada acrescentar a esta exposição sincera, franca, verdadeira, das razões que me levaram a adotar a atitude desassombrada que assumi. Não em proveito da Força Pública, mas em benefício do patrimônio paulista, que não deveria sofrer as consequências de uma invasão militar. Entre dois caminhos a seguir — ou resistir mais um ou dois dias e contemplar a debandada irrefreada das nossas tropas, a conseqüente perseguição do adversário e, como resultado, a invasão da Capital — ou firmar um acordo digno, e honroso —, a minha consciência impôs o segundo.

Não obstante, atiraram-me a pecha de traidor. Revido o insulto àqueles que pretendiam transformar São Paulo em nova Cartago: não deixar pedra sobre pedra, para que o vencedor colhesse nas cinzas de uma cidade o que já não era, os troféus da sua vitória: e colocar aos azares da guerra a **Família Paulista**, tudo para a satisfação de um orgulho desmedido, de uma teimosia incompreensível e de uma ambição sem par.

Serenamente aguardo o julgamento do povo de minha terra.
São Paulo, 8 de outubro de 1932.

(a) Herculano C. Silva — coronel.

*

MANIFESTO DOS POLÍTICOS RIO-GRANDENSES

Ao Rio Grande do Sul, a São Paulo e à Nação

Se há momentos na vida dos povos em que o verbo humano se faz carne, a nossa palavra, que daqui dirigimos ao Rio Grande do Sul, a São Paulo e à Nação, sangra de dor e chora de desespero. Homens do Rio

Grande, portadores dos ideais dos seus partidos e garantes da sua lealdade na prédica cívica que antecedeu e seguiu o movimento de 3 de outubro, pesa-nos o dever indeclinável de trazer nosso depoimento ao tribunal da opinião pública, no processo político mais sensacional da nossa história.

Foi na terra que tem a lealdade por emblema e erige o cumprimento da palavra empenhada no mais elementar dos deveres de honra, foi no Rio Grande do Sul que o crime se consumou. O Rio Grande faltou à sua palavra. O Rio Grande conspirou com São Paulo, e o homem que o governa **pars maxima** na conspiração manejou de surpresa o punhal da ignomínia contra São Paulo. Poluiu-se a história da nossa terra. Rasgou-se a sua tradição. Afundaram-se na vergonha da deserção os seus compromissos de sangue.

Mas o desespero e a dor que vibram nas nossas palavra não lhe hão de falsear o acento da verdade. Devemos ao Rio Grande do Sul e devemos a São Paulo e à Nação um depoimento integral sobre os antecedentes do movimento revolucionário que, com o auxílio do movimento, porque o ditador não lhe concedeu a demissão solicitada.*Se o Interventor confessa que distribuiu armas contra o Governo Provisório, ele mesmo proclama que seria, era e foi capaz de trair esse Governo. A alegação de que isso aconteceu antes de constituído o secretariado de São Paulo em nada lhe (...) a situação moral, pela simples razão de que o Sr. Flores da Cunha não era menos delegado da confiança do Governo Provisório no tempo em que confessa haver conspirado do que depois, quando tomou armas em defesa da ditadura.

Para a lógica personalíssima e, sob todos os aspectos, inédita do Interventor Federal conspirar contra o Governo Provisório em maio representava brasão de honra, de que se jacta; junho ou julho, labéu de vergonha com que nos procura esmagar.

Nenhuma inteligência de mediano equilíbrio deixará de proclamar, porém, que as circunstâncias de tempo, aleatórias, pela sua própria definição, não podem influir sobre os deveres da lealdade, que, ou são reconhecidos em absoluto, ou são rejeitados. A noção de uma lealdade relativa, variável no tempo, não existe nos códigos de ética política nem de moral primitiva. Admitindo que pudesse conspirar contra o Governo de que era e é delegado de confiança antes de constituído o secretariado paulista, mas alegando que já não o devesse depois, demonstra apenas que o Sr. Flores da Cunha nem foi leal com a ditadura, nem o foi com a conspiração. Primeiro, faltou ao Governo Provisório, depois faltou à Revolução.

Os compromissos do Sr. Flores da Cunha

Mas, se reconhece e proclama que conspirou conosco, como e por que poderia o Interventor sentir-se injuriado pelo fato de suporem as

(*) De acordo com o texto do documento.

nossas chefias partidárias que ele mantivesse os seus compromissos revolucionários, assumidos em excessiva abundância e perfeita espontaneidade de ânimo ? Quais os compromissos do Sr. Flores da Cunha com a Revolução ? Seriam limitados, também, e também condicionados à mutabilidade dos tempos, como os da sua propalada lealdade com a ditadura ou seriam, pelo contrário, amplos, completos, irrestritos e absolutos ? Esses compromissos, respondemos nós, por isso que se situavam na esfera dos compromissos de honra, eram absolutos.

Aceitando mesmo, para raciocinar, que os partidos políticos do Rio Grande do Sul houvessem errado ao pactuarem o seu apoio ao movimento revolucionário, o Sr. Flores da Cunha não encontraria, ainda assim, motivos de ordem moral para invalidá-lo. Tanto na reunião de Cachoeira, como, mais tarde, em conferência com o Dr. Borges de Medeiros, e em discursos e manifestações públicas que correram mundo e estão na memória de toda a gente, comprometera-se o Interventor a acompanhar o seu partido e a frente única em “qualquer hipótese”, ainda que “em erro estivessem” e mesmo não transe externo do sacrifício, que era a do “despenhadeiro”. Ora, pois, se a própria hipótese do erro político estava prevista e expressamente compreendida nos seus compromissos de honra, como pretende agora o Sr. Flores da Cunha sair pela escapatória de situar, em dois tempos, esses compromissos, por maneira idêntica à em que já colocara os seus deveres de lealdade com o Governo Provisório ?

Deveres de honra

Tanto era exato que existiam esses deveres de honra com o Rio Grande, que o mesmo Interventor os confessou no seu pedido de demissão ao chefe do Governo Provisório: “Ante situação tormentosa acaba me ser criada e para manter intatos meus deveres de honra, deponho nas suas mãos cargo Interventor federal neste Estado”. Como entendia o Sr. Flores da Cunha que poderia “manter intatos esses confessados “deveres de honra” ? Não respondemos nós. Quem responde é o Sr. Flores da Cunha; abandonando o cargo que ocupava. Mas, se o cargo não foi abandonado, ficando o gesto apenas em ameaças de palavras ? Nesse caso é evidente que os deveres de honra não ficaram intatos: foram tangidos, amarrotados, atirados ao rol das cousas incômodas e inúteis. E porque isto aconteceu, outro não é, afinal, o motivo da questão de honra entre o Sr. Flores da Cunha e os partidos do Rio Grande do Sul, nesta hora de incomparável gravidade na história política do País.

Como se vê, neste processo, a prova contra o Sr. Flores da Cunha se faz com as suas próprias palavras. Para demonstrar que o seu manifesto, de fato, nem o defende nem nos acusa, mas apenas o acusa a si mesmo, nada mais seria necessário acrescentar. A verdade não se divorcia da ló-

gica, e a lógica, em todos os climas e em todas as longitudes, proclamará sempre que, neste processo sensacional em que a opinião proferirá seu *veredictum*, o maior, o mais terrível acusador do Sr. Flores da Cunha é o próprio Sr. Flores da Cunha.

O primeiro conspirador

Vamos agora à segunda parte da questão, aquela em que o Interventor afirma que se retirou da conspiração depois de constituído o Governo paulista. A alegação é redondamente falsa.

Conveniente é dizer-se, aqui e agora, para que o País inteiro o saiba, que ninguém, no Rio Grande do Sul, conspirou contra o Governo Provisório antes que o Sr. Flores da Cunha. Que o ex-Ministro do Trabalho, o ex-chefe de polícia e o ex-consultor jurídico do Banco do Brasil, além dos outros rio-grandenses com eles solidários, abandonaram os cargos em perfeita concordância com o Sr. Flores da Cunha, que os aconselhara a só se manterem neles enquanto no Ministério da Justiça permanecesse o Sr. Maurício Cardoso, já é história sabida, publicamente contada e nunca desmentida. O que o País não sabia ainda é que, quando chegaram a Porto Alegre, na tarde de 4 de março, os demissionários ouviram do Interventor, mais que surpreendidos, pasmados, que ele, por si, julgava inevitável a revolução; que já assentara e pusera em prática diversas medidas de caráter militar e que só não tomara uma atitude francamente revolucionária ainda, porque, não só não contava para isso com o apoio do Sr. Borges de Medeiros, mas era cético quanto à concordância final do chefe do Partido Republicano. Quase simultaneamente com os demissionários, chegavam a Porto Alegre, como emissários de São Paulo, os Drs. Aureliano Leite e Abelardo Vergueiro César. Dirão eles, a qualquer momento, à fé das suas palavras, de quem ouviram promessas revolucionárias, se de nós, depois pelo Sr. Flores da Cunha acusados como instigadores do movimento, ou se do Sr. Flores da Cunha, representante do Governo provisório no Rio Grande do Sul.

Pouco depois, passava o Interventor das palavras à ação. Jac-tando-se, à revelia do general Andrade Neves, de contar com a totalidade da Região Militar, excetuadas as guarnições de Cachoeira e Caxias, que eram, segundo ele, as únicas tenentistas, chamava a palácio o Dr. Glicério Alves e o prefeito de Vacaria, coronel Otacílio Fernandes, aos quais mandou entregar pela Brigada Militar, copioso material bélico, encarregando-os de comandar a ação ofensiva contra as citadas guarnições.

O Sr. Flores da Cunha resolveu, positivamente, intranquilizar o Rio Grande e alarmar a Nação. Fez, com ruidoso estrépito, concentração de forças da Brigada em Santa Maria. Trens militares desciam das serras e atravessavam a campanha. E não satisfeito com isso, não se arreceou, em reunião solene dos chefes e líderes da frente única, de acusar o digno coro-

nel Claudino Nunes Pereira, então comandante-geral da Brigada Militar, de haver levado ao conhecimento do general Andrade Neves os aprestos guerreiros que, por ordem do Interventor, se estavam fazendo contra a ditadura.

O Representante do Governo Provisório contra o Governo Provisório

Passaremos em silêncio outras providências de caráter estratégico e tático que o representante do Governo Provisório no Rio Grande do Sul tomava, no Rio Grande do Sul, contra o Governo Provisório. Vamos em linha reta, à afirmativa por ele feita de que a sua conspiração se limitou ao período anterior à constituição do secretariado paulista. Isto não é exato. Já estava constituído o secretariado de São Paulo (23 de maio), já estávamos no mês de junho, quando o Sr. Flores da Cunha, recebendo a visita do Sr. Batista Luzardo, em palácio, disse-lhe que estivera aguardando seu regresso de Palmeira para pedir-lhe fosse a São Paulo, como elemento de ligação, a fim de indagar dos líderes paulistas, em definitivo, se queriam ou não fazer a revolução e deles saber com que elementos contavam para a vitória. Chegando a Porto Alegre na mesma ocasião, novo emissário de São Paulo, o Sr. Carlos Mendonça, a viagem do Sr. Batista Luzardo se tornou inútil. Mas, o mesmo Sr. Batista Luzardo recebeu, então, outra incumbência do Sr. Flores da Cunha: a de ir ao quartel-general da Região com o objetivo de solicitar o apoio do general Andrade Neves para a conspiração. O Sr. Batista Luzardo assim o fez, e ouviu do comandante da Região a sua não-conformidade com o plano sedicioso do Interventor federal. O emissário de São Paulo, então em Porto Alegre, levou de torna viagem o compromisso escrito do Sr. Flores da Cunha. Devemos confessar, em homenagem à verdade, que pequena não foi a nossa surpresa quando o Interventor encarregou o Dr. Raul Pila de hipotecar aos chefes de São Paulo o apoio expresso e irrestrito do Rio Grande do Sul em qualquer destas três hipóteses, nas quais “textualmente” se daria o **declanchement**:

19) Afastamento do general Andrade Neves da Região Militar do Rio Grande do Sul (isto, apesar de se haver o comandante da Região recusado terminantemente a tomar parte na conspiração).

29) Afastamento do general Klinger da Circunscrição Militar de Mato Grosso; e

39) Modificação do secretariado paulista.

Este compromisso está escrito e o Sr. Flores da Cunha o confessa.

As manifestações revolucionárias do Sr. Flores da Cunha no Rio

Muitos dias não eram passados e já se tornava francamente insustentável a continuação do general Andrade Neves à frente da Região Mi-

litar. Em vez do **declanchement**, o Sr. Flores preferiu dizer que faria nova viagem ao Rio de Janeiro, a fim de ver se demovia o ditador de tornar efetiva a demissão do general. Viu-se depois que a razão invocada não passara de engenhoso pretexto. Na verdade, o Interventor acudia a um apelo do ditador, que necessitava de sua presença no Rio para criar o ambiente de confusão propício ao recuo, já então por ele assentado, nas negociações em torno do ministério de concentração nacional.

Voltemos, porém, ao **declanchement**.

Não o promovendo na oportunidade da demissão do general Andrade Neves, indiscutível é que o Interventor faltava à palavra empenhada. Mas faltoso, já então, ao cumprimento do pacto estabelecido com o Governo de São Paulo e o comando militar da Circunscrição de Mato Grosso, recuava ele franca e desassombradamente dos seus compromissos anteriores? Não. Bem ao contrário. Ainda no Rio de Janeiro, dava ao líder da frente única, Sr. João Neves da Fontoura, circunstanciadas notícias da mobilização que já havia feito no Estado contra o Governo Provisório, acrescentando que mantinha à sua disposição, em Porto Alegre, um aeroplano que o deveria levar para Santa Maria, onde ao primeiro grito, assumiria o comando das tropas rio-grandenses depois de haver abandonado a Interventoria. Assim falava o Interventor ao nosso representante no Rio de Janeiro. Mas, não apenas na intimidade com os seus companheiros rio-grandenses assumia ele tão graves obrigações.

Poderíamos, ainda aqui, invocar o testemunho dos líderes de Minas, que ouviram do Sr. Flores da Cunha, por essa mesma ocasião, num almoço político, as mais francas e inequívocas manifestações em favor da ação revolucionária.

Por tão ostensivas maneiras e palavras se comprometia o Interventor com a revolução, durante a sua penúltima estada na Capital da República. Mas ao mesmo tempo que falava assim, falava em outro tom, muito diferente, à ditadura, com a qual se comprometia, em princípio e à revelia da frente única, a aceitar a pasta da Justiça. De tal modo era alarmante a sua dúplice atitude, que ela se fez motivo de uma conferência, no Irapua-zinho, entre os Srs. Borges de Medeiros, Raul Pila e Sinval Saldanha. Do então resolvido foram enviadas claras e preciosas instruções ao Sr. João Neves da Fontoura, das quais se fez portador o Sr. João Carlos Machado, bem como de um apelo da frente única ao Sr. Flores da Cunha, para que não abandonasse o Rio Grande do Sul na hora da luta, que se avizinhava.

Depõe o Sr. João Neves perante a Nação que, encontrando-se com o Sr. João Carlos Machado, na presença do Sr. Flores da Cunha, daquele ouviu que lhe trazia “instruções definitivas” da frente única rio-grandense a qual já não mais transigiria com as manobras protelatórias da ditadura. Em linguagem veemente, concitou o então diretor da **Federação**

ao Sr. Flores da Cunha para que se colocasse, de maneira decisiva, ao lado dos imperativos políticos do Rio Grande do Sul. Naquela mesma oportunidade declarava ainda o Sr. João Carlos Machado ao Sr. João Neves — e era literalmente exato — que lhe levara ordens terminantes da frente única, em virtude das quais ficava o líder rio-grandense investido dos poderes de ser o juiz da hora em que o Rio Grande se deveria alçar, de armas nas mãos, contra a ditadura, acrescentando que, se São Paulo não iniciasse o movimento, o Rio Grande por si só o faria.

O Sr. Flores da Cunha ouviu, de tudo se deu por inteirado e não protestou.

É necessário acrescentar aqui que os demissionários tantas vezes acusados de extremistas pelo Sr. Flores da Cunha, outra coisa não faziam, em perfeita concordância com a chefia dos partidos, senão propugnar uma linha franca, leal, desassombrada e segura dos partidos em relação ao Governo Provisório. Por que haviam eles abandonado os postos? Por questões de ordem pessoal ou por motivos de caráter político? Responderam os partidos: a causa das demissões foi política, e a frente única é solidária com os demissionários, aos quais não dará substitutos no seio do Governo Provisório. Esta e não outra foi, apesar de todas as tergiversações do Sr. Flores da Cunha, o traço de definição dos partidos do Rio Grande do Sul em face da ditadura. Essa linha de conduta só poderia ser alterada no momento em que o Governo Provisório modificasse os seus rumos políticos, francamente extremistas. O Sr. João Neves da Fontoura, com a plena e irrestrita solidariedade das chefias partidárias e dos seus companheiros de ação mais imediata, e vendo e sentindo inevitável o movimento armado que o patriotismo de todos nós desejava afastado dos horizontes políticos do Brasil, fez, na verdade, quanto era humanamente possível para a constituição de um governo de concentração nacional, no qual o Rio Grande do Sul pudesse voltar a colaborar. O candidato de todos nós para essa colaboração outro não era senão o Sr. Flores da Cunha, a começar pelo Sr. João Neves, que fora convidado pelo Sr. Getúlio Vargas para ocupar essa pasta, num momento em que o ditador ainda aparentava sinceridade de propósitos em relação à fórmula “concentrista”.

Nas mãos do Sr. Getúlio Vargas naufragaram, porém, todas as nossas honestas tentativas para a constituição de um ministério de concentração nacional. Ainda assim, num extremo de transigência, o Sr. Lindolfo Collor propôs ao exame dos chefes e dos líderes uma fórmula de conciliação, de acordo com a qual o Sr. Flores da Cunha poderia ocupar o Ministério da Justiça, mesmo não se tendo levado a efeito a constituição do gabinete nacional. Apenas, como era óbvio, a presença do Sr. Flores da Cunha no Governo Federal, nessas condições, não implicava a solidariedade dos partidos expressa *a priori*: representava, porém, um esforço de boa vontade e traduziria a esperança dos partidos para que o futuro Ministro

da Justiça pudesse encaminhar a pacificação dos espíritos por meio de uma política liberal e equânime, pela qual clamavam todos os setores da opinião pública.

Essa fórmula não vingou porque os chefes dos partidos, em perfeita concordância com os líderes e com o próprio Sr. Flores da Cunha, preferiram outra mais radical, de definitivo rompimento das negociações e da volta ao **statu-quo-ante**, que era pura e simples a do heptálogo de Porto Alegre, completado pela declaratória de Cachoeira.

A partir desse momento, rotas definitivamente as relações políticas entre o Rio Grande do Sul e a ditadura, e tomado na devida atenção o estado dos ânimos em São Paulo e na Capital Federal, era mais do que evidente, aos olhos de todo o mundo, que nos aproximávamos ou de um desfecho violento, ou da capitulação dos partidos. Nessa altura dos acontecimentos, tentou o Sr. Flores da Cunha um golpe sensacional contra o prestígio da frente única. Para responder a uma pergunta do ditador, pretendia ele, segundo afirmou ao então Secretário do Interior, Sr. Sinval Saldanha, hipotecar-lhe a solidariedade do Rio Grande do Sul. Lembrou-lhe o Sr. Sinval Saldanha que não estava nas atribuições do Interventor Federal hipotecar a ninguém a solidariedade do Rio Grande, pois que esta só poderia ser dada ou negada pelos órgãos partidários competentes. Convencido desta verdade elementar, replicou-lhe o Interventor que, isso não obstante, manteria a ordem no Estado, proposição com a qual concordou inteiramente o referido Secretário, autor da resposta ao despacho em questão.

Mas — cumpre perguntar agora — onde já vira o Interventor a preocupação de quem quer que fosse de alterar a ordem no Rio Grande? A verdade meridiana é que ninguém absolutamente pensara jamais, antes do levante paulista, em tramar contra a ordem pública no Estado. Nenhum dos líderes da frente única, feita exceção do Sr. Batista Luzardo que o fizera com o general Andrade Neves, a mando do Sr. Flores da Cunha, nenhum dos líderes da frente única, repetimos, se avistara, até então, com qualquer elemento da guarnição federal ou da Brigada para conspirar. A nossa conspiração, por isto mesmo que era feita de acordo com o Interventor, não poderia ser dirigida contra a ordem no Estado. Esta nunca fora ameaçada por ninguém. A ameaça que existia não era contra o governo do Estado, mas contra o da República. Que espécie de conspiração seria a nossa dirigida contra a ordem pública no Rio Grande, se, deflagrada a revolução em São Paulo, não tínhamos feito nenhuma articulação revolucionária no Estado, mas só contávamos, em favor da nossa causa, com a satisfação dos compromissos de honra assumidos pelo Interventor?

A Missão Celidônio Filho

Tangencia, também, o Sr. Flores da Cunha a verdade dos fatos no tocante à missão do Sr. Celidônio Filho. Não é exato como afirmou, que os Srs. Raul Pila, Lindolfo Collor e Batista Luzardo hipotecassem a São Paulo o apoio do Rio Grande do Sul, no sentido de que não foram apenas eles que o fizeram. O Sr. Celidônio Filho trouxera de São Paulo missão de máxima gravidade, e que pode ser assim resumida: "A situação do governo paulista é insustentável no **statu quo** atual. Ou ele dará seu apoio expresso à ditadura, aceitando uma pasta no ministério, mesmo agora, depois de rotas as negociações para a constituição de um gabinete de concentração nacional, ou terá de resolver-se definitivamente pela revolução. O prolongamento do **statu quo** atual permitirá a infiltração da guarnição de São Paulo por elementos extremistas e, dentro em breve, assistiremos à deposição do Governo. A frente única de São Paulo quer manter os seus compromissos com a frente única do Rio Grande do Sul. Seja, pois, a frente única do Rio Grande do Sul árbitro da situação".

O ponto de vista de São Paulo, assim fielmente resumido, foi presente ao chefe do Partido Republicano, no Irapuazinho, por intermédio do Sr. Batista Luzardo, que lhe entregou ao cuidadoso e ponderado exame, toda a correspondência do Partido Republicano. Foi claro e categórico: "O Rio Grande do Sul, em qualquer hipótese, manterá os seus compromissos com São Paulo. Mas, para conjurar a passageira dificuldade interna do seu Governo (demissão do Secretário do Interior), o Rio Grande pede a São Paulo um prazo de quinze dias, necessário ao chefe do Partido Republicano para constatar os efeitos dessa crise.

O instante decisivo

Precipitaram-se, logo depois, os acontecimentos. Com enorme surpresa nossa, menos de uma semana após, na tarde de 9 de julho, recebíamos de São Paulo a comunicação de que não era possível retardar o movimento, que estalaria na madrugada do dia seguinte. Que fazer ? O que só competia aos signatários presentes em Porto Alegre era comunicar o fato ao Interventor e pedir a ida imediata do Sr. Borges de Medeiros à Capital, para que, também ele, se entendesse com o Sr. Flores da Cunha. Encarregado da missão, junto ao Interventor, foi o Sr. Raul Pila, presidente do diretório central do Partido Libertador. Tendo este feito sentir a gravidade da situação com a demissão do general Klinger em face dos compromissos existentes, o Interventor procurou tranquilizá-lo, declarando o incidente encerrado com a suposta submissão do general demitido. Mas, o Sr. Raul Pila, na sua resposta, foi bastante claro, para que o Interventor entendesse que a irrupção imediata do movimento era inevitável.

Impossibilitada a presença pessoal do chefe do Partido Republicano em Porto Alegre antes da deflagração da revolução, enviou S. Exa. ao Interventor o apelo já conhecido do público e que é um dos mais altos padrões de lealdade e dignidade cívicas, que há de honrar para sempre a história política do Rio Grande do Sul.

Evoca o Sr. Borges de Medeiros, nesse apelo, os “nossos compromissos de honra”, isto é, os compromissos que tanto eram do partido quanto do Interventor, e concita-o a tomar “a única atitude compatível com o seu passado de homem público”. Nesse momento dramático defrontam-se perante a história dois homens públicos do Rio Grande do Sul: o Sr. Borges de Medeiros e o Sr. Flores da Cunha. Em linguagem que mal lhe disfarça a angústia de que já sente preso o seu espírito, lembra ao outro os compromissos de honra, a cuja satisfação ambos se devem sentir obrigados, sob pena de renunciar o faltoso ao seu passado de lealdade política. O outro que responderá? O instante é de uma dramaticidade sem igual. O que está em jogo é a honra do Rio Grande. Não apenas a nossa, mas as gerações futuras vão julgar esse homem, vão sentir-se honradas por ele, ou por ele rebaixadas à sorte ignominiosa de descendentes de um povo sem palavra. O outro que responderá? O Rio Grande inteiro está com os olhos fitos na sua figura, sempre considerada como galhardo paladino das aspirações do nosso povo. Será possível que ele esqueça os compromissos do seu partido e dos seus adversários de ontem, que hoje comungam com ele nos mesmos ideais de reintegrar o País nos quadros da lei? O instante é decisivo. O Rio Grande conhecerá o dia maior da sua história, as legendas mais fulgurantes da nossa raça empalidecerão ao lado da época cívica que se vai viver nas cidades e nas coxilhas, na hora em que o povo souber que a palavra empenhada será cumprida. Mas, se assim não for, se o Rio Grande trair a fé jurada e faltar a São Paulo no momento supremo, que será feito desse povo de heróis, que estima a dignidade dos compromissos em mais do que a própria vida? A noite avança incerta e cheia de maus presságios. E antes que a madrugada raiasse e o galo cantasse três vezes, já três vezes havia o Sr. Flores da Cunha abandonado o mestre.

— Quem é este homem? Creio que ele faz parte do séquito dos que acompanhavam o nazareno...

O apóstolo perjuro responde:

— Eu nada tenho de comum com Jesus de Nazaré.

No relato dos Evangelhos, o discípulo apenas negou o Mestre.

Na história contemporânea, além de negá-lo, o discípulo movimentou contra o amado chefe a sua guarda pretoriana, aprisionou-o, procurou cobri-lo de todas as humilhações e entrega-o, ele próprio, às mãos dos seus algozes. Na história dos nossos dias, o Sr. Flores da Cunha amplia a lição dolorosa dos Evangelhos, que com esta profecia se completa:

— Sempre haverá escândalos no mundo, mas aí daqueles que se fazem culpados dos escândalos !

A grandeza cívica de São Paulo

Devemos agora algumas palavras aos nossos heróicos, abnegados e martirizados companheiros de São Paulo, o que significa a totalidade do grande e maravilhoso Estado, glória não apenas do Brasil, mas da América. São Paulo espezinhado pela ditadura, terra conquistada, *res nullius* da nova República, São Paulo salvou os brios do Brasil. Um povo que possui as reservas de energias morais como os com que São Paulo surpreendeu o mundo não pode temer pelo seu futuro. Ninguém subjuga um povo que tenha consciência do seu valor e, sobretudo, dos seus direitos. Choramos como rio-grandenses, lágrimas de sangue, pela fatalidade que fez São Paulo vítima, duas vezes, de homens do Rio Grande do Sul: vítima primeiro, durante a ocupação militar da ditadura, e vítima depois, pelo abandono em que o Sr. Flores da Cunha deixou os compromissos dos seus partidos. Mas, rio-grandenses que prezam as suas palavras e dos quais nunca se disse que fossem homens de duas atitudes podemos afirmar a São Paulo que o Rio Grande do Sul inteiro é mais solidário com ele nos dias trágicos de agora do que em qualquer outro momento deste período angustioso da história. São Paulo é hoje, para todo rio-grandense, um símbolo de dignidade coletiva. Porque o Rio Grande, pela falta de um homem, tem culpa na desgraça de São Paulo, pode São Paulo confiar em que o Rio Grande, sob pena de se degradar para sempre no conceito do mundo, encontrará a maneira de com ele saldar a sua dívida de honra.

A situação do Rio Grande

Só mesmo o golpe de surpresa tornou possível o espetáculo da agressão de São Paulo pelas costas. Nunca o Rio Grande do Sul viveu horas longinquamente comparáveis à completa sonegação, pela força bruta, dos direitos mais elementares e sagrados em que a capacidade policial do Sr. Flores da Cunha conseguiu exceder-se a si mesma. Não se poderia negar que ele fez jus à imperecível gratidão da ditadura. Revolucionário que sairia a campo para defender as liberdades públicas confiscadas no Brasil, realizou no Rio Grande do Sul uma obra de compressão policial e militar, como nunca conheceu nenhuma das mais lamentáveis republiquetas do continente. A liberdade de opinião foi suprimida por completo. Apenas os jornais francamente aditos à Interventoria, que são os da propriedade pessoal do Interventor, podiam manifestar-se livremente, para elogiar a atitude do Interventor. Toda notícia referente à revolução era sistematicamente impedida de circular. As mentiras mais audaciosas eram apresentadas ao público, diariamente, como fatos já ocorridos. Encheram-se as prisões de cente-

nas e centenas de políticos. Praticamente, todo rio-grandense capaz de agir estava de sentinela à vista. Nunca a espionagem, a delação, a traição, nunca todas as formas inferiores e repugnantes da ação policial tiveram tanta voga no Rio Grande do Sul, como durante os inenarráveis dias da sua ocupação militar pelo Sr. Flores da Cunha.

É preciso que São Paulo saiba que os primeiros batalhões da heróica Brigada Militar do Rio Grande do Sul seguiram para Itararé, sem saber ao que iam. Só depois de entrados em fogo, tiveram alguns comandantes conhecimento de que a atitude do Sr. Flores da Cunha fora tomada à revelia da frente única.

Lutando, como lutávamos, com a mais completa falta de material bélico, dificultados senão impossibilitados de ligações entre os diversos núcleos de ação militar, nenhuma das nossas tentativas de levante logrou o êxito que fora de esperar, dada a perfeita unanimidade de opinião existente no Rio Grande contra a ditadura e a atitude do Interventor.

Força é confessar, porém, que os partidos políticos do Rio Grande do Sul cumpriram o seu dever. Não houve perigo que os chefes e os líderes partidários não afrontassem. A sua solidariedade com os companheiros paulistas não foi platônica. Não tendo podido mandar tropas a favor de São Paulo, os nossos levantes locais impediram, entretanto, que o agente da ditadura continuasse a despejar forças contra os nossos heróicos e abnegados companheiros.

De uma única culpa nos poderiam acusar, com razão, os bravos revolucionários paulistas: do nosso excesso de confiança na lealdade do Sr. Flores da Cunha. Mas, mesmo nesse particular, é preciso não esquecer que nem a mais monstruosa das conjecturas autorizava a previsão de que aquele rio-grandense faltasse, por tal maneira, à fé de todos os seus compromissos.

Não voltaremos a referir-nos aqui às responsabilidades diretas, imediatas, indesmentidas e indesmentíveis do Sr. Flores da Cunha na conspiração. Isso já foi objeto do nosso exame. Queremos apenas, para que se nos atenuem o pecado dessa confiança mal merecida, lembrar aos nossos aliados de São Paulo as reiteradas declarações do Sr. Flores da Cunha de que, em nenhuma hipótese, governaria o Rio Grande sem o apoio da frente única.

Como, pois, sem a mais grave das injúrias, admitir que ele viesse a governá-lo já não apenas sem o apoio, mas contra a própria frente única, e com a agravante de o fazer pela violência das metralhadoras e pela insídia das delações ?

O Sr. Flores da Cunha nunca teve ânimo para romper com a frente única, antes de deflagrado o movimento. É que o Interventor conhece bastante o seu Estado para saber que o rompimento, em plena paz, com os partidos políticos, significaria singelamente a impossibilidade do

seu Governo. Dava o seu recurso de apegar-se à ditadura sem romper com os partidos.

Os dias que não de vir

Contra a opinião pública de São Paulo, de Minas Gerais, do Distrito Federal, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, do Nordeste sofrendo, da Amazônia esquecida, da Bahia conquistada, do Norte, do Sul, do Centro do País, que poderá a ditadura ?

Duas hipóteses enfrenta, nesta hora, o espírito civil da Nação: ou os provisórios detentores do poder querem, realmente, apaziguar os ânimos e pensam permitir um pleito honesto e livre, e, nesse caso, a vitória do Brasil surgirá, indiscutível, das urnas; ou eles continuarão a exaurir-se na política anarquizadora das tergiversações, da falta de franqueza e da ausência de rumos construtores e, nessa conjuntura, a ninguém será dado prever os trágicos dias de amanhã.

Seja, pois, como for, o futuro do Brasil não depende de nós, mas do Governo Provisório. Se ele quiser, souber e puder iniciar uma nova era de paz e de confraternização dos espíritos, que o faça, na prévia certeza de que os partidos do Rio Grande do Sul não pouparão esforços no sentido de secundar tão patriótica resolução. A paz do Brasil não admite, mas exclui liminarmente toda e qualquer idéia de vindita política. Com o critério de vencedores que impõem penas ou distribuem clemência aos vencidos, os que têm momentaneamente as responsabilidades do poder em nosso País nada mais lograrão do que cavar mais fundo ainda o abismo aberto entre a ditadura e a confiança popular.

Resolva, pois, a ditadura sobre quais os rumos que pretende dar aos acontecimentos políticos no Brasil. Quanto a nós, só podemos dizer à Nação, e o fazemos na mais completa certeza de que falamos em nome da consciência cívica da nossa terra, que os partidos do Rio Grande do Sul não enrolam as insígnias do combate constitucionalista. A Revolução Brasileira está nos espíritos, não apenas nas armas. As armas se abatem ou se levantam, de acordo com as possibilidades do momento. Tanto podem ser instrumentos de redenção, quanto de escravização das consciências. Mas a sua vitória só é definitiva quando interpreta a vontade do povo.

A consciência moral e cívica do Rio Grande do Sul, solidária com São Paulo nos dias inesquecíveis do seu glorioso sacrifício, não desertará o campo da luta em prol da constitucionalização do País, da dignificação dos nossos costumes políticos e da retificação dos rumos do movimento de 3 de outubro.

O Rio Grande do Sul permanecerá no seu posto de honra. Todos quantos ainda não desceram do futuro do Brasil encontrarão nele o

ponto de resistência contra o espírito ditatorial, que procura sobrepor-se à vontade da Nação, em cujo nome foi feita a Revolução Brasileira. Só quando a Nação dispuser livremente dos seus destinos poderá a paz da dignidade descer sobre ela. Antes disso, a ditadura logrará, quando muito, armistícios impostos pela força.

Levantemos à altura da Pátria unida e imortal os nossos pensamentos. Ela tudo merece de nós. Mesmo o pão do exílio e o pó das terras alheias recebem as nossas bênçãos, por amor do Brasil. A Pátria Brasileira tem o direito de exigir de nós todos os sacrifícios. Sejam eles quais forem, hemos de suportá-los com tranqüilidade de espírito. E quaisquer que forem as exigências da luta, o Brasil nos encontrará a postos, certos de que as nossas vidas nada valem em comparação com a dignidade do povo, pela qual nos levantamos em armas.

Buenos Aires, 15 de outubro de 1932.

(a) Raul Pila
João Neves
Batista Luzardo
Lindolfo Collor

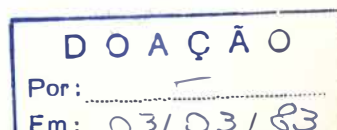
*

ÍNDICE

A Revolução Constitucionalista de 1932 (Odilon Nogueira de Matos)	169
A Academia Paulista de História comemora o cinquentenário da Revolução	176
O Espírito de 32 (Brasil Bandecchi)	177
A Década de 20 e a Revolução de 1930 (Raul de Andrada e Silva) .	187
De 1930 a 32: os tempos difíceis do Governo Provisório	198
A Revolução Constitucionalista fora de São Paulo (Hernani Donato)	210

*

Formação da Frente Única Paulista	215
A eclosão do movimento	216
Editorial de "O Estado de S. Paulo"	217
A Revolução vista por João Neves da Fontoura	218
A Revolução vista por Oswaldo Aranha	220
A Revolução vista por Artur Bernardes	221
Manifesto de Getúlio Vargas	223
As razões de minha atitude (Coronel Herculano de Carvalho)	229
Manifesto dos políticos rio-grandenses	242



UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

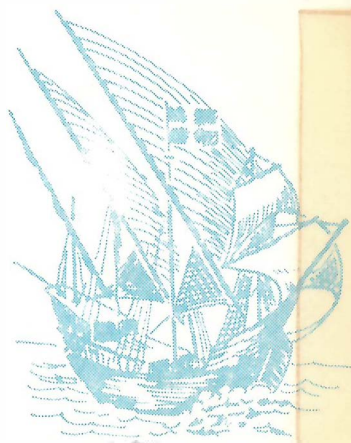
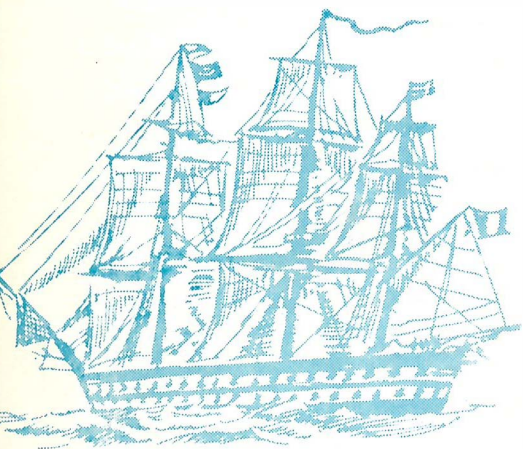
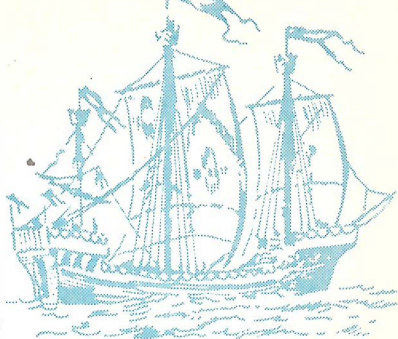
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- d) Colégio de Aplicação "Pio XII"



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

